

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA POLÍTICA E BENS
CULTURAIS – PPHPBC
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM BENS CULTURAIS E PROJETOS
SOCIAIS**

MATERIAL DE QUALIFICAÇÃO

APRESENTADO POR

SILVIA REGINA DAIN GANDELMAN

**ACERVOS CULTURAIS E ACESSO AO
PÚBLICO — QUESTÕES JURÍDICAS**

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO CÉLIA MARIA LEITE COSTA
PROJETO ACEITO EM .

ASSINATURA DO PROF. ORIENTADOR ACADÊMICO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA POLÍTICA E BENS
CULTURAIS – PPHPBC
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM BENS CULTURAIS E PROJETOS
SOCIAIS**

**ACERVOS CULTURAIS E ACESSO AO
PÚBLICO — QUESTÕES JURÍDICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós Graduação em História Política e Bens Culturais (PPHPBC) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC Para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos.

SILVIA REGINA DAIN GANDELMAN

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2006.

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA POLÍTICA E BENS
CULTURAIS – PPHPBC
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM BENS CULTURAIS E PROJETOS
SOCIAIS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

APRESENTADO POR

SILVIA REGINA DAIN GANDELMAN

ACERVOS CULTURAIS E ACESSO AO
PÚBLICO — QUESTÕES JURÍDICAS

CÉLIA MARIA LEITE COSTA

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA POLÍTICA E BENS
CULTURAIS – PPHPBC
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM BENS CULTURAIS E PROJETOS
SOCIAIS**

**ACERVOS CULTURAIS E ACESSO AO
PÚBLICO — QUESTÕES JURÍDICAS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APRESENTADA POR
SILVIA REGINA DAIN GANDELMAN**

**E
APROVADO EM
PELA BANCA EXAMINADORA**

**CÉLIA MARIA LEITE COSTA - Doutora em História
Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro –
UFRJ - Orientadora**

**MÔNICA ALMEIDA KORNIS - Doutora em Ciências
das Comunicações - área de Cinema, Rádio e
Televisão pela Escola de Comunicação e Artes da
Universidade de São Paulo**

**MANOEL J. PEREIRA DOS SANTOS – Professor /
Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo
(USP)**

Resumo

Esta monografia tem como tema central os obstáculos jurídicos enfrentados por instituições culturais na abertura de acervos pessoais. Analisa o desenvolvimento da noção de memória e patrimônio através da história, discorre sobre os mesmos conceitos no panorama jurídico e político brasileiro, estuda a legislação arquivística e constata sua adequação para permitir o exercício dos direitos culturais previstos na Constituição Federal de 1988, desde que através das parcerias entre Governo e iniciativa privada permitidas através da legislação de incentivos à cultura. Oferece como anexo o Manual do Clearance, propondo o desembaraço dos direitos autorais e afins, através de licenças e outros instrumentos, acompanhados da indicação da legislação correlata.

Abstract

The present work has as its central subject matter the study of the legal obstacles faced by cultural institutions concerning the disclosure of personal collections and archives. It analyses the development of the notion of memory and heritage through history, addresses the concepts from the Brazilian, legal and political point of view, studies the legislation concerning archives and verifies its adequacy in allowing the full exercise of the cultural rights established by the Brazilian Federal Constitution of 1988, as long as such rights are exercised through partnerships between the Government and private institutions permitted by the Brazilian Legislation concerning incentives for the granting of cultural benefits. The work offers as an annex the Clearance Manual, which suggests that the clearance of the copyrights and neighboring rights, shall be made through the granting of licenses and other legal instruments, along with the applicable legislation.

Para meu pai, Bernardo Dain (*in memoriam*), por ter me indicado, desde criança, o caminho dos livros e do Direito.

Agradeço ao corpo docente do CPDOC, na pessoa do Professor Mário Grynszpan, pelo excelente curso de mestrado, onde me reencontrei com as questões de memória e patrimônio: agradeço à minha querida orientadora Célia Maria Leite Costa pela firmeza e paciência durante o período de quase 1 (hum) ano em que acompanhou esta monografia, suas dicas inestimáveis; agradeço aos Professores Mônica Almeida Kornis e Manoel J. Pereira dos Santos pela gentileza e estímulo durante o projeto de qualificação e sua seqüência, além da cuidadosa leitura; agradeço à Maria Darcy Farias da Cunha Zulberberg, secretária da CODEPIN e Maria Eugênia Stein, subsecretária de Cultura do Estado, pelo apoio recebido para a organização dos seminários; aos Professores George Kornis e Sulamis Dain (minha querida irmã) pelo incentivo inicial por ocasião da minha inscrição no mestrado; agradeço à minha sobrinha Mariana Ochs pela criativa formatação do Manual; agradeço ainda minha equipe de suporte: Patricia Valverde e Liana Daguerre, principalmente esta última, incansável na digitação, inúmeras revisões e formatação do texto; minha eterna gratidão aos colegas da 2ª turma, que tornaram as aulas noturnas mais curtas e os créditos mais leves, com sua amizade, bom humor e sugestões. Por fim, *last but not least* agradeço à minha família próxima, mãe, marido, filhos, genros, nora e netos pela enorme solidariedade durante o curso e a elaboração da monografia, além da torcida organizada que me empurrou até o fim. Muito obrigada a todos.

“Protegidos, a maior parte do tempo, do acesso do público que, em geral, vê a preservação, como uma atividade culta, própria dos países civilizados, esses bens parecem guardar a sete chaves, para a grande maioria da população, as informações, sentidos e valores que teriam justificado sua inclusão no patrimônio histórico e artístico nacional. A distância entre as tradições culturais, as diferentes identidades coletivas, entre a pluralidade cultural da nação e a memória nacional construída pelo Estado, fica, desse modo, mais aguda, assim como os limites dessa política estatal enquanto política pública” FONSECA, Maria Cecília Londres.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Patrimônio Histórico e Cultural - Origens	15
1.2 A Política Brasileira do Patrimônio	19
1.2.1 Antecedentes	19
1.3 Evolução do conceito de Patrimônio Cultural na legislação brasileira	22
1.4 Patrimônio Cultural Imaterial	27
CAPÍTULO II – ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS.....	35
2.1 Arquivos e sociedade	35
2.1.1 Perspectiva histórica	35
2.1.2 Direitos coletivos e direitos individuais – sigilo, informação e privacidade	39
2.2 A Política Arquivística Brasileira	47
2.3 Os arquivos privados – tratamento jurídico; doação; guarda e acesso	52
CAPÍTULO III – O ACESSO E O SIGILO NOS ARQUIVOS PÚBLICOS: QUESTÕES JURÍDICAS E ESTUDOS DE CASO	58
3.1 Doação de um acervo particular ao MIS	58
3.2 A evolução da proteção jurídica da fotografia como obra artística, questionamentos e limites	62
3.2.1 Da Proteção Jurídica	62

3.2.2 Das limitações trazidas pelos direitos da personalidade (honra, imagem, privacidade)	65
3.2.3 Dos prazos de proteção autoral e domínio público	66
3.2.4 Um caso concreto relacionado à obra fotográfica (domínio público)	67
3.3 Acervos musicais e suas características	69
3.3.1 Breve histórico	69
3.3.2 Um caso concreto	72
3.4 Acervos literários	75
3.4.1 Breve histórico	75
3.4.2 Questões jurídicas específicas	77
3.4.3 Estudo de caso	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
BIBLIOGRAFIA	86
ANEXO I - Legislação	88
ANEXO II - “Manual do <i>Clearance</i> ”	89

APRESENTAÇÃO:

Este trabalho é resultado de uma reflexão sobre acervos culturais e seu acesso público, sob a ótica das questões jurídicas em torno do assunto. Seu objetivo principal consiste em apresentar uma metodologia que possibilite às instituições culturais que trabalham com preservação de acervos, condições de segurança jurídica para abertura dos mesmos.

Como embasamento histórico, político-jurídico e filosófico foram utilizados diversos textos e obras literárias de vários autores, parte deles discutidos ao longo do Mestrado Profissionalizante, enfocando particularmente a memória, o patrimônio, a identidade e a cultura nacionais. Além dessa bibliografia, consultamos a legislação arquivística brasileira, a legislação sobre propriedade intelectual, a Constituição Federal e o conjunto de leis de incentivo à cultura, que comentamos e exemplificamos ao longo do texto.

Os estudos de casos apresentados no terceiro capítulo, correspondem a questões fáticas verdadeiras que surgiram ao longo do nosso exercício da advocacia e que constituíram a temática principal dos três seminários que coordenamos para a Secretaria de Cultura do Estado e para o Arquivo Municipal da Prefeitura do Rio de Janeiro, durante o ano de 2005. As questões levantadas por uma platéia de funcionários das Instituições Culturais do Estado e Município do Rio de Janeiro, presente nos seminários, sobre dúvidas e obstáculos de ordem legal para a gestão jurídica dos acervos públicos, guiaram

a seleção dos casos concretos apresentados a seguir, pinçados dentre mais de uma centena de exemplos possíveis.

Ainda como consequência do trabalho, criamos um pequeno roteiro para o *clearance*, que é a metodologia de identificação das diversas obras que compõem um acervo cultural e a liberação das mesmas perante seus titulares para as finalidades pretendidas. Desejamos contribuir, ainda que numa escala diminuta, para a facilitação do desejado encontro entre o público e os acervos culturais, num exercício de afirmação da cidadania.

A monografia constará de três capítulos, além dessa apresentação e de uma conclusão. No primeiro capítulo, que estamos chamando de Introdução, discorreremos de maneira sucinta sobre as origens das políticas de preservação do patrimônio cultural no âmbito de sua definição e relevância na afirmação das nacionalidades. Faremos uma comparação entre o sistema adotado na França e a evolução da questão patrimonial nos países anglo-saxões. Em seguida, apresentamos a evolução dos conceitos de patrimônio até o século XX e as tendências internacionais para o século XXI, com a participação dos organismos supranacionais. Ainda no primeiro capítulo, abriremos espaço para a discussão sobre a política no patrimônio no Brasil, desde os anos 1930, de forma cronológica, acompanhando, inicialmente, a atuação de Rodrigo de Mello Franco e, posteriormente, de Aloísio Magalhães na condução das iniciativas governamentais. Por último, partindo da nova concepção de patrimônio cultural veiculada pela Constituição Federal de 1988, apresentaremos um panorama geral da situação do patrimônio cultural imaterial hoje, no Brasil.

Dedicamos o segundo capítulo às questões políticas e jurídicas que regulam o sigilo e a abertura dos arquivos públicos e privados, analisando a legislação arquivística nacional e seus problemas, dentro da esfera do direito público. Em seguida, passaremos a discorrer sobre arquivos privados e a doação desses acervos para instituições culturais públicas e privadas, no âmbito do direito privado, tentando traçar um paralelo entre as políticas públicas para o patrimônio e o comportamento das instituições culturais para com seus acervos, mesmo não se tratando de bens tombados.

No capítulo terceiro, que contém o cerne do trabalho, discorreremos sobre as principais questões jurídicas que embaraçam a abertura dos acervos ao público, apresentamos exemplos concretos e analisamos o resultado da pesquisa levantada por ocasião da realização dos seminários para instituições culturais demonstrando, através dos *cases*, o funcionamento do *clearance*.

A título de conclusão, serão abordados a questão dos direitos culturais e do seu tratamento pelo Governo, bem como os aspectos relativos à inserção das comunidades nas políticas culturais e ao consumo de bens culturais como uma das faces da cidadania plena.

Dois anexos constarão ainda desse trabalho. Um primeiro, que reúne cópia das leis aplicáveis aos temas tratados e, um segundo, com o produto que vem a ser o objetivo principal do nosso trabalho. Trata-se de um manual, intitulado “Manual do *Clearance*”: liberando os direitos nos acervos culturais”, que tem

como objetivo facilitar o acesso de documentos e bens culturais ao público em geral.

1. INTRODUÇÃO

1.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL – ORIGENS

O homem sempre procurou, através dos tempos, se expressar e deixar sua marca no planeta. Antes de chegarmos ao que se convencionou chamar de civilização, os primitivos habitantes da terra nos legaram sua arte rupestre, pintada nas pedras e paredes, com cenas de caça, pesca e da vida cotidiana. Da antigüidade clássica (Roma e Atenas), dos egípcios e das civilizações orientais herdamos palácios e monumentos, obras de arte, moedas e demais artefatos, que desde logo passamos a colecionar e a reverenciar. Durante o período do Renascimento, príncipes, nobres e papas tornaram-se colecionadores e mecenas, valorizando o classicismo e encomendando obras de arte para suas igrejas e palácios. Logo surgiu o próspero comércio de antiguidades, cujas mercadorias, trazidas de locais distantes pelas caravanas e pelos navios, alimentavam o novo passatempo europeu. No entanto, as iniciativas de reconhecimento e preservação do patrimônio histórico eram isoladas, concentradas principalmente em torno do patrimônio secular da Igreja Católica, seus templos e mosteiros.

A palavra patrimônio tem conotação jurídica e vem do latim *patrimonium*, significando herança paterna, legado. A noção de patrimônio histórico, tal como a entendemos hoje, só adquire consistência a partir do século XIX, quando a história, influenciada pelo movimento positivista, ganha status de ciência, incorporada que foi às ciências sociais.

Na verdade, a idéia de constituição de um patrimônio histórico e artístico nacional surgiu com a Revolução Francesa e se tornou, ao longo do século XIX, uma característica importante dos estados nacionais que se formavam naquele período. O conceito de “patrimônio histórico”, portanto, é contemporâneo ao de nação e se relaciona ao processo de construção da nacionalidade. A memória também é um elemento fundamental nessa construção e não é por acaso que as instituições de memória, responsáveis pela guarda e preservação da memória coletiva da nação, serão criadas ou recriadas durante o século XIX.

Le Goff¹ afirma que a memória coletiva é o outro lado da história, que se apoia em documentos e dados científicos. Em suas próprias palavras “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (Le Goff, 1984, p. 47). A memória coletiva se forma no seio da sociedade, que a alimenta, geração após geração, formando a identidade cultural, base do estado nacional. A história, na visão de Le Goff, necessita de elementos concretos e provas documentais, se apoia nos monumentos, em sua narrativa. Os monumentos, diz Le Goff, são construídos em geral por aqueles que detêm o poder, para serem lembrados no futuro por seus feitos heróicos, bravura ou amor às artes. A palavra monumento, cuja raiz etimológica vem do latim, do verbo *monere*, lembrar (em português), somente adquire significado especial para a sociedade quando reconhecida por esta como documento, cuja origem é o verbo *docere*, ensinar. Consequentemente, a

¹ LE GOFF, Jacques. Memória. In *Enciclopédia Einaudi. Memória – História*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

noção de patrimônio histórico e cultural tem sua origem no sentimento de identidade e afirmação, que surgem no processo de formação dos estados nacionais. Os homens têm a necessidade de se identificar com os grupos a que pertencem e a se diferenciar dos outros. O patrimônio histórico comum reforça esta identidade e a conseqüente alteridade.

Como dissemos, a França do período pós-revolucionário (final do século XVIII), foi a primeira nação a adotar uma política oficial de conservação e preservação de monumentos e do culto à história e à memória, como fator de construção de uma identidade nacional. Com efeito, somente o pulso forte e o sentimento nacional das autoridades revolucionárias foram capazes de impedir a completa destruição das construções, dos monumentos e castelos, com suas coleções de objetos de arte, associados à nobreza recém derrubada. A rápida atuação governamental, criando órgão próprio para a manutenção e vigilância do que se convencionou chamar “patrimônio do povo francês”, motivo de orgulho nacional, transformou a tutela dos monumentos em ato da política revolucionária, inspirada nos iluministas.

Em sentido inverso, porém com os mesmos resultados, a sociedade civil representada pelas associações de antiquários, nos países de origem anglo-saxônica, impediu que o movimento da Reforma e seus radicais seguidores destruíssem igrejas, templos e monumentos, que representavam o patrimônio dos cidadãos, sua memória coletiva.

O instrumento legal adotado, nos dois casos, foi o tombamento, instrumento jurídico que retira da esfera da propriedade privada os bens, móveis e imóveis, que se desejava proteger. Choay (2001)² aponta que em 1790 aparece nos dicionários franceses a expressão “monumento histórico” e os instrumentos de preservação a ela associados. Em 1793, também na França, criou-se ainda a Comissão de Artes, passando os bens artísticos à categoria de patrimônio nacional. Já em 1830, diz a autora, Guizot, nomeado Ministro do Interior, criou o cargo de inspetor, com a função de tombar os edifícios que deveriam ser considerados monumentos históricos e, em 1837, surgiu a Comissão de Monumentos Históricos.

Segundo Fonseca(1997)³,

“A idéia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos. A construção do que chamamos patrimônio histórico e artístico nacional partiu, portanto, de uma motivação prática – o novo estatuto de propriedade dos bens confiscados – e de uma motivação ideológica – a necessidade de ressemantizar esses bens”.

A mesma conduta política e as mesmas categorias que pautaram a ação do governo revolucionário francês serão encontradas na primeira legislação brasileira, 100 anos depois. Em 1934, criou-se no Brasil, a Inspetoria dos Monumentos Nacionais (1934-1937).

² CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*, São Paulo: Liberdade & Unesp, 2001.

³ FONSECA, Maria Cecília Londres - *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Minc-IPHAN, 1997, p. 58.

1.2. A POLÍTICA BRASILEIRA DO PATRIMÔNIO

1.2.1 ANTECEDENTES

Durante todo o período imperial, a formação do Estado Nacional e a construção da identidade do povo brasileiro foi uma preocupação das elites políticas e intelectuais, apesar da forte influência de Portugal sobretudo até a década de 1870. A partir da proclamação da República a conotação nacional da identidade começa a ficar mais presente. Formado por brancos colonizadores, indígenas nativos e negros escravizados, somente no início da década de 1930, durante a Era Vargas, pode o Brasil olhar de frente para sua população mestiça e começar a assumir suas culturas, até então marginalizadas sob o rótulo de folclore.

Elegemos a década de 1930 e a publicação da obra “Casa Grande e Senzala” como marco inicial de aceitação da mestiçagem como formadora de um padrão cultural brasileiro. As teorias raciais anteriores, como as de Oliveira Vianna, em sua obra “Evolução do Povo Brasileiro”, classificam o mestiço como um ser racialmente inferior, colocando suas esperanças num possível branqueamento da população brasileira, via imigração. Gilberto Freyre, influenciado por Franz Boas, de quem fora aluno em Colúmbia, N.Y., desfaz a teoria racial da desigualdade, inverte o conceito da inferioridade da miscigenação, dando-lhe uma interpretação positiva na formação da alma brasileira. O lançamento “Casa Grande e Senzala”, seu livro mais conhecido, revolucionou o pensamento racial no Brasil. A publicação da obra citada em

1933 teve efeito redentor no seio da intelectualidade brasileira. Louvado por Monteiro Lobato e Jorge Amado, entre outros, chancelou a integração, já em franco progresso no Rio de Janeiro, entre as elites e o samba carioca, na época representado por artistas e compositores como Donga e Pixinguinha.

Apesar de se reconhecer mestiço, o Governo Vargas, ao implementar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a legislação sobre o patrimônio histórico, privilegiou somente a cultura branca, européia e católica, como disse Francisco Weffort, Ministro de Estado da Cultura, ao apresentar o projeto do decreto 3551/2000 sobre o patrimônio cultural imaterial:

“Passando os olhos pelos livros de Tombo, verifico que as inscrições estão longe de espelhar o universo cultural diversificado a que me referi. A julgar o Brasil por esse retrato, somos uma nação quase que exclusivamente branca, luso-brasileira, católica, em que mesmo nossas raízes indígenas e africanas praticamente não deixaram rastros.”

Entre 1931 e 1936, era prefeito do Rio de Janeiro Pedro Ernesto Baptista, que foi responsável por um projeto modernizador da cidade, tendo patrocinado a organização dos desfiles das Escolas de Samba e de concursos de músicas de Carnaval, consagrando as marchinhas, seus compositores e intérpretes. Sendo a Capital Federal, o Rio abrigava a sede da Rádio Nacional, principal veículo de comunicação da época, que se transformou em instrumento da política cultural governamental. Houve uma explosão de criatividade sob a forma de programas de auditório, novelas e programas humorísticos, alcançando a parcela iletrada da população. A cultura brasileira chegava às massas, através do rádio. Fazendo uso deste poderoso instrumento de comunicação, a política

do governo começou a criar padrões culturais, na medida em que atingia a grande parcela da população.

A agitação cultural não atingiu apenas os cariocas, pois na mesma época, fazendo literatura regional ou sertaneja surgiam autores como Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Carlos Drumond de Andrade, Rachel de Queiroz, Érico Veríssimo. Outras áreas culturais se expandiram: a arquitetura, com Oscar Niemeyer e a pintura, com Cândido Portinari.

Em meio a esta ebulição cultural instalou-se, em 1937, por meio de um golpe, a ditadura do Estado Novo. Apesar do fechamento do Congresso Nacional, Vargas continuou Presidente do Brasil por meio de uma Constituição outorgada, elaborada por Francisco Campos, de caráter nacionalista autoritário, inspirada no corporativismo de Manoilescu, no nazi-fascismo e no integralismo de Plínio Salgado. O pensamento autoritário nacional, no entanto, declarava-se despido de influências de “doutrinas exóticas”, concentrava todo o poder na figura do Presidente, era apartidário e recebeu apoio de vários segmentos da sociedade, exatamente pelo seu caráter nacionalista.

Durante o Estado Novo, apesar da forte interferência governamental em todas as atividades culturais e da censura aos meios de comunicação, Vargas contou com a clarividência e o patriotismo de Gustavo Capanema, a quem confiou o Ministério da Educação e Saúde, entregando-lhe a condução do projeto educacional e cultural. Em 30 de novembro de 1937, o governo assinou o Decreto-lei nº 25, instrumento legal que orientaria os trabalhos na área de

preservação do patrimônio nacional até recentemente. De autoria de Rodrigo de Melo Franco, o decreto regulamentou a proteção aos bens culturais, criando a figura do tombamento, com base na função social da propriedade introduzida pela Constituição de 1934. Porém a instituição que seria responsável durante quase 70 anos pela política patrimonial brasileira, o SPHAN, já havia sido criada, em 1936, por um grupo de intelectuais modernistas preocupados com a construção da nacionalidade brasileira.

1.3 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Analisando as constituições federais, somente a partir de 1934, encontramos normas ressaltando a responsabilidade do Governo Federal, Estados e Municípios, sobre o patrimônio e a cultura. Consultando o compêndio de Constituições do Brasil, organizado por Campanhole para Editora Atlas (1989 - 10ª Edição), verificamos que a Constituição de 1824 preocupou-se apenas em estabelecer a divisão de poderes e o Poder Moderador, garantia a independência da Justiça e liberdade de pensamento. No campo dos direitos individuais, os inventores eram proprietários de suas invenções. Não havia dispositivos contemplando o patrimônio da nação (fls. 749 e seguintes).

Já em 1891, a Constituição da República dos Estados do Brazil desvincula a Igreja Católica do Governo, proclama um estado leigo e a divisão de poderes, protege inventos e direitos autorais, porém não menciona monumentos, bens

culturais ou bens materiais, exceto em relação à navegação marítima e fluvial (fls. 687 e seguintes).

Em 1934, o Capítulo II, art. 148 — Da Educação e da Cultura — estabelece:

“Art. 148 – Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual”.

Em 1937, no Capítulo Educação e Cultural, diz textualmente o artigo 134:

“Art. 134. Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios”.

Em 1946, diz o art. 175:

“Art. 175. As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público”.

A Constituição Federal do Governo Militar dizia, em 1967, artigo 172, § único:

“Art. 172. O amparo à cultura é dever do Estado.
§ único: Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas”.

Este artigo foi repetido na íntegra na Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

Finalmente, na Constituição Federal de 1988 aparecem dispositivos sobre patrimônio imaterial, como abaixo:

“Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial (grifos nossos) tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I . as formas de expressão;
II. os modos de criar, fazer e viver;
III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manipulações artístico-culturais;

V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventário, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.”

.....

Como podemos observar nos textos constitucionais do período republicano pós 1930, o patrimônio cultural brasileiro abrangia apenas os monumentos e obras de valor artístico, além das paisagens naturais e os sítios arqueológicos, alcançando os bens de natureza imaterial somente com a Constituição de 1988, atualmente em vigor. No passado, a legislação federal mais importante no cumprimento do dispositivo constitucional restringiu-se ao Decreto-lei nº 25/37 publicado, como já vimos, no início do Estado Novo e que já vinha sendo discutido, por iniciativa de Gustavo Capanema, durante o Governo Constitucional de Getúlio Vargas (1934 a 1937).

Por sugestão de Capanema, então Ministro da Educação e Saúde, Mário de Andrade elaborou o ante-projeto para criação do SPHAN e considerava a arte como “habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos” pois, para Mário, arte equivalia a cultura (MEC/SPHAN/FNPM 1980, p. 97). Ao descrever, nesse projeto, a categoria das artes arqueológica e ameríndia, o poeta explicou que ela compreendia não apenas artefatos colecionáveis, mas também as paisagens e o folclore (id., ib. m, p. 92). Assim, ao lado das jazidas funerárias, dos sambaquis, das cidades lacustres, dos mocambos, da arquitetura popular, estavam no rol patrimonial de Mário de Andrade os vocabulários, os cantos, as lendas, a medicina e culinária

indígenas, a música, os contos, os provérbios e outras manifestações da cultura popular⁴.

O anteprojeto, no entanto, sofreu radicais modificações, deixou de incorporar o pensamento visionário de Mário de Andrade sobre patrimônio, prevalecendo a corrente monumentalista de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Publicado o Decreto-lei nº 25/37, percebe-se, já no texto do diploma legal e a seguir na atuação do SPHAN, a opção por uma corrente elitista, a partir das definições. De acordo com o artigo 1º, § 1º, do mencionado decreto:

“Art. 1º. Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

“§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.”

O pensamento que originou a criação do SPHAN e o Decreto-lei nº 25/37 é o mesmo que fundamentou a criação do Estado Novo — o nacionalismo autoritário que preconiza a necessidade de um estado forte, capaz de educar sua população livre de influências exógenas, unido em torno de um passado glorioso, coeso em relação aos princípios morais e religiosos, sob marcada influência da religião católica. No intuito de encontrar evidências sólidas e visíveis deste passado glorioso e original, o decreto privilegiou como política a preservação e o tombamento de bens imóveis.

⁴ ABREU, Regina e CHAGAS Mário. Memória e Patrimônio – Ensaio Contemporâneo. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. In SANT'ANNA, Márcia. A Face Imaterial do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: DP & A, 2003, p. 51.

De acordo com Falcão (1984)⁵,

“a política federal de preservação do patrimônio histórico e artístico se reduziu praticamente à política de preservação arquitetônica do monumento de pedra e cal. O levantamento sobre a origem social do monumento tombado indica tratar-se de a) monumento vinculado à experiência vitoriosa da etnia branca; b) monumento vinculado à experiência da religião católica; c) monumento vinculado à experiência vitoriosa do Estado (palácios, fortes, fóruns, etc.) e na sociedade (sede de grandes fazendas, sobrados urbanos, etc.) da elite política e econômica do país”.

Teoricamente, em seu capítulo II, artigo 4º, o Decreto-lei nº 25/37 prevê a possibilidade de inscrição no “Livro de tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico de bens culturais de origem ameríndia e popular”, entretanto, a política do Patrimônio, até final dos anos 1960, foi a de utilizar unicamente o instituto do tombamento para os monumentos da elite, e coincide com o período da gestão de Rodrigo de Melo Franco, que se estende da criação do órgão até 1967, quando é substituído por Renato Soeiro.

É bom lembrar que, em janeiro de 1946, o SPHAN transformou-se na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), pelo decreto-lei nº 8.534, que criou, na mesma ocasião, as quatro primeiras sedes regionais : Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo. Durante a gestão de Soeiro, exatamente em julho de 1970, novo decreto transforma a DPHAN em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sigla que permanece até 1979, quando Aloísio Magalhães, coordenador do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975, foi nomeado diretor do IPHAN.

⁵ FALCÃO, Joaquim. A política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In *Estado e Cultura no Brasil*. Sérgio Miceli (org.). São Paulo, Difel, 1984, p. 28.

Na década de 1970, surgem várias iniciativas na área de patrimônio, como resposta às críticas contra a “política de pedra e cal” realizada até então. Uma dessas iniciativas foi o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), junto à Secretaria do Planejamento (SEPLAN), criado em 1973, em decorrência de um estudo, realizado por um grupo interministerial, cuja finalidade consistia na recuperação e aproveitamento turístico dos núcleos históricos do Nordeste, abrangendo, inicialmente, os estados da Bahia até o Maranhão e, em um segundo momento, Espírito Santo Minas Gerais e Rio de Janeiro. No mesmo momento em que Aloísio assume a direção do IPHAN, ocorre a fusão do IPHAN, com o PCH e o CNRC. A nova estrutura era composta de dois órgãos: um normativo, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –SPHAN e um executivo, a Fundação Nacional Pró-Memória. Com a criação da Secretaria, volta a sigla SPHAN⁶.

1.4 PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

As décadas de 1950 e 1960 assistiram o desmantelamento dos impérios coloniais europeus na Ásia e África. Com o ressurgimento do nacionalismo e das diversas etnias até então abafadas, os novos países trouxeram para a esfera da ONU e, consequentemente da UNESCO, a questão das guerras fratricidas e da ameaça às culturas das etnias minoritárias. Diante da incerteza de mapas territoriais e governos surge a necessidade da criação de uma proteção transnacional ao patrimônio cultural e natural. Firmada em 1972 e devidamente ratificada no Brasil pelo Presidente Ernesto Geisel, a Convenção

⁶ A esse respeito ver: *Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil*. Brasília: MEC/SPHAN/Pro-Memória, 1980.

da UNESCO originou protestos de diversos países, principalmente os de culturas orientais, por protegerem unicamente bens móveis e imóveis, deixando de lado os conhecimentos tradicionais e manifestações artísticas dos povos.

No Brasil, a Convenção despertou grande interesse e resultados imediatos. A partir desta época, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), concordou em tomba bens como o Terreiro de Candomblé Casa Branca, em Salvador, cujo processo data de 1982. No entender de Aloísio Magalhães (1984)⁷, o Brasil é um país de cultura nova, ainda não completamente consolidada como a cultura européia. É preciso, portanto, preocupar-se também com as manifestações dinâmicas da cultura, identificá-las, registrá-las para que sejam classificadas e indexadas e depois devolvê-las à comunidade para então agir como for mais adequado em cada caso.

As primeiras reações ao conceito monumentalista de “pedra e cal” da principal instituição do patrimônio e à sua arte elitista partiram, na década de 1970, do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado como uma secretaria do MEC, em 1975, e que foi absorvido em 1980 pela Fundação Nacional Pró-Memória. A iniciativa coube à Aloísio Magalhães, artista plástico e designer que, como coordenador do CNRC, foi o inspirador e principal responsável pela criação da Fundação Pró-Memória, comandando o reordenamento das instituições federais de cultura, sob uma visão da integração dos saberes populares no conceito geral da nacionalidade.

⁷ MAGALHÃES, Aloísio. Bens Culturais: Instrumento Para um Desenvolvimento Harmonioso. Rio de Janeiro: Revista do Patrocínio Histórico e Artístico, nº 20, 1984.

Segundo Magalhães (op. cit.), entre os bens imóveis e móveis preservados pelo valor histórico e os bens culturais particulares de criação espontânea individual que compõem nosso acervo artístico, existem bens e manifestações populares que não são reconhecidos nem pela primeira nem pela segunda categoria que, no entanto, são a alma viva que faz pulsar a nação. Graças aos seus esforços, retomou-se no Brasil a linha do pensamento de Mário de Andrade, que norteou o anteprojeto de 1936 e que, segundo Joaquim Falcão, era avançada demais para a época em que foi concebida. Em decorrência da mobilização das organizações culturais em torno da Constituinte de 1988, alterou-se o dispositivo constitucional sobre o patrimônio cultural presente nas diversas constituições anteriores, e que permanecia inalterado, conforme foi visto anteriormente. Pela primeira vez na legislação brasileira, surgiu na nova Constituição, o conceito de “patrimônio cultural imaterial”, que abrangeria as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas.

Além do preceito constitucional de 1988, já mencionado, a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular da UNESCO⁸ deram o pontapé inicial para o desenvolvimento, no Brasil, da nova concepção de patrimônio cultural imaterial. Tratava-se agora de traduzir na política de patrimônio do governo brasileiro as novas correntes, já expressas nos textos,

⁸ (Paris, 1989 – que define “cultura tradicional e popular” como “Conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; seus padrões e valores são transmitidos oralmente, por imitação e outros meios. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a dança, os jogos, a mitologia, os ritos, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes”)

que finalmente contemplavam o que Mário de Andrade chamou de “a alma brasileira”.

Prejudicada no início da década de 1990 pela desastrosa gestão da cultural durante o Governo Collor, somente em 1997, durante as comemorações dos 60 anos de criação do SPHAN, a política governamental sobre patrimônio cultural imaterial ganhou fôlego com a realização do *Seminário do Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção*, em Fortaleza, de 10 a 14 de novembro. Deste Seminário resultou a famosa Carta de Fortaleza, contendo recomendações, dentre as quais o aprofundamento dos estudos sobre o tema e a criação de um novo instrumento legal instituindo um registro, como principal forma de preservação dos bens. Em seguida, o então Ministro da Cultura, Francisco Weffort, por meio das Portarias nº 37, de 4/3/1998, de 6/7/1998 e de 11/12/1998, respectivamente, nomeou as Comissões e o Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI), com a missão específica de realizar um amplo estudo sobre a matéria nos âmbitos nacional e internacional, avaliando o estágio atual da questão e propondo formas de proteção e apoio ao patrimônio imaterial.

A recomendação do GTPI, datada de 9/9/1999, detectou problemas como turismo predatório; apropriação inadequada das expressões pela mídia; uniformização de produtos decorrentes do processo da globalização da economia; apropriação industrial desses conhecimentos e comercialização inadequada (produção em série de cópias de objetos da cultura tradicional) e concluiu propondo a regulamentação do registro do patrimônio cultural

imaterial, através da criação de instrumentos capazes de reconhecê-lo e valorizá-lo. A publicação do Decreto 3.551/2000 foi o coroamento deste esforço.

O decreto estabeleceu a possibilidade de registro dos inventários sobre bens culturais em 4 (quatro) livros:

I – Livro do Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III – Livro de Registros das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registros dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Permitiu ainda, e nisto consiste seu grande avanço, que as propostas para instauração do processo de registro possam ser solicitadas por sociedades ou associações civis, além do Ministro da Cultura, instituições vinculadas ao Minc, secretaria de estado, município e Distrito Federal, ouvindo assim os verdadeiros interessados no patrimônio imaterial. O decreto 3.551/200 foi elogiado por Laurent Lévi-Strauss (2003)⁹, que considerou relevante o fato

⁹ LÉVI-STRAUSS, Laurent. Patrimônio Imaterial e Diversidade Cultural: o Novo Decreto para a Proteção dos Bens Imateriais. Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2. ed., p.79, 2003.

deste instrumento legal prever o acompanhamento dos bens culturais imateriais inscritos e sua revisão a cada dez anos. Segundo Lévi-Strauss (op. cit.) “mais ainda que qualquer outro, o patrimônio imaterial nasce, vive e morre. Intimamente associado à vida cotidiana das pessoas, não se poderia congelá-lo, nem perenizá-lo por decreto”. Foi criado ainda o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, regulamentado o artigo 8º do decreto e que já apresenta resultados consideráveis.

Até a presente data, foram inventariados e registrados nos respectivos livros os seguintes bens culturais imateriais: a escrita Wajãpi, por iniciativa do Museu do Índio (Amapá), o Círio de Nazaré (PA), o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (ES) e o Samba de Roda do Recôncavo Baiano (BA) por iniciativa das sub-regionais do IPHAN. O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFPC) criou o projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, tendo concluído os inventários do Bumba-Meu-Boi do Maranhão; o da Viola de Cocho Pantaneiro; o do Jongo no sudeste; o do Acarajé da Bahia; o das Cuías em Santarém e da Farinha no Pará; da Cerâmica do Rio Real em Minas Gerais; e o da Cerâmica Terena em Mato Grosso do Sul. Há vários outros projetos em andamento pelo Brasil (BELAS, Carla – 2004).

No âmbito internacional, verificou-se um aumento da preocupação com a proteção do patrimônio cultural imaterial. Essa preocupação se expressa, durante seminário realizado na República Checa, em 1995, quando a UNESCO se comprometeu a analisar melhor e ampliar a salvaguarda aos conhecimentos

tradicionais o nível regional. Este seminário também gerou a redação de um “Manual Metodológico” contendo os princípios de proteção à cultura tradicional e popular contra a exploração comercial inadequada. Esse “Manual” afirma que se a cultura tradicional e popular, além do valor cultural e simbólico, possui também valor econômico, e se de fato sofre pressões da comercialização, para preservá-la de perdas ou deformações é necessário criar um ambiente legal adequado e favorável, que garanta melhor proteção às tecnologias tradicionais, aos padrões artesanais e ao direito de autor de intérpretes e criadores de músicas e danças tradicionais. Em 1997, durante o “Fórum Mundial Sobre a Proteção do Folclore”, realizado na Tailândia, discutiu-se a atual impossibilidade de proteção pelas leis autorais, elegendo-se o domínio público remunerado como um dos possíveis instrumentos jurídicos de proteção ao patrimônio imaterial.

Por iniciativa da UNESCO também, em 1996 criou-se o projeto “Tesouros Humanos Vivos” visando preservar as tradições orais ameaçadas de desaparecimento através do reconhecimento e apoio oficial aos “detentores” do saber¹⁰. Outra iniciativa da UNESCO consistiu na realização, em setembro de 1997, no México, do Seminário Regional sobre a Aplicação da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular da América Latina e Caribe. Nesta ocasião, a maior parte dos países consultados considerou necessária a elaboração de leis específicas para a proteção da cultura tradicional e popular como forma de proteger corretamente essas expressões, inclusive pela via da investigação da possibilidade de registro da propriedade

¹⁰ In O Registro do Patrimônio Imaterial – MINC – IPHAN, Fundação Nacional de Arte, Brasília, 2003.

coletiva. O Brasil respondeu positivamente em novembro do mesmo ano, com a já mencionada Carta de Fortaleza (fls. 20) que, verificando a necessidade de regulamentação dos arts. 215¹¹ e 216 da atual Constituição (1988), deu origem ao grupo de estudos que sugeriu e redigiu o Decreto 3.551/2000, criando o Registro do Patrimônio Cultural Imaterial, já referido neste trabalho.

¹¹ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

.....

2. ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS

2.1 ARQUIVOS E SOCIEDADE

2.1.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA

No mundo moderno, nossa sociedade produz diariamente enorme quantidade de informação, que é armazenada em meio seguro, reunida e mantida, gerando arquivos. Criar arquivos entretanto, não é um objetivo em si. Os arquivos surgem em decorrência da acumulação de registros gerados no exercício de funções e atividades de pessoas e/ou instituições, nos mais diversos setores da sociedade. Uma vez constituídos, eles funcionam em primeiro lugar, como resposta à necessidade de um acesso veloz às informações confiáveis que possam atestar, servir de prova, estabelecer direitos; em segundo lugar, como meio de informação e estudo de fatos e acontecimentos do passado.

A história nos conta que os povos antigos já reconheciam a importância dos arquivos. Escavações arqueológicas encontradas recentemente demonstram claramente a existência de arquivos no Oriente Próximo e na Ásia, sejam eles públicos ou privados, financeiros ou religiosos, municipais, ou da realeza. Criados para atender objetivos específicos em sua época há milhares de anos atrás, eles hoje refletem fielmente as atividades daqueles que os constituíram.

Em tempos mais recentes, estudos sobre a Antigüidade Clássica mostram que Egípcios, Gregos e Romanos mantinham arquivos bem organizados, sendo os mais relevantes aqueles sobre o Império Romano. Havia arquivos

sobre atividades econômicas, religiosos, bem como arquivos de propriedade do Estado, nos níveis municipal, provincial e central. Observa-se, nesse período, que os “arquivos pessoais” dos altos membros da administração, eram guardados junto com os documentos públicos mostrando como, desde então, eram tênues os limites entre o público e o privado.

Com o declínio do Império Romano, a série de guerras que devastou a Europa encarregou-se de dispersar os preciosos documentos que, em grande parte, se perderam para sempre¹². Durante toda a Idade Média, o que sobrou desses arquivos passou a ser escondido nos mosteiros e Igrejas, ou eram transportados, em baús, pelos nobres e reis, cujos reinados eram nômades.

No final do período romano, com o Renascimento e a gradual retomada do direito romano:

“.....once again there developed the idea of archives as a reservoir of proofs, titles, an arsenal of legal weapons used to protect the rights and privileges of kings, princes, and other regencies. Charters, those veritable treasure-houses of titles and proofs. were organized, along with registry offices, thus creating the custom of safeguarding title-deeds, registers, deliberations. correspondence. accounts and documentary evidence. As the powers of State authority increased. clerk's offices or records repositories came into being to handle the administrative activity of various levels of government, such as the *Chambre des comptes* in France and the *Exchequer* in England. In addition, every office took the initiative of creating its own archives, until finally sovereigns felt the need, around the end of the sixteenth century , to centralize them, thereby turning them into instruments of rule which they alone might use. The concept of archives as an administrative tool, created for the sole use of the sovereign, would predominate... until the end of the eighteenth century.”¹³

Assim como na política de preservação de patrimônio cultural, a Revolução Francesa de 1789 constitui-se o marco inovador na conceituação de arquivos públicos. Como afirmação do novo regime os arquivos da Coroa passaram a ser considerados bens públicos, pertencentes a todo o povo francês. Os documentos, valorizados, passaram a ser vistos como confirmação da história,

¹² COUTURE, Carol and ROUSSEAU, Jean-Yves, *The life of a document*. Montréal, Véhicule Press, 1987.p.21

conforme interpretação de Le Goff, mencionada no capítulo anterior. Assim, se restaurou como nos tempos clássicos, o princípio da abertura dos arquivos do Estado a seus cidadãos, sendo criada a primeira rede de arquivos dos tempos modernos. Os arquivos, antes reunidos apenas para cumprir finalidades administrativas, passaram a ser utilizados, a partir do século XIX, como fontes para pesquisas históricas (o que se chama, na teoria arquivística, de função secundária dos arquivos), quando do surgimento dos movimentos nacionais e, sobretudo, com o surgimento da História como disciplina. A partir de então, os historiadores passaram a pressionar os arquivos nacionais, no sentido de abrirem, de fato, seus acervos ao público.

Aos poucos, os países foram organizando sua política de acesso aos documentos arquivados, permitindo que as informações fossem tornadas acessíveis e colocadas à disposição e uso da população, com certas ressalvas quanto ao prazo em que isto ocorreria, desde que respeitados os limites relativos à segurança do estado e à intimidade dos cidadãos.

Somente no século XX, a legislação internacional começou a oficializar esta política de acesso aos documentos de arquivos. Foi também durante o século XX, que a arquivologia, surgida no final do século XIX, começou a se desenvolver enquanto disciplina. Com o crescimento do volume documental, decorrente do desenvolvimento da burocracia, sobretudo após a 2ª Guerra Mundial, tornou-se necessário o estabelecimento de uma política de gestão documental, visando a avaliar e selecionar o que se devia guardar

¹³Idem , p.22.

permanentemente, eliminando o restante. A primeira comissão criada para enfrentar o tremendo fluxo de informações e tentar contê-lo em sua origem surgiu nos Estados Unidos, em 1946, durante o período do presidente Hoover. Tornou-se totalmente operacional em 1953, tendo revolucionado a política arquivística norte-americana, criando o cargo do Arquivista Central Norte-Americano, que supervisionaria as duas divisões arquivísticas, a primária e a secundária. De acordo com Couture e Rousseau¹⁴, a Inglaterra, verificando o sucesso da gestão arquivística norte-americana criou sua própria comissão em 1952 (Grigg Commission) que, nas mesmas linhas, organizou a estrutura, sancionada em 1958 pelo Public Record Act. No Canadá, desde 1949 a Massey Commission estudava a questão e recomendava a criação de um programa de gestão arquivística sob a jurisdição do Dominion Archivist, que, em 1966, recebeu a tarefa de processar os registros do governo na sua totalidade, independentemente de antigüidade ou utilização. Todas estas comissões, criadas após o término da 2ª Guerra Mundial, em 1945, quando o número de famílias separadas, crianças órfãs e vidas destroçadas exigia um grande esforço na gestão documental, serviram para processar as informações vitais para as populações desejosas de paz e de normalidade. O direito à informação ganhou relevância até então não reconhecida, enquanto a privacidade e a intimidade passaram a ser destacados dentre os direitos individuais.

Mais recentemente, a UNESCO inovou, reconhecendo a existência de arquivos privados ao definir arquivos como *“a group of records, regardless of age or*

¹⁴ COUTURE, Carol and ROUSSEAU, Jean-Yves, obra citada

characteristics, brought together (either compiled or received) by an individual or institution (public or private) to form a whole and to fulfill certain tasks, retained as proof and for administrative needs, as well as for general informational value” (Couture and Rousseau, op. cit. fls. 23)

2.1.2 DIREITOS COLETIVOS E DIREITOS INDIVIDUAIS – SIGILO, INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE

Com a constituição dos Estados – nação e o desenvolvimento das democracias nos diversos países, a partir da independência norte-americana (1776) e da Revolução Francesa (1789), como já foi mencionado anteriormente, os acervos dos Arquivos, as Bibliotecas e os Museus Nacionais, foram considerados bens públicos e colocados à disposição dos cidadãos. A centralização dos arquivos nas instituições culturais destinadas à guarda dos documentos, aliada às novas tecnologias que permitem a reprodução e a preservação de documentos frágeis foi fortalecida por novas leis que garantem ao público o acesso impulsionando a pesquisa histórica. Paralelamente, no campo dos direitos coletivos, surge o direito à informação, enquanto na esfera privada conceituava-se como um dos direitos da personalidade, o direito à privacidade. De acordo com Dotti,

“A legitimidade e a universalidade do direito à informação não impedem que ele sofra restrições de outros direitos igualmente importantes para o indivíduo e para a sociedade, como por exemplo o respeito à vida privada e a garantia da soberania do país (um dos aspectos do segredo de Estado). O direito ao respeito à vida privada é o limite nº um à liberdade de informação. Integra o conjunto de “direitos da personalidade” considerados intransmissíveis e irrenunciáveis, e que englobam o direito à vida e à integridade física,

o direito ao nome, à honra e à imagem, à liberdade de ir e vir e à inviolabilidade do domicílio, além dos direitos autorais”.¹⁵

A legislação internacional e a jurisprudência nos diversos países foram consagrando o direito à informação como um dos pilares da democracia, associado à liberdade de expressão e de imprensa. A evolução tecnológica desde o início do século XX tornou ainda mais vulnerável o direito individual à privacidade. “A partir das incessantes inovações tecnológicas acirradas com a invenção dos meios de fixação das criações do espírito e apreensão da imagem, sobretudo a fotografia, a necessidade de formular mecanismos de proteção ao indivíduo tornou-se sobremaneira relevante” (Jabur, 2005)¹⁶.

Em todo o mundo, principalmente após a II Guerra Mundial, a legislação civil e penal e respectiva jurisprudência dos tribunais evoluiu no sentido de preservar a intimidade, a honra e a privacidade dos indivíduos, garantindo ainda os direitos coletivos de liberdade de expressão e de informação.

No Brasil, onde momentos de democracia foram alternados com longos períodos de regimes autoritários, a Lei 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 conhecida como Lei de Imprensa, foi a primeira a criar penalidades para as violações dos direitos da personalidade (nome, imagem, honra, intimidade e privacidade) com o abuso da liberdade de expressão. Em 1973, através da edição da Lei 5.988/73 (lei dos direitos autorais) começava a se formar, em

¹⁵ DOTTI, Rene Ariel. Proteção da vida privada e liberdade de informação: possibilidades e limites. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1980, p.22-23 APUD COSTA, Célia Leite. Intimidade *versus* interesse público: a problemática dos arquivos. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: UNESP, v.11, n.21, 1998, p.193.

plena ditadura militar, o suporte jurisprudencial para a proteção dos direitos de imagem e privacidade, em oposição aos direitos fotográficos e cinematográficos dos autores. Ainda na esfera das comunicações, em 1978, o setor publicitário, para escapar da censura prévia às suas criações, elaborou um código de ética (código de autoregulamentação) e um conselho disciplinar (CONAR), consagrado através do III Congresso Brasileiro de Propaganda (1978) contendo restrições às violações de direitos da personalidade, de direitos de propriedade intelectual e outros, aplicáveis às agências, anunciantes e veículos. Aos poucos, a legislação e a jurisprudência consagravam na esfera privada direitos que ganharam status constitucional, pela primeira vez, nos diversos itens do art. 5º da Constituição Federal de 1988, quando foram restabelecidas, no âmbito legal, as liberdades democráticas no Brasil. Alçados às garantias constitucionais, os direitos da personalidade obtiveram finalmente no país o tratamento digno de sua relevância, fazendo-se necessário também legislar sobre o assunto.

Entretanto, como alerta Dotti¹⁷ “é extremamente difícil precisar a fronteira oscilante entre o interesse público à informação e o domínio particular”. A própria constituição brasileira colocou os direitos da personalidade e o direito à informação no mesmo nível, ao consagrar o último em seu artigo 5º, item XIV. Verificamos então que não existem, quanto a este assunto, direitos absolutos: ao direito à informação contida nos arquivos públicos, sobrepõe-se o interesse

¹⁶ JABUR, Gilberto Haddad. A dignidade e o rompimento de privacidade. Direito à Privacidade / Ives Granda Martins Filho, Antônio Jorge Monteiro Junior, (coordenadores). Aparecida, SP: Idéias & Letras; São Paulo: Centro de Extensão Universitária, 2005, p.85

¹⁷ DOTTI, APUD COSTA op. cit, p.134

do Estado e o sigilo; o direito individual de privacidade encontra-se limitado pelo interesse público e pela liberdade de expressão.

Ainda que, em termos conceituais, o pensamento no Brasil tenha acompanhado, embora com atraso, o resto do mundo, na prática os fatos sempre demonstraram que a situação era diferente. Segundo Costa¹⁸, durante o Império, o Arquivo Público, criado em 1838, só liberava seus documentos para uso do governo ou para pessoas da inteira confiança do imperador, o que fez com que essa instituição tenha se tornado em “guardiã do segredo de Estado, constituindo-se na antítese dos arquivos nacionais europeus, engajados na construção da consciência histórica, característica do século XIX”.

Durante o período republicano, alternamos momentos mais democráticos com ditaduras, para as quais a censura se justificava em nome da segurança nacional, ignorando consequentemente constituições liberais e os tratados internacionais sobre o tema. Todas as constituições republicanas regularam os direitos e garantias individuais bem como o direito da sociedade à informação, apesar da ausência de leis ordinárias regulamentando o exercício de tais direitos e respectivas sanções no caso do descumprimento. Durante quase todo o século XX, não houve por parte do Estado brasileiro a preocupação em legislar no sentido de garantir o acesso. O sigilo, ao contrário, sempre foi uma preocupação dos governantes, desde o tempo do Império e durante toda República. Aliás, até o advento da Lei nº 8.159, de 1991, (a Lei de Arquivos) não havia uma política de arquivos em âmbito nacional, estabelecendo prazos para recolhimento dos documentos públicos às instituições arquivísticas, bem como normas para a preservação e o acesso à esses documentos.

¹⁸ COSTA, op. cit, p.193.

Somente na Constituição Federal de 1946, houve o reconhecimento do valor dos documentos, entre os bens culturais da nação (artigo 175 já mencionado no capítulo sobre patrimônio). Este diploma legal, imbuído do mesmo espírito elitista que norteou a política cultural do Estado Novo não menciona o direito à informação ou a utilização dos documentos como prova, destacando apenas o “valor histórico e artístico” dos mesmos.

A chamada “constituição – cidadã” de 1988 é apontada por juristas e tratadistas do direito, como o primeiro texto legal brasileiro a incluir, em seu artigo 5º, entre os direitos individuais, o de respeito à privacidade, à honra e à imagem do cidadão. A legislação especial já mencionada (lei de imprensa, direitos autorais, código de publicidade) permitira anteriormente alguns avanços de caráter doutrinário e privado, porém dificilmente repercutia na Imprensa silenciada pela censura, nos tribunais mutilados pelas cassações ou no legislativo que funcionava unicamente para convalidar os atos da ditadura. Ainda assim, por força de compromissos firmados em tratados internacionais, com exigências de reciprocidade, a proteção à propriedade intelectual ganhou relevância com a edição quase simultânea da Lei Autoral (1973) e do Código de Propriedade Industrial (1975).

A lei autoral brasileira, ao estabelecer os limites dos direitos de autor relacionados à fotografia e à obra audiovisual, preservou a privacidade, a imagem e a honra das pessoas assim retratadas, além de reservar ao autor

das cartas o direito de permitir sua divulgação (art. 33)¹⁹. Em seu art. 49²⁰ (das limitações aos direitos do autor), item f)²¹, a pessoa retratada ou seus herdeiros podem se opor à divulgação da fotografia ou de retratos pintados; o art. 82²² repete as restrições à exposição, reprodução e venda de retratos, os arts. 90²³ e 91²⁴ vedam a divulgação de fotos e filmes sobre operações cirúrgicas sem autorização do cirurgião, da pessoa operada e de seus herdeiros.

Até a publicação da Constituição Federal de 1988, portanto, toda a jurisprudência brasileira sobre aspectos relacionados à privacidade baseava-se na lei autoral e em um grau menor, na Lei de Imprensa²⁵ (1967) para os casos de calúnia, difamação e invasão de intimidade. No entender de Milton Fernandes²⁶, comentando a referida lei:

“Ao fixar a responsabilidade civil emergente da liberdade de manifestação do pensamento e de informação, o art. 49 introduziu duas novidades substanciais no nosso sistema: a reparação do dano moral, de que cuidaremos em seguida, e a proteção da vida privada. Manda o §1º do citado artigo que nos casos de calúnia e difamação, a prova da verdade, desde que admissível na forma dos arts. 20 e 21, excepcionada no prazo da contestação, excluirá a responsabilidade civil, salvo se o fato imputado, embora verdadeiro, diz respeito à vida privada do ofendido e a divulgação não foi motivada em razão de interesse público. É esta a primeira referência, em um texto legal brasileiro, à intimidade como um todo. Embora verdadeiro o fato, se é relativo à vida privada, a exceptio não exclui a reparação civil. Proclama o parágrafo, em outros termos, que, embora exato o

¹⁹ Art. 33. As cartas missivas não podem ser publicadas sem permissão do autor, mas podem ser juntadas como documento, em autos oficiais.

²⁰ Art. 49. Não constitui ofensa aos direitos do autor:

²¹ f) de retratos, ou de outra forma de representação da efígie, feitos sob encomenda, quando realizada pelo proprietário do objeto encomendado, não havendo a oposição da pessoa neles representada ou de seus herdeiros.

²² Art. 82. O autor de obra fotográfica tem direito a reproduzi-la, difundi-la e colocá-la à venda, observadas as restrições à exposição, reprodução e venda de retratos, e sem prejuízo dos direitos de autor sobre a obra reproduzida, se de artes figurativas.

²³ Art. 90. A exposição, difusão ou exibição de fotografias ou filmes de operações cirúrgicas dependem da autorização do cirurgião e da pessoa operada. Se esta for falecida, da de seu cônjuge ou herdeiros.

²⁴ Art. 91. As disposições deste CAPÍTULO são aplicáveis às obras produzidas por qualquer processo análogo à cinematografia.

²⁵ Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

²⁶ FERNANDES, Milton: Proteção Civil da Intimidade, Edição Saraiva, 1977, p. 269-270

acontecimento, sua divulgação é ilícita se mostra a vida íntima do interessado, sem razão de interesse público. Foi feliz a solução ao fixar o interesse público como limite da privacidade, bem como ao impor as perdas e danos ainda na hipótese de autenticidade do evento. Esta não importa, desde que tenha implicado invasão da reserva”.

A Constituição Federal de 1988 consolidou os direitos da personalidade, dentre os quais o de privacidade e intimidade, de acordo com os princípios formulados pela legislação que a antecedeu e pela jurisprudência dos tribunais brasileiros, dando-lhes peso de norma pétrea e estabelecendo de forma definitiva a indenização cabível pela violação de tais direitos, sob a forma de danos morais. Pacificou conseqüentemente a doutrina vacilante quanto ao “pretium doloris” ou seja, o preço da dor, que não seria mensurável e conseqüentemente indenizável.

Resta ainda resolver os conflitos que ocorrem quando o direito à informação encontra como barreira um dos direitos da personalidade e vice versa. Recentemente, o artista João Gilberto notificou os produtores do documentário “Coisa Mais Linda”, que versa sobre o surgimento da bossa nova no Rio de Janeiro, de 1958 a 1962, por uso indevido de sua imagem. O documentário se encerra com o famoso show de músicos e intérpretes brasileiros no *Carnegie Hall*, em Nova York, do qual o referido artista foi destaque, mudando a história da música brasileira. João, que atualmente vive enclausurando, alega que não autorizou o uso de sua imagem e interpretação na obra e deseja que a mesma seja retirada do filme. Os produtores respondem ser impossível narrar a história da bossa nova para as novas gerações sem mostrar, ainda que por breves minutos, João e sua batida inconfundível, sob pena de serem considerados omissos. Tanto o cantor, quanto os produtores do documentário, encontram

amparo na Constituição Federal de 1988: o primeiro, no direito de imagem, relacionado aos direitos de personalidade; os segundos, no direito à informação e à livre expressão, ambos direitos que dizem respeito à coletividade. Como decidir e em favor de quem? Acreditamos que deva prevalecer o direito do público de receber a informação correta em veículo audiovisual, no caso o documentário, porém cabe ao Poder Judiciário a decisão.

Esta questão, controvertida no Brasil e nos demais países que adotam o regime do Código Civil, como a França e a Itália, é resolvida nos Estados Unidos e na Inglaterra de maneira mais categórica. Nos dois países, a liberdade de expressão é norma pétrea constitucional e nenhuma restrição se admite à liberdade de expressão. O Telecommunications Act norte americano, votado e aprovado no Congresso e sancionado pelo Presidente da República em 1996 teve seu Capítulo V, relativo à Proteção da Criança vetado pelo Supremo Tribunal porque restringe a liberdade de expressão ao condenar o uso de palavras obscenas e de significado sexual na circulação pela Internet. Nos Estados Unidos, nem mesmo questões julgadas de “interesse público” podem afastar direitos e garantias constitucionais.

Ainda que previsto de modo tímido nas diversas constituições anteriores, o direito à informação ganhou destaque na Constituição Federal de 1988, com o princípio geral do art. 5º²⁷, item XIV²⁸ e a novidade do “habeas-data” dos itens

²⁷ Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIII²⁹ e LXXII³⁰ do mesmo artigo. Firmado o direito do cidadão de receber dos órgãos públicos as informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo, ou geral, ressaltando-se o sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do estado, a Constituição em vigor estabeleceu os parâmetros para a construção de uma política arquivística nacional, mantendo ao mesmo tempo a política cultural associada aos documentos no art. 216³¹, item IV³², já mencionado, e seu §2º³³. Ficou determinado à administração pública a gestão documental, mediante regras a serem fixadas em lei específica, o que ocorreu somente em 1991. Na verdade, desde 1984 tramitava no Congresso um projeto de lei de Arquivos que terminou sendo arquivado. Após a Constituição de 1988 e de toda discussão ocorrida no âmbito da sociedade civil, um novo projeto foi encaminhado à Câmara, por iniciativa do Arquivo Nacional, sendo aprovado em fins de 1990 e sancionado como lei, em janeiro de 1991.

2.2 A POLÍTICA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA

²⁸ XIV. é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

²⁹ XXXIII. todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

³⁰ LXXII. conceder-se-á habeas data:

a. para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b. para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

³¹ Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

³² IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

³³ §2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Atribuimos à nossa herança colonial e à nossa democracia imperfeita a falta de uma política oficial que determinasse as funções, a organização e a finalidade dos arquivos públicos brasileiros. Com efeito, ainda que tivéssemos, inspirados pelos ventos libertários franceses e norte-americanos, sucessivamente nos tornado independentes de Portugal e depois republicanos, a realidade é que os arquivos oficiais no Brasil, nos diversos níveis, sempre estiveram fora do alcance dos cidadãos e foram gerenciados em nome do sigilo do Estado e da segurança nacional. Apesar de adotamos o princípio da publicidade para os atos da administração pública, o que significa a necessidade da publicação nos Diários Oficiais de todo e qualquer ato da autoridade para convalidá-lo, os atos secretos se multiplicaram ao longo do período republicano, em nome do estado. O acesso da população aos arquivos, dos diferentes níveis da administração vem sendo limitado por decretos criados pela burocracia do estado, para cerceá-lo ou impedi-lo.

Enquanto países europeus e norte-americanos organizavam seus arquivos para possibilitar o rápido acesso, estabelecendo a quebra do sigilo em prazos relativamente curtos, no Brasil os sucessivos governos autoritários dificultavam o acesso à informação e a liberdade de expressão, entre outras garantias individuais. Mesmo após a lenta redemocratização a partir da década de 1980, a enorme dificuldade do Estado brasileiro em desenvolver uma política de gestão de arquivos dentro da administração pública, de forma assegurar, o recolhimento dos documentos às instituições arquivísticas e posterior disponibilização ao público, demonstra o apego dos governantes brasileiros

aos documentos secretos e sigilosos, à preservação de um passado que, precisamos primeiro conhecer, para que possamos superar e preparar o futuro.

A Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, tão aguardada, além de prevista na *lex mater* e colocou o Brasil, em termos de legislação arquivística, no mesmo patamar das nações desenvolvidas e democráticas. No entanto, precisava ser regulamentada em vários aspectos. Um dos pontos positivo do novo diploma legal consistiu na criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão vinculado à Casa Civil da Presidência da República, responsável pela regulamentação e normatização das diversas atividades arquivísticas.

Além da criação do CONARQ, a "Lei de Arquivos", contendo dispositivos de ordem prática, define e regulamenta o funcionamento e o acesso aos arquivos públicos, organizando suas finalidades, criando prazos diferenciados para o acesso aos documentos sigilosos, distinguindo entre os necessários para a segurança da sociedade e do Estado e aqueles sobre a honra e a imagem das pessoas. Os prazos estabelecidos para o sigilo dos documentos (100 anos para documentos sobre a honra e a imagem das pessoas e 30 anos para segurança da sociedade e do Estado) espelham, em média, o que já vem sendo praticado no resto do mundo, e o artigo 22 da referida lei repete e consagra o dispositivo constitucional, assegurando o direito de pleno acesso aos documentos públicos.

O CONARQ começou a funcionar em 1994, e um dos primeiros aspectos a serem regulamentados foi a questão do acesso aos documentos de arquivos.

Foi criada uma “comissão especial” para estudar o assunto e elaborar uma minuta de decreto, cujo texto definitivo, sem emendas, foi editado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em fevereiro de 1997, recebendo o número 2.134. O referido decreto, de âmbito nacional e aplicável aos três poderes, seguiu padrões internacionais e criou quatro categorias de documentos sigilosos, com respectivos prazos de abertura ao público, a saber: documentos ultra-secretos estabelecido em 30 anos; secretos, 20 anos; confidenciais, 10 anos; e reservados, 5 anos. Todos esses prazos poderiam ser renovados por igual período. A grande conquista democrática introduzida pelo “decreto de acesso”, como era conhecido, consistia nas “comissões de acesso”, constituídas por profissionais das diversas áreas, incluindo juristas, historiadores e arquivistas, que deveriam funcionar em todos os órgãos e instituições responsáveis pela guarda de documentos sigilosos. Cabia a essas comissões, entre outras atribuições, a de analisar periodicamente os documentos, encaminhando para as autoridades competentes sua desclassificação ou renovação do prazo de sigilo, quando isso se fizesse necessário.

Em 27 de dezembro de 2002, entretanto, sem que houvesse justificativa clara, o presidente da República revogou o decreto de 1997, editando um novo decreto, o n. 4.553, criando novos prazos e novas regras para os documentos sigilosos. Por esse novo decreto, antidemocrático e inconstitucional, o prazo do sigilo classificado como ultra-secreto passou de 30 para até 50 anos, violando o limite estabelecido por lei (Lei nº 5.198/91, artigo 23, §2º).

Após manifestação da mídia e da sociedade civil, o governo do presidente Lula editou um novo decreto³⁴, restabelecendo os prazos anteriores. Entretanto, através de uma Medida Provisória³⁵, posteriormente transformada em Lei, instituiu uma comissão interministerial intitulada "Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas", com poderes para prorrogar os prazos de abertura dos documentos públicos, mesmo os que já estivessem com os limites de renovação esgotados.

Houve falhas na edição do decreto nº 5.301, o presidente Lula, apenas retificou conforme a lei os prazos do sigilo dilatados por Fernando Henrique Cardoso e instituiu a Comissão já mencionada, composta por seis Ministros de Estado e pelo Advogado Geral da União, para classificar os documentos sigilosos e liberá-los, uma vez decorrido o prazo, para consulta. Ocorre que não houve a revogação formal do decreto anterior, com o qual conflita; nem mesmo regulamentou-se a questão do sigilo individual, da privacidade dos cidadãos. Percebendo as falhas, o Presidente Lula voltou a legislar sobre o assunto, desta vez através da Lei 11.111, de 5 de maio de 2005, regulamentando a parte final do disposto no inciso XXXIII, do art. 5º, da Constituição Federal e, aparentemente, desburocratizando o acesso aos documentos públicos de interesse particular ou de interesse coletivo, ou geral. No entanto, todas as solicitações de acesso devem ser analisadas pela já referida Comissão, que sempre poderá impedi-lo. O artigo 7º da lei ora em exame traz finalmente dispositivos sobre a questão tão discutida da intimidade, vida privada, honra e imagem de pessoas, relacionada aos arquivos públicos.

³⁴ Decreto n.5.301, de 09 de setembro de 2004.

³⁵ Medida Provisória n. 28, de 09 de setembro de 2004.

Tudo leva a crer que o atual governo pretende encontrar a solução para permitir aos brasileiros o exercício de seus direitos constitucionais. A dificuldade agora será fazer com que a Comissão Interministerial funcione, uma vez que, passados que são muitos meses da edição da Lei 11.111/05, isto ainda não está ocorrendo.

Além da duvidosa eficácia da “Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas”, vale registrar outros aspectos que eram abrangidos pelo primeiro decreto (2.134/97) e que não constam da nova legislação. Esses aspectos dizem respeito a abrangência nacional e a extensão de sua aplicabilidade aos poderes legislativo e judiciário. A nova legislação atende apenas o poder executivo em nível federal, o que significa dizer que os estados e municípios da federação, bem como os outros dois poderes, estão órfãos em matéria de legislação arquivística.

2.3 OS ARQUIVOS PRIVADOS – TRATAMENTO JURÍDICO – DOAÇÃO – GUARDA E ACESSO

Já foi mencionado neste trabalho que a Lei nº 8.159/91, que contém a política arquivística brasileira “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados ...” A própria definição de arquivos, para fins legais, contida no artigo 2º do mesmo diploma legal afirma que arquivos: “são conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, bem como por pessoa física (grifo nosso), qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos”.

Compreendemos então que a lei trata do mesmo modo os documentos originados e produzidos por instituições públicas e sob a sua guarda e documentos originados e produzidos por instituições privadas ou por pessoas físicas, em qualquer suporte e sob sua guarda. A diferença, quando se tratar de arquivos privados, é que a propriedade, aí incluída a posse, é de terceiros e não do Poder Público. Tais arquivos, entretanto, podem vir a ser classificados de interesse público, desde que considerados importantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional³⁶. Nesse caso, consoante a Resolução 17 do CONARQ, de 25 de julho de 2003, o arquivo é submetido à apreciação de uma comissão nomeada, que emite um parecer, mediante o qual o presidente da República assina o Ato declaratório. Uma vez classificados como de interesse público e social, os arquivos deverão ser mantidos e preservados de acordo com normas técnicas aprovadas pelo Conselho, sendo proibida sua transferência para o exterior ou sua venda sem conceder a preferência ao Poder Público na aquisição.

A simples leitura da lei e da resolução podem trazer a sensação de que funciona no Brasil o mesmo conceito dos “arquivos totais” canadenses, em que o público e o privado se complementam em benefício da cidadania. “No Canadá, os arquivos pessoais são visto como complemento e suplemento dos fundos de arquivos oficiais ou públicos..... A tarefa arquivística coletiva no Canadá é preservar a evidência documentada da governança da sociedade, não apenas da atividade governante dos governos”³⁷ (Cook – 1997). No Brasil,

³⁶ Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002 (art. 22)

³⁷ COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno. Estudos Históricos. - Arquivos Pessoais. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

não temos tido os mesmos recursos ou eficiência para adquirir, manter e organizar arquivos privados de grande valor ou interesse, já que os próprios recursos destinados aos arquivos públicos são insuficientes. Por razões semelhantes, grandes bibliotecas médicas e jurídicas já foram adquiridas por instituições estrangeiras e os arquivos privados doados espontaneamente às instituições e museus públicos encontram-se, na maior parte, relegados ao abandono.

A regra do art. 15 da lei arquivística prevê duas modalidades de aquisição de arquivos privados de interesse público por instituições arquivísticas públicas: o depósito a título revogável e a doação. Talvez por desconhecimento da lei, ou por falta de política própria para o tratamento dos depósitos revogáveis, as instituições públicas aceitam apenas doações e relutam ainda em aceitá-las quando o contrato contém encargos ou penalidades por descumprimento de obrigações. Ao estabelecer a doação como instrumento preferencial, se não o único, o Estado fica privado de diversos acervos que poderia receber inicialmente em depósito para depois consolidar a doação. Em tempos de digitalização e Internet, a posse temporária é suficiente para copiar um acervo de documentos e fotos em meio digital. Devolvidos os documentos originais, valiosos apenas para os colecionadores ou para fins probatórios, os acervos digitais poderiam estar acessíveis aos pesquisadores e ao público em geral, sem o risco da destruição dos originais e sem o ônus de sua guarda pelo Poder Público.

Apesar do que dispõe o artigo 15 já mencionado não há, de fato, regras estabelecidas nas instituições públicas para o recebimento dos arquivos particulares. Os seminários organizados para as instituições culturais do Estado e Município do Rio de Janeiro, em 2005, revelaram que as decisões relativas aos instrumentos jurídicos necessários são tomadas pelos administradores nomeados para o cargo, nem sempre acompanhadas pela assessoria especializada que os casos diversos sugerem. Como resultado desta falta de padronização até dentro da mesma esfera dos instrumentos de aquisição dos acervos, as relações entre doadores e donatários são sempre precárias, eivadas de desconfiança de parte a parte. Enquanto os doadores interessados e participantes são percebidos como vilões, por parte das instituições donatárias, estas, aos olhos daqueles, são consideradas relapsas e desorganizadas. Das relações instáveis de desconfianças mútuas, resultam a falta de diálogo e a insegurança com relação às possibilidades de utilização do acervo, uma vez identificado e organizado. Há ainda, por parte de colecionadores e donos de acervos importantes, uma desagradável sensação de que estão sujeitos, a qualquer momento, a perder a posse e/ou a propriedade de seus bens. Como não existe o conhecimento formal da lei, ou seja da Resolução 17 que regula as formalidades para tal declaração e toda sua tramitação até virar um decreto presidencial, há o temor da desapropriação.

As razões acima elencadas, somadas ao descaso generalizado com a preservação, classificação e acesso às fontes arquivísticas privadas nas instituições culturais brasileiras destinadas à guarda de acervos, conduzem a

uma realidade pouco estimulante para a pesquisa. Na verdade muito poucos tem acesso a um número pequeno de acervos privados, sejam eles de interesse público ou não.

Apenas para exemplificar, até a presente data, ou seja, passados que são 15 anos da lei de arquivos, foram editados apenas dois decretos declarando o interesse público de dois arquivos privados respectivamente, o arquivo pessoal do jornalista Barbosa Lima Sobrinho³⁸ e o arquivo privado da empresa de bebidas Brahma. Convém lembrar que, mesmo antes da Resolução 17 do CONARQ, regulamentando a declaração de interesse público dos arquivos privados prevista na “Lei de Arquivos”, a Lei n. 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre os arquivos privados dos ex-presidentes da República, declara esses arquivos como de interesse público.

Afastadas as questões de sigilo e privacidade, independente de se considerar o interesse público e a função social de determinados arquivos, existem, assim mesmo, milhões de documentos públicos e privados que nunca estiveram disponíveis, quer para pesquisa, quer para exposição. Coleções inteiras de documentos e acervos culturais brasileiros largados em instituições públicas jamais serão vistos pelos seus destinatários. Estas também são as conclusões de Anthony Seeger³⁹ (Belém – 2004), após sua participação no seminário Propriedade Intelectual e Patrimônio Cultural – Proteção do Conhecimento e das Expressões Culturais Tradicionais no qual proferiu palestra sobre Arquivos

³⁸ Decreto de 6 de setembro de 2004

³⁹ Propriedade Intelectual e Patrimônio Cultural: proteção do conhecimento e das expressões culturais tradicionais. Organizadores: Eliane Moreira; Carla Arouca Belas; Benedira Barros; Antônio Pinheiro. Belém-Pará, 13-15 de outubro de 2004.

de Audio e Audiovisuais. O renomado professor da UCLA de Etnomusicologia denuncia, entre outros pontos, os seguintes:

— “Hoje é imperativo não somente documentar um evento, mas também documentar a transferência dos direitos necessários para os usos cogitados desse material — arquivamento, acesso, difusão. Sem os direitos fica impossível usar o material.”

— “Até certo ponto, a falta de atenção aos arquivos e a migração para novas tecnologias no arquivamento de registros do patrimônio cultural das comunidades é uma traição Sem investir em arquivos e tecnologias de preservação de documentação os netos, bisnetos, e até os filhos das pessoas documentadas não vão poder usar os documentos colhidos com tanto cuidado.”

Conclui-se do texto citado, e dos exemplos que serão dados a seguir, que os arquivos necessitam, além de uma gestão técnica arquivística, de uma gestão jurídica voltada para resolver questões de acesso.

3. O ACESSO E O SIGILO NOS ARQUIVOS PÚBLICOS: QUESTÕES JURÍDICAS - ESTUDOS DE CASO

Uma vez apresentados um histórico da política de preservação do patrimônio cultural, em âmbito nacional e internacional, bem como as questões relacionadas ao acesso e sigilo nos acervos públicos e privados, entendemos necessário, após abordagem dos aspectos doutrinários, trazer à tona, alguns exemplos práticos do que vem ocorrendo atualmente nas instituições culturais, com relação à guarda, preservação e acesso aos acervos privados. Seleccionamos quatro estudos de caso: o primeiro, sobre doação do acervo particular de uma cantora para o Museu da Imagem e do Som (MIS), o segundo, sobre a obra fotográfica de Augusto Malta (a questão do domínio público), o terceiro, sobre o acervo fonográfico do colecionador Humberto Franceschi ;e o quarto, sobre o arquivo particular do poeta Vinicius de Moraes.

3.1 DOAÇÃO DE UM ACERVO PARTICULAR AO MIS

Os museus públicos constituem seus acervos através de uma política de aquisições e doações. No caso do Museu da Imagem e do Som no Rio de Janeiro, criado no Governo de Carlos Lacerda, em 1965, como parte das comemorações do IV centenário da Cidade, as primeiras doações para o estabelecimento do Museu vieram do próprio Estado, de rádios e emissoras de televisão. Logo em seguida, espólios dos artistas cariocas começaram a chegar às precárias instalações do Museu, que logo se mostraram inadequadas à guarda e tratamento desses acervos.

No princípio de 1990, através de uma “Carta de Doação”, sem testemunhas e sem qualquer aceitação formal do Museu da Imagem e do Som, um cineasta conhecido doou para o Museu o acervo pessoal de sua ex-mulher, em nome de seus dois filhos menores. A carta, oferecendo o acervo aos pesquisadores, ressaltava apenas o direito dos menores às fotografias de família ou objetos de estimação que decidissem retirar do acervo doado, durante o prazo de um ano.

Transcrevemos, a seguir, o referido documento:

“CARTA DE DOAÇÃO

Estamos doando ao Museu da Imagem e do Som do Estado do Rio de Janeiro, em nome de meus filhos, o acervo (com listagem do material em anexo) da cantora e compositora, no sentido de preservar sua obra, de grande valor cultural, incentivando assim ao público pesquisador, a conhecer mais de perto seu trabalho.

Gostaríamos de ressaltar, que apenas os herdeiros, podem, até a data de 1º de Março de 1991, retirar alguma foto ou qualquer outro objeto que desejem.

Certos de sua compreensão, aproveito a oportunidade para agradecer em meu nome e em nome de meus filhos, o trabalho que vocês realizam, mantendo sempre viva a memória de nossos artistas.

Atenciosamente.

Rio de Janeiro, 6 de Novembro de 1990.”

A carta deu início a uma série de ilegalidades que até a presente data não se encontram totalmente resolvidas. Em primeiro lugar, houve a violação dos direitos dos menores, consoante o Código Civil Brasileiro⁴⁰:

“Art. 385. O pai e, na sua falta, a mãe são os administradores legais dos bens dos filhos que se achem sob o seu poder, salvo o disposto no art. 225.”

“Art. 386. Não podem, porém, alienar, hipotecar, ou gravar de ônus reais, os imóveis dos filhos, nem contrair, em nome deles, obrigações que ultrapassem os limites da simples administração, exceto por necessidade, ou evidente utilidade da prole, mediante prévia autorização do Juiz (art. 178, § 6º, nº III).”

⁴⁰ Código Civil Brasileiro de 1916 – em vigor em 1990.

“Art. 391. Excluem-se assim do usufruto como da administração dos pais:

.....
IV. Os bens que ao filho couberem na herança (art. 1.599), quando os pais forem excluídos da sucessão (art. 1.602).”

Em segundo lugar, o documento firmado pelo doador não previa a consulta aos menores, quando atingissem a maioridade, para confirmar a doação; e, em terceiro lugar, não condicionava a doação a qualquer obrigação com relação ao tratamento do acervo possibilitando, conseqüentemente, a criação das condições para as pesquisas almejadas. Finalmente, não estava descrito no instrumento jurídico transcrito acima, o objeto da doação.

Em junho de 2002, os filhos da artista notificaram o Museu na pessoa de seu Diretor, expressando o desejo de revogar a doação e transferir o acervo para outra instituição. Alegaram, na ocasião, que o acervo havia sido doado com o objetivo de ser preservado e disponibilizado, para fins de pesquisa, aos estudiosos e interessados na música popular brasileira, e para deleite do público em geral, conforme podemos observar no documento transcrito abaixo:

“A motivação da doação é a preservação do acervo e a divulgação da obra da cantora e compositora, para que o público interessado em conhecer de perto seu trabalho a fim de (sic) obter informações sobre um dos momentos mais produtivos e importantes da MPB; utilizar tal fonte para pesquisas e desenvolvimento de trabalhos sobre o tema ou simplesmente por mera curiosidade, o encontro organizado e acondicionado de forma que possibilite atender tanto a demanda imediata quanto a futura, das gerações que estarão por vir.

Ocorre que, estando o acervo há doze anos em poder do MIS, a finalidade da doação não foi alcançada. A despeito de constataremos a precariedade de nossas Instituições, seja por escassez de verba ou de profissionais especializados, o tratamento dado ao material é bastante do desejado e merecido.

Muitos anos se passaram, muitas queixas de autores e pesquisadores foram ouvidas pelos herdeiros quando de suas frustradas tentativas de se aproximar do material para utilizá-lo como fonte de pesquisa; e muito crédito tem sido dado a esta Instituição ao longo desses mesmos anos.

As fotografias — memória visual das mais importantes e frágeis — estão acondicionadas de forma irregular, tendo havido inclusive suspeitas de depoimentos, em sala abafada sem a devida climatização; o material tridimensional, amontoado em caixotes em local sem segurança e fiscalização.

A rigor, o instrumento de doação deveria ter sido ratificado pelos herdeiros até um ano após completada sua maioridade, por instrumento público, no sentido de conferir legitimidade à doação.”

Diante da não manifestação do MIS, os filhos decidiram quebrar o contrato com esse Museu e encaminhar a doação do acervo para o Instituto Moreira Salles (IMS) tendo sido, em seguida, realizado os primeiros contatos, conforme se pode observar pela correspondência abaixo:

“Ref: ACERVO

Prezado Senhor:

Conforme combinado em contato telefônico, vimos, pela presente, encaminhar a Carta de Intenção dos herdeiros, na qual manifestam o desejo de doar o acervo de sua mãe, atualmente no MIS — Museu da Imagem e do Som, para o Instituto Moreira Salles.

À disposição para maiores informações.

Diante do silêncio do Museu, os herdeiros voltaram a se manifestar ,em março de 2003, por meio de correspondência encaminhada à nova administração dessa instituição. Mas é só após a publicação de notícia sobre o assunto no JB

on line, que o MIS decidiu encaminhar ao Instituto Moreira Sales, minuta de “Termo de Cooperação”, estabelecendo as condições para empréstimo do acervo para digitalização (424 peças).

Indignada, a família dirigiu-se à Secretaria de Cultura pedindo uma reunião e questionando a posição adotada pelo Museu, recebendo como resposta a informação que a doação fora feita sem encargos, de que o acervo integrava o patrimônio público estadual, e que vinha recebendo tratamento igual aos dos demais bens incorporados ao Museu. Ou seja, frustada a transferência para o IMS, os herdeiros ficaram sem ação diante do MIS.

Com o relato desse caso, tivemos a intenção de mostrar a importância do instrumento jurídico bem construído e bem redigido, durante o processo de doação de um bem cultural à uma instituição, seja ela pública ou privada, para que fique assegurado os direitos dos seus titulares ou legítimos herdeiros.

3.2 A EVOLUÇÃO DA PROTEÇÃO JURÍDICA DA FOTOGRAFIA COMO OBRA ARTÍSTICA, QUESTIONAMENTOS E LIMITES.

3.2.1 DA PROTEÇÃO JURÍDICA

A proteção jurídica à fotografia evoluiu conceitualmente seguindo o mesmo caminho percorrido por esta até ser conceituada como arte, gozando da proteção outorgada para as obras artísticas, literárias e científicas. Em um primeiro momento, que corresponde à explosão da Revolução Industrial na

segunda metade do século XIX, a invenção de Daguerre e seus produtos resultantes tenderam a ser classificados como utilitários, passíveis de proteção pelo instituto da patente, no âmbito da propriedade industrial. Nesta época, destacava-se o uso da fotografia pela Medicina, como auxiliar da Justiça no processo de identificação de criminosos como prova. Com o aperfeiçoamento das máquinas, a massificação da utilização, os cartões postais e o uso publicitário, por volta de 1920, a fotografia se firmou como arte e passou a gozar do mesmo tipo de proteção concedida às demais criações do espírito.

No Brasil, apesar de contemplada de forma abrangente pela Lei Medeiros e Albuquerque (Lei nº 496 de 1/8/1898) e pelo Código Civil de 1916, a fotografia foi expressamente considerada na Lei 5988/73, ainda que com ressalvas, como se pode observar no item VII do art.6 da referida lei:

“Art. 6º - São obras intelectuais as criações do espírito, de qualquer modo exteriorizadas, tais como:

.....

VII – as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia, desde que, pela escolha de seu objeto e pelas condições de sua execução, possam ser consideradas criação artística”. (grifos nossos).

Ainda em 1973, encontramos no texto inaugural do direito de autor de forma independente, o preconceito existente contra a fotografia de caráter utilitário, havendo pré-requisito necessário para que a obra seja considerada criação artística. É interessante notar que não se faz qualquer restrição, com relação à obra cinematográfica obtida através de câmeras e filmes. Felizmente, a lei atual de número 9610/98, reparou a injustiça, em seu artigo 7º, contemplando a proteção da fotografia sem condicionar ao seu aspecto artístico. Verificamos

assim que a obra fotográfica atingiu, na lei brasileira, o status artístico que tanto demorou a alcançar.

O direito do autor de obra fotográfica, assim como o de obra cinematográfica e do produtor fonográfico, nasce com a publicação da obra e perdura pelo prazo de proteção concedido pela lei, hoje de 70 anos. O fotógrafo é titular de direitos patrimoniais e morais, sendo necessária sua autorização para a utilização e reprodução da foto por qualquer meio ou processo. Os direitos morais abrangem, além do direito ao crédito, o de opor-se a modificações que ameacem a integridade da obra, o direito ao inédito, dentre outros. A lei autoral brasileira considera autor apenas a pessoa física, não admitindo autoria de empresa.

Em seu excelente artigo “Os Sentidos da Imagem — Fotografias em arquivos pessoais”, Lacerda⁴¹ admite, entretanto, um duplo grau de autoria para a obra fotográfica, quando dialoga com Foucault sobre a “função autor” dos estúdios e agências que incentivam e comercializam as matérias criadas pelos fotógrafos ou quando menciona em linguagem arquivística “o sujeito autor da unidade do conjunto”, ou seja, o colecionador. Aliás a lei autoral brasileira, na mesma linha, introduz a figura do organizador em seu artigo 17, concedendo-lhe a titularidade dos direitos patrimoniais sobre o conjunto da obra. Nesta hipótese, a lei e a jurisprudência dão ao organizador (que pode ser pessoa jurídica), as atribuições e direitos patrimoniais previstos nos arts. 28 e 29 da Lei 9610/98.

⁴¹ LACERDA, Aline Lopes de. Os Sentidos da Imagem: fotografias em arquivos pessoais”. In Acervo. Revista do Arquivo Nacional, vol. 6, nº 1-2, jan/dez 1993.

3.2.2 DAS LIMITAÇÕES TRAZIDAS PELOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (HONRA, IMAGEM, PRIVACIDADE)

Antes da publicação da Constituição atual apenas um dispositivo legal servia de base para a proteção da imagem no Brasil: o artigo 82 da Lei 5988/73, limitando o direito do autor de obra fotográfica, restringindo seus direitos quanto à exposição, reprodução e venda de retratos, devendo, conforme seu artigo 49, letra f, ser obtida a autorização da pessoa retratada.

Atualmente a Constituição Federal, em seu artigo 5º, protege a imagem, além dos demais direitos da personalidade, tais como a honra e a privacidade, que a fotografia, por sua onipresença, invade constantemente, assegurando aos que tiveram esses direitos violados, “a indenização pelo dano material ou moral decorrentes de sua violação”⁴². A Lei 9610/98 reforça a limitação, repetindo no artigo 46, o texto do artigo 49 e, no 79, o texto do artigo 82, da lei anterior (Lei 5.988/73). O novo Código Civil Brasileiro, publicado em 2002 para substituir o já mencionado, de 1916, inova, legislando também, em seus artigos 16 a 20 sobre os direitos da personalidade.

Vimos, então, que ao direito do autor de obra fotográfica que reproduz imagem de terceiros, se opõem um feixe de direitos individuais que nascem no texto constitucional, permeiam a lei autoral e deságuam no Código Civil. Em tempos de internet, celulares e câmeras eletrônicas, mesmo sendo fortemente

⁴² Constituição Federal de 1988: art. 5, item X

codificado, o direito à vida privada vive em constante ameaça. Ainda assim, por admitirem interpretações subjetivas e gradações, os direitos da personalidade e suas violações vem colhendo altas indenizações concedidas pelos tribunais de todo o país.

Contrapõe-se tanto ao direito autoral quanto aos direitos da personalidade, no entanto, o direito à informação e à liberdade de expressão, constantes do mesmo texto constitucional, a saber:

“Art. 220 — A manifestação do pensamento, a criação , a expressão e informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”.

No equilíbrio entre a legislação e o exercício correto dos direitos, pautados pela jurisprudência dominante dos tribunais, encontramos os parâmetros que guiam as relações entre os diversos interesses envolvidos.

3.2.3 DOS PRAZOS DE PROTEÇÃO AUTORAL E DOMÍNIO PÚBLICO

A mesma relutância na proteção da obra fotográfica como obra artística, observada tanto no âmbito nacional quanto no internacional, nas Convenções firmadas em Berna e em Genebra, encontramos na fixação do prazo de proteção respectivos. Apenas desde 1948 (revisão de Bruxelas) no caso da Convenção de Berna, e desde 1952 — Convenção Universal, ocorreu a menção da recomendação da proteção por prazo nunca inferior a 25 anos. Note-se que, na mesma época, as convenções recomendavam prazos mínimos de 50 anos para os demais tipos de obra.

A legislação brasileira nunca distinguiu o prazo de proteção da fotografia das demais obras: 60 anos na Lei 5988/73 e 70 anos na Lei 9610/98, atualmente em vigor. O que difere é a data do início da contagem de proteção. Se na obra literária, o prazo do que chamamos domínio pagante inicia-se por ocasião da morte do autor; no caso da obra fotográfica, esse prazo começa a partir da data de sua publicação. Expirado o prazo de proteção, a fotografia cai em domínio público, ou seja, pode ser utilizada e reproduzida sem que haja a necessidade da autorização e/ou pagamento. Muitos herdeiros de fotógrafos, sem conhecer a exceção da lei, recorrem ao judiciário para reclamar direitos pela publicação de obras há muito em domínio público. Por essa razão, faz-se recomendável e necessário que os acervos de fotografia registrem nas informações a data de produção da foto, mais importante para o controle da cobrança dos direitos autorais do que, por exemplo, a data da morte do fotógrafo.

No direito brasileiro, que segue os princípios do sistema de *droit d'auteur*, o registro da obra é facultativo, tem caráter meramente declaratório. Entretanto, em se tratando de obra fotográfica, o registro nos traria duas certezas: a autoria e a data, além da descrição.

3.2.4 UM CASO CONCRETO RELACIONADO À OBRA FOTOGRÁFICA (DOMÍNIO PÚBLICO)

Augusto Malta, ou melhor, Augusto Cezar Malta de Campos, nasceu em Mata Grande, Alagoas, em maio de 1864. Aos 24 anos mudou-se para o Rio de Janeiro, onde tentou exercer, sem sucesso, as profissões de guarda-livros e de

vendedor, até que em 1900, já com 36 anos, tornou-se fotógrafo amador. Foi apresentado por amigos ao Prefeito Pereira Passos, que o convidou para ser o fotógrafo oficial da Prefeitura Municipal. Durante mais de três décadas, como fotógrafo oficial, documentou o Rio Antigo e todas as suas atividades através das lentes de sua máquina: quarteirão condenados, escolas, hospitais, prédios históricos, figuras importantes, foram acumulados em mais de 80 mil chapas fotográficas. É considerado o primeiro repórter fotográfico do Brasil, tendo intuído a importância da fotografia como documento e veículo de comunicação com linguagem própria. Malta aposentou-se como funcionário da Prefeitura em 1936, depois de servir às administrações de Pereira Passos, Souza Aguiar, Carlos Sampaio, Prado Júnior, Alaor Prata e Pedro Ernesto. Mesmo aposentado, continuou fotografando até meados da década de 1940, vindo a falecer aos 93 anos, em junho de 1957. Sua volumosa obra, de grande valor para a memória da Cidade do Rio de Janeiro, encontra-se espalhada pelos diversos acervos culturais da cidade, em especial no Museu da Imagem e do Som, Instituto Moreira Salles, Museu do Telefone e principalmente, no Arquivo Municipal da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Durante sua longa vida, a obra fotográfica de Malta esteve sob a proteção autoral do Código Civil de 1916, que estabelecia direitos patrimoniais vitalícios. Posteriormente, seus herdeiros se beneficiaram do prazo estabelecido nos artigos 42, 45 e 46 da Lei 5.988/73, que prevêem, além da proteção vitalícia, a titularidade de direitos pelos herdeiros por 60 anos, contados da primeira publicação da obra.

Depreende-se dos artigos supra mencionados que, além do autor, falecido em 1957, ter os direitos autorais patrimoniais vitalícios, seus herdeiros, contavam com o prazo de proteção de obra fotográfica de 60 anos, a partir da publicação, (sob a égide da Lei 5.988/73). Nesse caso, todas as fotografias produzidas até 1936 teriam caído em domínio público em 1º de janeiro de 1997, antes, portanto, da legislação atualmente em vigor que prever o prazo de 70 anos. (Lei 9.610/98). Já as fotografias produzidas sob encomenda governamental caíram em domínio público 15 anos após a sua publicação.

Analisando, à luz da legislação disponível, as obras de natureza fotográfica de Malta e a possibilidade de tais obras estarem em domínio público, observamos que somente as produzidas após 1937, caso existentes, permanecem sob a proteção do direito autoral patrimonial, sujeitando-se à cobrança por parte de eventuais herdeiros e sucessores.

3.3 ACERVOS MUSICAIS E SUAS CARACTERÍSTICAS

3.3.1 BREVE HISTÓRICO

A obra musical, em seu suporte de papel, junto com a obra literária, foram as primeiras modalidades protegidas, no limiar do século XVIII, pelo Estatuto de Anne Stuart, na Inglaterra, em 1710. A rainha inglesa, também renomada “mecenas das artes, música e teatro”, que protegia em sua corte músicos, compositores escritores e atores, começou a perceber que, enquanto os artistas e músicos viajavam pelo reino, cobrando por suas apresentações, os

autores e compositores das obras apresentadas não recebiam qualquer tipo de remuneração.

Com intuito de reparar a injustiça, criou o sistema de concessão de privilégio real, que estabelecia uma remuneração percentual para autores e compositores, incidente sobre a venda de textos e de partituras, bem como sobre a bilheteria dos espetáculos públicos. A proteção vigorava da criação da obra pelo prazo de 14 anos renovável por igual período, caso o autor ainda vivesse. Nascia então o primeiro sistema mundial do *copyright* que protegia a obra a partir de sua publicação, por um determinado período de tempo, remunerando-a por meio de percentagens que foram chamadas de regalias (*royalties*), porque se originavam de um decreto real.

Do outro lado do Canal da Mancha, na França, incentivado pelos enciclopedistas, um tipo diverso de proteção autoral encontrou guarida na Constituição Francesa de 1790: ao contrário do sistema inglês, o *droit d'auteur* francês preocupava-se com a pessoa do autor, pois a proteção criada era vitalícia para o mesmo, prolongando-se por um período de tempo após a sua morte, para garantir o sustento de sua família.

Os dois sistemas de proteção, *copyright* e *droit d'auteur*, conviveram no tempo e foram adotados por diversos países, conforme o sistema legislativo. Os países que sofreram a influência do direito consuetudinário inglês optaram pelo *copyright*, os que seguiram o direito codificado francês e o código napoleônico, adotaram o *droit d'auteur*. Entretanto, logo se evidenciou que as obras

atravessavam fronteiras, quer com as trupes teatrais e os grupos musicais, quer com as partituras e livros que viajavam nos navios e trens, por diversos países. Surgiu então a necessidade de um acordo supranacional para a proteção autoral. Em 1886, cerca de 40 países reunidos em Berna, na Suíça, criaram a “União de Berna”, firmando condições de tratamento mínimo uniforme e de reciprocidade.

As obras musicais, inicialmente fixadas unicamente em partituras, passaram, no princípio do Século XX, a ser transmitidas por ondas do rádio ou gravadas em discos, graças ao rápido desenvolvimento dos processos sonoros. E breve, a tecnologia que permitiu a associação das faixas musicais ao cinema, depois à televisão, foi responsável pela rápida disseminação dos fonogramas, suportes que continham as obras musicais e suas interpretações fixadas. Paralelamente, houve a necessidade da proteção autoral para tais interpretações, uma vez que os músicos e intérpretes somente se remuneravam nas apresentações ao vivo. Tais direitos receberam o nome de “neighbouring rights” no sistema inglês, “droits voisins” no direito francês, e direitos conexos na legislação brasileira, uma vez que dependem de uma obra protegida por direito de autor para existirem, sendo assim “vizinhos”. Na legislação brasileira sobre direitos autorais, atualmente em vigor, o princípio geral é o do *droit d’auteur* francês, ou seja, a proteção da obra é vitalícia para o autor e perdura por 70 anos após sua morte, beneficiando seus herdeiros. Existem, no entanto, exceção ao princípio geral, em que a obra goza da proteção autoral por 70 anos, contados de sua exibição ou publicação. Neste

caso estão a obra fotográfica, a cinematográfica e os fonogramas, cuja proteção se assemelha àquela outorgada pelo sistema do *copyright*.

3.3.2 UM CASO CONCRETO

O pioneiro das gravações musicais no Brasil foi um judeu alemão chamado Fred Figner, que montou uma fábrica de vitrolas e uma incipiente indústria fonográfica contratando músicos famosos como Donga, Garoto e Pixinguinha para suas gravações. Foi tão bem sucedido ao montar uma rede de vendedores por todo o Brasil, popularizando seus produtos que, em 1936, já milionário, vendeu sua indústria e principalmente seu acervo de fonogramas (Casa Edison e Casa Odeon) para um grupo de investidores que se instalava no país. Os fonogramas produzidos por Figner quebravam com facilidade e hoje são consideradas raridades existentes apenas nas mãos de colecionadores. O acervo de documentos e partituras, na liquidação da Casa Edison, permaneceu em poder da família Figner.

Um colecionador de fonogramas antigos que desejava escrever um livro narrando o resultado de sua pesquisa sobre o tema, consultou nosso escritório a respeito da possibilidade de utilização e de reprodução do acervo documental e de partituras da antiga Casa Edison, hoje em poder das netas de Fred Figner. Foi elaborado, então, um termo de autorização, do qual constava a finalidade da pesquisa, ou seja, a elaboração da obra literária, a qual seriam anexados cinco CDS contendo gravações antigas, retiradas da coleção do pesquisador, além de um foto-CD contendo os contratos, partituras e demais documentos

que deram origem às gravações. Obtidas as autorizações e o empréstimo dos documentos, que vieram sem nenhuma organização, foram tiradas cópias e o livro editado com seus pretendidos anexos.

Os documentos foram devolvidos organizados por período e por tipo (contratos, partituras, recibos, estatutos, etc.) faltando ainda alguns que estavam em processo de digitalização para o foto-CD. O trabalho ganhou visibilidade por ter sido incluído em projeto maior da editora, com o patrocínio da Petrobras, para o resgate da música brasileira até a década de 1950. O colecionador recebeu proposta de compra de seu acervo, de fonogramas para posterior digitalização e doação ao Instituto Moreira Salles, tendo concordado e concluído a transação.

Foram firmados dois contratos distintos para atendimento dos objetivos recíprocos entre o colecionador e a editora: o primeiro, um simples contrato de edição, tendo como objeto a obra literária, os CDS contendo 100 gravações originais reproduzidas do acervo do colecionador, ilustrando os diferentes períodos tratados no livro, além do foto-CD desmembrado em cinco partes, contendo ilustrações dos documentos de época, digitalizados, conforme autorização; o segundo, um contrato de compra e venda do acervo do colecionador, de aproximadamente 12.000 fonogramas, bem como uma cessão de direitos pela organização, para posterior doação do Instituto Moreira Salles. Os dois contratos têm caráter oneroso e os objetivos neles estabelecidos foram cumpridos: o livro, que já se encontra na 3ª edição, foi publicado com seus

anexos, e o acervo foi retirado da casa do organizador, digitalizado, tratado e doado ao Instituto Moreira Salles.

Para surpresa de todos os envolvidos nos projetos, depois de uma reportagem na Revista Veja noticiando a próxima abertura do acervo ao público no Instituto Moreira Salles, as herdeiras de Fred Figner recorreram ao judiciário através de Medida Cautelar proposta contra o Instituto Moreira Salles, o colecionador, a editora, a Petrobras e o Unibanco, mantenedor do Instituto Moreira Salles, alegando violação de direitos autorais na utilização das gravações contidas na coleção adquirida pela editora e doada ao Instituto Moreira Salles, acusando, ainda, o colecionador de fraude, pela não devolução de alguns documentos.

Contestada a Medida Cautelar, com as alegações da inexistência de direitos autorais sobre documentos e fonogramas (a proteção outorgada por lei, como já foi mencionado anteriormente, é contada a partir da publicação dos fonogramas) que, no caso em tela, já se encontravam em domínio público, marcou-se audiência para a devolução dos documentos ainda na posse do colecionador, pelas razões citadas. A Juíza Daniela Brandão Ferreira Grell, em sentença datada de 18 de junho de 2003, da 38ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, decidiu não ter ocorrido qualquer dano ao patrimônio das Autoras, julgando a ação improcedente. Estamos anexando ao presente estudo cópia da decisão citada, da qual reproduzimos apenas, para melhor compreensão da lide, pequenos trechos, a saber:

“O fato do acervo haver sido franqueado gratuitamente não impede o 1º Requerido de comercializar a sua obra, nem extrapola os limites do contrato o fato de documentos serem reproduzidos na obra.

A impressão que fica é a de que, uma vez que visualizou a amplitude do projeto, arrependeu-se a requerente da cessão ou de tê-la feito gratuitamente.

Demais disso, quanto a questão relativa aos direitos autorais, também não tem a requerente aparência de bom direito, pois sob o pálio de quaisquer das normas agitadas pelas partes, desde a Lei 496 do Império à novíssima Lei 9.610/98, estes já haveriam caído em domínio público ...”

Em acórdão unânime datado de 25 de novembro de 2003, a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro não conheceu da Apelação Cível nº 2003.001.29052, confirmada assim a decisão da 38ª Vara Cível.

Ficou demonstrado neste exemplo o papel fundamental da autorização, por escrito, obtida pelo colecionador, das herdeiras de Fred Figner, onde ficara consignado o propósito da mesma. O documento despretensioso, assinado em momento prévio, permitiu o livre trânsito do livro e de seus anexos, e ainda consolidou o direito do Instituto Moreira Salles de abrir ao público o acervo fonográfico em domínio público, o que já vem ocorrendo.

3.4 ACERVOS LITERÁRIOS

3.4.1 BREVE HISTÓRICO

As obras literárias, aí incluídas as peças teatrais foram, historicamente, as primeiras a gozar da proteção jurídica como propriedade intelectual, diante da possibilidade de sua reprodução e utilização por terceiros, a partir da invenção da imprensa por Gutemberg, em 1554. Até Gutemberg, os livros eram manuscritos, quase sempre copiados por religiosos por razões didáticas. Os textos circulavam com dificuldade e a massa das populações européias e

orientais não sabia ler. O ensino era reservado à nobreza e ao clero; as tradições eram transmitidas oralmente. Com a invenção dos tipos móveis, tecnologia que foi utilizada na imprensa mundial até recentemente, surgiu a possibilidade de transmissão do conhecimento, da religião e da literatura transfronteiras. Os livros passaram a viajar na bagagem de comerciantes e missionários, sendo instrumento de fortes mudanças nas sociedades.

Inicialmente, através de decreto outorgado privilégio de invenção, Gutemberg pode organizar uma empresa de impressão, financiado por banqueiros. No entanto, a empresa faliu e a primeira edição impressa, de 180 exemplares da Bíblia, foi parcialmente confiscada para pagar os credores. Logo sua técnica se espalhou pela Europa e a patente foi aberta, com a multiplicação das pequenas casas impressoras por diversos países. Outras obras foram publicadas passando os autores a reivindicar direitos sobre os exemplares vendidos, sobre peças teatrais e obras musicais que, impressas, permitiam sua utilização pelos inúmeros conjuntos e trupes que viajavam de cidade em cidade.

A proteção autoral acabou chegando, como já relatamos no capítulo dedicado à obra musical, em 1710. De lá para cá, inúmeras formas de reprodução e textos e de sua comunicação foram criadas, sem que os princípios básicos da proteção autoral por um determinado período fossem afetados. A lei brasileira, como já vimos, consagra o princípio do *droit d'auteur* francês concedendo, atualmente, aos escritores proteção vitalícia, acrescida de mais 70 anos após a sua morte.

Pelo fato de quase sempre trabalharem em casa, os autores literários legam aos seus familiares, após o seu falecimento, polpudos arquivos, contendo manuscritos, textos originais, obras inéditas, rascunhos, correspondência com outros literatos e amigos, ou seja, uma série de documentos de possível valor literário. Esses arquivos, de uma maneira geral, passam aos herdeiros sem nenhum tipo de organização, tornando difícil o seu manuseio. Algumas famílias tendem a manter tais arquivos intocados, numa atitude de respeito ao morto; outras, por razões diversas, querem se desembaraçar do acervo. A decisão mais acertada, em ambos os casos, seria a de entregar os arquivos a uma instituição de memória, pública ou particular, que tenha como tarefa preservar, organizar e disponibilizar o acervo, possibilitando assim o acesso a pesquisadores e, eventualmente, ao público em geral.

3.4.2 QUESTÕES JURÍDICAS ESPECÍFICAS

No caso de arquivos pessoais, nos quais obras de literatura se misturam a uma grande diversidade tipológica de documentos incluindo diários, correspondência, fotografias, recortes de jornais entre outros, é necessário agir com muita cautela. Inicialmente, deve haver a preocupação quanto ao doador do acervo à instituição, como já vimos no item 3.1. É preciso observar quem pode doar, que documento deve ser firmado e quais as condições; se existem e quais são os direitos e obrigações da instituição donatária. É preciso, igualmente, saber se haverá reserva de direitos autorais sobre obras inéditas e correspondência, caso sejam encontradas, bem como que limites devem ser obedecidos, com relação aos documentos que porventura desrespeitem a

privacidade de terceiros. Enfim, estas e outras questões devem ser precisadas no documento de doação a ser firmado pelas partes, no qual deverão ficar estabelecidos direitos, deveres e responsabilidades. Há que se deixar bem claro que o cônjuge pode herdar o acervo físico, mas não herda os direitos autorais, conforme determina a lei em vigor. Deve-se também fixar nos documentos de consulta a data do óbito, para facilitar a verificação da ocorrência de domínio público, acabado o prazo de proteção autoral.

3.4.3 ESTUDO DE CASO

Tivemos o privilégio de assessorar a família de Vinícius de Moraes por ocasião da doação de seu arquivo pessoal à Fundação Casa de Ruy Barbosa. Como havia sido criada uma empresa familiar à qual os herdeiros cederam todos os seus direitos autorais e de imagem, ficou fácil para esta Fundação verificar que lidava com os legítimos detentores dos direitos. O arquivo foi retirado em caixas e pastas de papelão da garagem da residência das irmãs do poeta, na Gávea, e levado para as dependências da Casa Ruy Barbosa. Firmado o termo de doação que estabelecia prazo para abertura do acervo ao público, iniciou-se lentamente o trabalho de identificação e organização dos documentos que durou mais de 5 anos. Ao longo deste período, foram encontrados manuscritos inéditos, tais como *Roteiro Lírico e Sentimental do Rio de Janeiro*, há muito desaparecido, cartas⁴³, letras inéditas para obras musicais de parceiros, originais de Orfeu da Conceição (peça de teatro) e de inúmeras poesias. A família, titular dos direitos autorais e a Casa Ruy Barbosa, não só abriram o

⁴³ CASTRO, Ruy. *Querido Poeta: Correspondência de Vinícius de Moraes*. Rio de Janeiro: Editora Cia. das Letras, 2003

acervo à pesquisa como o material encontrado é a base do site oficial do poeta na Internet, lançado em 2003, ocasião em que Vinícius completaria 90 anos. Cumpre ainda lembrar, por oportuno, que o livro de cartas somente se tornou possível com a obtenção das autorizações dos autores e destinatários, já que a lei brasileira assim o determina, em seu artigo 34 (Lei 9.610/98). O destinatário deve autorizar porque é dono do documento e o assunto tratado pode ser privado, o missivista, porque é autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após apresentarmos a gênese do patrimônio no contexto europeu, analisamos neste trabalho os discursos de Rodrigo de Mello Franco e de Aloísio Magalhães, sobre o Patrimônio cultural brasileiro, demonstrando a pouca representatividade do primeiro perante a população brasileira, por não reconhecer a diversidade cultural da mesma, nem possibilitar acesso aos bens tombados, cujos prédios, coleções e acervos parecem estar, na opinião de Fonseca (1997), "protegidos do acesso do público". Em seguida, comentamos a legislação arquivística brasileira e a política oficial para os arquivos, fazendo um rápido contraponto com a política de acesso em outros países. Descrevemos nosso lento despertar para o direito à intimidade e à privacidade e a evolução mundial destes direitos individuais e dos direitos coletivos à informação, como conquista da cidadania. Citamos exemplos concretos em que uma gestão jurídica básica colaborou ou teria colaborado para permitir o acesso público a acervos pessoais relevantes, depositados em instituições culturais. Demonstramos no passo a passo das constituições brasileiras e legislação correlata, a tomada de consciência dos legisladores pátrios para uma política patrimonial, documental e finalmente cultural, com ênfase em questões de patrimônio cultural imaterial, a partir de pressões da sociedade civil, particularmente de setores preocupados com a cultura.

De tudo que foi dito, concluímos que o Brasil encontra-se completamente aparelhado do ponto de vista jurídico para assegurar o pleno exercício dos direitos culturais previstos no artigo 215 da Constituição Federal e seus

respectivos parágrafos. Entretanto, passados 20 anos da redemocratização do país e quase 18 anos da publicação da Constituição Federal de 1988, o Brasil ainda está muito longe de alcançar a meta do “pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional” prevista constitucionalmente. São inúmeras as razões que conseguimos detectar para o atual atraso no exercício dos direitos culturais e no acesso às fontes da cultura nacional, mesmo se analisarmos a questão unicamente sob o ângulo do acesso aos acervos culturais, objeto deste trabalho.

Em primeiro lugar, uma simples leitura do regimento interno e normas administrativas que regulam o funcionamento das instituições culturais públicas donatárias de acervos, demonstra que, caso existentes, essas normas não estabelecem metas para a realização de exposições do acervo ao público, prazos para a conclusão do tratamento e classificação dos documentos, além das condições para o seu aproveitamento. Como ficou constatado durante a realização dos seminários organizados em 2005, com representantes de diversas instituições detentoras de acervos, não existem normas claras relativas aos assuntos acima enunciados nem na administração pública federal, nem tampouco nas estaduais ou municipais. A abertura dos acervos emperra, pois, no emaranhado de questões de natureza jurídico-burocrático-administrativas, que acabam, como já foi dito, “protegendo” os acervos do público e não para o público destinatário.

Um segundo problema detectado, que entendemos ser de fácil diagnóstico, é a questão orçamentária: no Rio de Janeiro, por exemplo, todas as instituições

culturais têm suas verbas vinculadas ao IPHAN, se federais; ou à FUNARJ, se estaduais. Se uma instituição, como por exemplo, o Paço Imperial, conseguir recursos particulares com o aluguel de suas lojas ou com doações, estas irão para o IPHAN, que não poderá destiná-las unicamente ao Paço Imperial. Não havendo o contingenciamento dos recursos, mesmo uma instituição superavitária não pode realizar investimentos. A precariedade dos orçamentos federal e estaduais para a cultura constitui mais uma dificuldade para a preservação e disponibilização dos acervos ao público.

Um terceiro problema está relacionado à má distribuição das instituições culturais no espaço urbano. Enquanto no Rio de Janeiro o Centro da Cidade é aquinhoadado com a grande maioria dos museus e instituições culturais em geral, bairros da Zona Norte e da Zona Oeste não dispõem sequer de cinemas, bibliotecas, etc., dificultando o acesso da população aos bens culturais. Todos os novos centros culturais da Cidade foram criados por iniciativa de empresas privadas ou de economia mista, que recuperaram imóveis tombados para neles instalarem instituições como o Centro Cultural Banco do Brasil, o Museu do Telephone, a Casa França-Brasil, o Teatro da Firjan, etc...

Outra questão que corrobora o elenco de dificuldades de acesso aos acervos culturais diz respeito à ausência de capacitação dos profissionais alocados nas diversas instituições culturais do governo federal, estados e municípios, sob a alegação da falta de verba para a área da cultura. Esses profissionais, despreparados e mal remunerados não têm o conhecimento adequado para trabalhar em áreas que necessitam de técnicos especializados em

administração, documentação, arquivística e museologia. A falta de normas institucionais claras, já citadas anteriormente, faz com que tais funcionários tratem os acervos como se fossem propriedades suas, vetando o acesso do público, sob a alegação de risco de destruição e roubo.

Em contrapartida, desde a década de 1980, com a expansão das ONGS e a edição pelo Governo da legislação de incentivos fiscais à cultura, floresceram as fundações e institutos culturais privados ligados às grandes empresas, como o Instituto Moreira Salles, do Unibanco, o Itaú Cultural, do Banco Itaú, a Fundação Roberto Marinho, da Globo ou às federações de comércio e indústria, como a rede S (Senac, Sesi, Senai). Estas instituições atuam com recursos próprios ou de parceiros executando projetos específicos para os quais existem orçamentos e metas a serem alcançadas, resultados que necessariamente devem ser obtidos.

No nosso entendimento, as instituições culturais privadas de hoje constituem a versão moderna do instituto do mecenato, cuja origem remonta aos tempos de Augustus, imperador de Roma. Seu ministro, Caius Cilnius Maecenas (59.a .C - 8 d.C.) era extremamente dedicado ao patrocínio das atividades artísticas e culturais de sua época. Desde então, o termo “mecenatas” vem sendo utilizado para designar pessoas protetoras das artes, ciência e cultura (Gomes, 2004)⁴⁴. As empresas contemporâneas se comportam de forma semelhante aos nobres, reis e papas, da época renascentista, que financiavam as galerias de

⁴⁴ GOMES, Maria Cristina de Freitas. A criação de museus de arte do Brasil pelo mecenato de Assis Chateaubriand. In *Musas – Revista brasileira de museus e Museologia*/IPHAN – Departamento de Museus e Centros Culturais, vol.1, n.1, 2004.

arte e os gabinetes de curiosidades, visando ao reconhecimento como patronos das artes, o que lhes trazia popularidade entre os cidadãos.

No Brasil da década de 1940, grandes industriais italianos radicados na cidade de São Paulo, como os Martinelli e os Matarazzo, iniciaram suas coleções particulares de obras de arte que acabaram se transformando em museus, abertos ao público. No entanto, foi somente na década de 1980 que as empresas perceberam as vantagens do investimento em cultura: além da legitimidade e do prestígio, tais investimentos se tornaram também um excelente negócio a partir da publicação da Lei Sarney (1986), através da qual os valores gastos em projetos culturais são dedutíveis dos impostos devidos pelas corporações. Os incentivos também ganharam estímulo estadual e municipal em inúmeros locais do Brasil, sendo hoje um dos principais fatores de fomento à cultura no país.

Parcerias entre os detentores de acervos públicos ou privados são formadas com instituições culturais empresariais e empresas públicas, de economia mista e privadas, permitindo, por exemplo, que o MIS (Museu da Imagem e do Som), vinculado ao sistema da FUNARJ saia de sua inércia para abrir ao público, o acervo cinquentenário da Rádio Nacional, com o patrocínio da Petrobras. Da mesma forma, o Instituto Tom Jobim firmou convênio com a Fundação Roberto Marinho e o Jardim Botânico, patrocinados pela Petrobras, para digitalizar, organizar e expor o acervo do grande maestro e a Caixa Econômica Federal possibilitou ao Instituto Moreira Salles transformar o acervo da Casa Figner, de fonogramas do início do século até a década de 1950 numa

rádio virtual, com acesso via Internet. Filmes antigos de Joaquim Pedro de Andrade estão sendo transpostos para meio digital e em breve serão novamente exibidos e comercializados em DVD.

É preciso ressaltar, entretanto, que todos os projetos patrocinados com base em leis de incentivos têm verba própria, orçamento, controle atuarial, equipe especializada e principalmente, como objetivo final, devem ser franqueados à visitação ou audiência públicas. As empresas investem em projetos com vistas ao retorno institucional e à economia fiscal, razão pela qual ultrapassam os trâmites burocráticos através do *clearance* e da gestão profissional, obedecendo aos prazos estabelecidos previamente e prestando contas de seus gastos ao MINC e demais órgãos de controle interno de suas atividades.

Analisando os diversos exemplos citados vemos que bens protegidos estão se aproximando da sociedade como um todo, que deles se apropriam. Este é o caminho para a democratização dos bens culturais e para o efetivo exercício dos direitos culturais assegurados a todos os brasileiros, constitucionalmente.

O manual que se encontra anexo a esse trabalho se propõe a trazer algumas soluções práticas, contribuindo para o melhor relacionamento entre instituições donatárias e doadores de acervos, facilitando seu acesso ao público, sem ameaça aos direitos autorais patrimoniais e morais e aos direitos de personalidade tais como os relativos à intimidade, à honra e à imagem.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Regina e CHAGAS Mário. Memória e Patrimônio – Ensaio Contemporâneo. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. In SANT'ANNA, Márcia. A Face Imaterial do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: DP & A. 2003.
- ARNAULD, Marie-Paule. Du secret d'Etat à la transparence administrative: la communication des documents.
- BASTIEN, HERVÉ. La propriété des archives publiques.
- BOMENY, Helena. Identidade nacional e patrimônio. In: Ideólogos do patrimônio cultural. Rio de Janeiro, IBPC, 1991.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 5a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CASTRO, Ruy. Querido Poeta: Correspondência de Vinícius de Moraes. Rio de Janeiro: Editora Cia. das Letras, 2003.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio, São Paulo: Liberdade & Unesp, 2001.
- COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno.
- COSTA, Célia Leite. Intimidade *versus* interesse público: a problemática dos arquivos. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: UNESP, v.11, n.21, 1998.
- COSTA, Célia Leite; FRAIZ, Priscila Moraes Varella. Acesso à informação nos arquivos brasileiros. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.2. n.3., 1989.
- COUTURE, Carol and ROUSSEAU, Jean-Yves, The life of a document. Montréal, Véhicule Press, 1987.
- DOTTI, Rene Ariel. Proteção da vida privada e liberdade de informação: possibilidades e limites. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1980.
- ESTUDOS HISTÓRICOS. Arquivos pessoais. Rio de Janeiro: FGV. vol. 11, nº. 21, 1998.
- FALCÃO, Joaquim. A política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In *Estado e Cultura no Brasil*. Sérgio Miceli (org.). São Paulo, Difel, 1984.
- FALCÃO, Joaquim. Democracia, Direito e Terceiro Setor. São Paulo: Editora FGV, 2004
- FERNANDES, Milton: Proteção Civil da Intimidade, Edição Saraiva, 1977.

FONSECA, Maria Cecília Londres - O Patrimônio em Processo. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Minc-IPHAN, 1997.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Graal, 20^a. ed., 2004.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, LTC, 1989.

GOMES, Maria Cristina de Freitas. A criação de museus de arte do Brasil pelo mecenato de Assis Chateaubriand. In Musas – Revista brasileira de museus e Museologia/IPHAN – Departamento de Museus e Centros Culturais, vol.1, n.1, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Ministério da Cultura - Iphan, 2^a. ed., 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Nacionalismo e Preservação Histórica. In: Ideólogos do patrimônio cultural. Rio de Janeiro, IBPC, 1991.

HURTAUD, Marie-Hélène. La protection de la vie privée. Note sur l'article 9 du code civil.

JABUR, Gilberto Haddad. A dignidade e o rompimento de privacidade. Direito à Privacidade / Ives Granda Martins Filho, Antônio Jorge Monteiro Junior, (coordenadores). Aparecida, SP: Idéias & Letras; São Paulo: Centro de Extensão Universitária, 2005.

LACERDA, Aline Lopes de. Os Sentidos da Imagem: fotografias em arquivos pessoais". In Acervo. Revista do Arquivo Nacional, vol. 6, nº 1-2, jan/dez 1993.

LE GOFF, Jacques. Memória. In Enciclopédia Einaudi. Memória – História. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. Patrimônio Imaterial e Diversidade Cultural: o Novo Decreto para a Proteção dos Bens Imateriais. Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2. ed., 2003.

MAGALHÃES, Aloísio. Bens Culturais: Instrumento Para um Desenvolvimento Harmonioso. Rio de Janeiro: Revista do Patrocínio Histórico e Artístico, nº 20, 1984.

SEGALL, Maurício. Controvérsias e Dissonâncias. São Paulo, EDUSP / BOITEMPO Editorial, 1^a. ed., 2001.

ANEXO I

Legislação

ANEXO II

“Manual do *Clearance*”

CONSTITUIÇÕES:

A C.F. do Governo Militar dizia, em 1967, artigo 172, § único:

Em 1934, o Capítulo II, art. 148 — Da Educação e da Cultura — estabelece:

“Art. 148 — Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual”.

“Art. 172. O amparo à cultura é dever do Estado.

§ único: Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas”.

Em 1937, no Capítulo Educação e Cultural, diz textualmente o artigo 134:

“Art. 134. Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios”.

Em 1946, diz o art. 175:

“Art. 175. As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público”.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL DE 5 DE
DEZEMBRO DE 1988

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS
E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

(...)

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

(...)

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

(...)

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

(...)

LXXII - conceder-se-á "habeas-data":

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

(...)

LXXVII - são gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

(...)

SEÇÃO - II
DA CULTURA

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: **(Incluído pela EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 48, DE 10 DE AGOSTO DE 2005 - DOU 11/8/2005)**

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; **(Incluído pela EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 48, DE 10 DE AGOSTO DE 2005 - DOU 11/8/2005)**

II produção, promoção e difusão de bens culturais; **(Incluído pela EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 48, DE 10 DE AGOSTO DE 2005 - DOU 11/8/2005)**

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; **(Incluído pela EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 48, DE 10 DE AGOSTO DE 2005 - DOU 11/8/2005)**

IV democratização do acesso aos bens de cultura; **(Incluído pela EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 48, DE 10 DE AGOSTO DE 2005 - DOU 11/8/2005)**

V valorização da diversidade étnica e regional **(Incluído pela EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 48, DE 10 DE AGOSTO DE 2005 - DOU 11/8/2005)**

ações apoiados. (Incluído pela [Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003](#))

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º - É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela [Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003](#))

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela [Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003](#))

II - serviço da dívida; (Incluído pela [Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003](#))

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou

**LEI Nº 3.071 - DE 1º DE JANEIRO DE 1916
- DOU DE 05/01/1916 – Código Civil**

**CAPÍTULO VI
DA PROPRIEDADE LITERÁRIA,
CIENTÍFICA E ARTÍSTICA**

Art. 649. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

Ao autor de obra literária, científica ou artística pertence o direito exclusivo de reproduzi-la. (Redação dada pela Lei nº 3.447, de 23.10.1958)

§ 1º Os herdeiros e sucessores do autor gozarão desse direito pelo tempo de 60 (sessenta) anos, a contar do dia de seu falecimento.

§ 2º Se morrer o autor, sem herdeiros ou sucessores até o 2º grau, a obra cairá no domínio comum.

§ 3º No caso de caber a sucessão aos filhos, aos pais ou ao cônjuge do autor, não prevalecerá o prazo do § 1º e o direito só extinguirá com a morte do sucessor. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 3.447, de 23.10.1958)

Art. 650. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

Goza dos direitos de autor, para os efeitos economicos por este Código assegurados, o editor de publicação composta de artigos ou trechos de autores diversos, reunidos num todo, ou distribuídos em series, tais como jornais, revistas, dicionários, enciclopedias e seletas.

Parágrafo único. Cada autor conserva, neste caso, o seu direito sobre a sua produção, e

poderá reproduzi-la em separado.

Art. 651. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

O editor exerce também os direitos a que se refere o artigo antecedente, quando a obra for anônima ou pseudônima.

Parágrafo único. Mas, neste caso, quando o autor se der a conhecer, assumirá o exercício de seus direitos, sem prejuízo dos adquiridos pelo editor.

Art. 652. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

Tem o mesmo direito de autor o tradutor de obra já entregue ao domínio comum e o escritor de versões permitidas pelo autor da obra original, ou, em sua falta, pelos seus herdeiros e sucessores. Mas o tradutor não se pode opor à nova tradução, salvo se for simples reprodução da sua, ou se tal direito lhe deu o autor.

Art. 653. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

Quando uma obra, feita em colaboração, não for divisível, nem couber na disposição do art. 651, os colaboradores, não havendo convenção em contrário, terão entre si direitos iguais; não podendo, sob pena de responder por perdas e danos, nenhum deles, sem consentimento dos outros, reproduzi-la, nem lhe autorizar a reprodução, exceto quando feita na coleção de suas obras completas.

Parágrafo único. Falecendo um dos colaboradores sem herdeiros ou sucessores,

o seu direito acresce aos sobreviventes.

Art. 654. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

No caso do artigo anterior, divergindo os colaboradores, decidirá a maioria numerica, e, em falta desta, o juiz, a requerimento de qualquer deles.

§ 1º Ao colaborador dissidente, porém, fica o direito de não contribuir para as despesas de reprodução, renunciando a sua parte nos lucros, bem como o de vedar que o seu nome se inscreva na obra.

§ 2º Cada colaborador pode, entretanto, individualmente, sem aquiescência dos outros, defender os próprios direitos contra terceiros, que daqueles não sejam legítimos representantes.

Art. 655. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original :

O autor de composição musical, feita sobre texto poético, pode executá-la, publicá-la ou transmitir o seu direito, independente de autorização do escritor, indenizando, porém, a este, que conservará direito à reprodução do texto sem a música.

Art. 656. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

Aquele, que, legalmente autorizado, reproduzir obra de arte mediante processo artístico diferente, ou pelo mesmo processo, havendo na composição novidade, será quanto à cópia, considerado autor.

Parágrafo único. Goza, igualmente, dos direitos de autor, sem dependência de autorização, o que assim reproduzir obra já entregue ao domínio comum.

Art. 657. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

Publicada e exposta à venda uma obra teatral ou musical, entende-se anuir o autor a que se represente, ou execute, onde quer que a sua audição não for retribuída.

Art. 658. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

Aquele, que, com autorização do compositor de uma obra musical, sobre os seus motivos escrever combinações, ou variações, tem, a respeito destas, os mesmos direitos, e com as mesmas garantias, que sobre aquela o seu autor.

Art. 659. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

A cessão, ou a herança, quer dos direitos de autor, quer da obra de arte, literatura ou ciência, não transmite o direito de modificá-la. Mas este poderá ser exercido pelo autor, em cada edição sucessiva, respeitados os do editor.

Parágrafo único. A cessão de artigos jornalísticos não produz efeito, salvo convenção em contrário, além do prazo de vinte dias, a contar da sua publicação. Findo ele, recobra o autor em toda a plenitude o seu direito.

Art. 660. Revogado pela Lei nº 9.610, de

19.2.1998:

Texto original:

A União e os Estados poderão desapropriar por utilidade pública, mediante indenização prévia, qualquer obra publicada, cujo dono a não quizer reeditar.

Art. 661. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

Pertencem à União, aos Estados, ou aos Municípios:

I - Os manuscritos de seus arquivos, bibliotecas e repartições.

II - As obras encomendadas pelos respectivos governos, e publicadas à custa dos cofres públicos.

Parágrafo único. Não caem, porém, no domínio da União, do Estado, ou do Município, as obras simplesmente por eles subvencionadas.

Art. 662. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

As obras publicadas pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal, não sendo atos públicos e documentos oficiais, caem, quinze anos depois da publicação, no domínio comum.

Art. 663. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

Ninguém pode reproduzir obra, que ainda não tenha caído no domínio comum, a pretexto de anotá-la, comentá-la, ou melhorá-la, sem permissão do autor ou seu representante.

§ 1º Podem, porém, publicar-se em separado, formando obra

sobre si, os comentários ou anotações.

§ 2º A permissão confere ao reproduzidor os direitos do autor da obra original.

Art. 664. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

A permissão do autor, necessária também para se lhe reduzir a obra a compêndio ou resumo, atribui, quanto a estes, ao resumidor ou compendiador, os mesmos direitos daquele sobre o trabalho original.

Art. 665. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

É igualmente necessária, e produz os mesmo efeitos da permissão de que trata o artigo antecedente, a licença do autor da obra primitiva a outrem, para de um romance extrair peça teatral, reduzir a verso obra em prosa, e vice-versa, ou dela desenvolver os episódios, o assunto e o plano geral.

Parágrafo único. São livres as parafrases, que não forem verdadeira reprodução da obra original.

Art. 666. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

Não se considera ofensa aos direitos de autor:

I - A reprodução de passagens ou trechos de obras já publicadas e a inserção, ainda integral, de pequenas composições alheias no corpo de obra maior, contanto que esta apresente caráter científico, ou seja compilação destinada a fim literário,

didático, ou religioso, indicando-se, porém a origem, de onde se tomarem os excertos, bem como o nome dos autores.

II - A reprodução, em diários ou periódicos, de notícias e artigos sem caráter literário ou científico, publicados em outros diários, ou periódicos, mencionando-se os nomes dos autores e os dos periódicos, ou jornais, de onde forem transcritos.

III - A reprodução, em diários e periódicos, de discursos pronunciados em reuniões públicas, de qualquer natureza.

IV - A reprodução de todos os atos públicos e documentos oficiais da União, dos estados e dos Municípios.

V - a citação em livros, jornais ou revistas, de passagens de qualquer obra com intuito de crítica ou polêmica.

VI - A cópia, feita à mão, de uma obra qualquer, contanto que se não destine à venda.

VII - A reprodução, no corpo de um escrito, de obras de artes figurativas, contanto que o escrito seja o principal, e as figuras sirvam somente para explicar o texto, não se podendo, porém, deixar de indicar os nomes dos autores, ou as fontes utilizadas.

VIII - A utilização de um trabalho de arte figurativa, para se obter obra nova.

IX - A reprodução de obra de arte existente nas ruas e praças.

X - A reprodução de retratos ou bustos de encomenda particular, quando feita pelo proprietário dos objetos encomendados. A pessoa representada e seus sucessores imediatos podem opor-se a reprodução ou pública exposição do retrato ou busto.

Art. 667. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

É suscetível de cessão o direito, que assiste ao autor, de ligar o nome a todos os seus produtos intelectuais.

§ 1º Dará lugar à indenização por perdas e danos a usurpação do nome do autor ou a sua substituição por outro, não havendo convenção que a legitime.

§ 2º O autor da usurpação, ou substituição, será outrossim, obrigado a inserir na obra o nome do verdadeiro autor.

Art. 668. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

Não firmam direito de autor, para desfrutar a garantia da lei, os escritos por esta defesos, que forem por sentença mandados retirar da circulação.

Art. 669. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

Quem publicar obra inédita, ou reproduzir obra em via de publicação ou já publicada, pertencente a outrem, sem outorga ou aquiescência deste, além de perder, em benefício do autor, ou proprietário, os exemplares da reprodução fraudulenta, que se apreenderem, pagar-lhe-á o valor de toda a edição, menos esses exemplares, ao preço por que estiverem à venda os genuínos, ou em que forem avaliados.

Parágrafo único. Não se conhecendo o número de exemplares fraudulentamente impressos e distribuídos, pagará o transgressor o valor

de mil exemplares, além dos apreendidos.

Art. 670. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

Quem vender ou expuser à venda ou à leitura pública e remunerada uma obra impressa com fraude, será solidariamente responsável, com o editor, nos termos do artigo antecedente; e, se a obra for estampada no estrangeiro, responderá como editor o vendedor, ou o expositor.

Art. 671. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

Quem publicar qualquer manuscrito, sem permissão do autor ou de seus herdeiros ou representantes, será responsável por perdas e danos.

Parágrafo único. As cartas-missivas não podem ser publicadas sem permissão dos seus autores ou de quem os representem, mas podem ser juntas como documentos em autos judiciais.

Art. 672. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

O autor, ou proprietário, cuja obra se reproduzir fraudulentamente, poderá, tanto que o saiba, requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos, subsistindo-lhe o direito à indenização de perdas e danos, ainda que nenhum exemplar se encontre.

Art. 673. Revogado pela Lei nº 9.610, de 19.2.1998:

Texto original:

Para segurança de seu direito, o proprietário da obra divulgada por tipografia, litografia, gravura, moldagem, ou qualquer outro sistema de reprodução, depositará, com destino ao registro, dois exemplares na Biblioteca Nacional, no Instituto Nacional de Música ou na Escola Nacional de Belas-Artes do Distrito Federal, conforme a natureza da produção.

Parágrafo único. As certidões do registro induzem a propriedade da obra, salvo prova em contrário.

DECRETO-LEI Nº 25, de 30 de novembro de 1937

Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, DECRETA:

CAPÍTULO I

Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Art. 1º - Constitui o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta Lei.

§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Art. 2º - A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Art. 3º - Excluem-se do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional as obras de origem estrangeira:

1º) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país;

2º) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no país;

3º) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução ao Código Civil, e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;

4º) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;

5º) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;

6º) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo único - As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CAPÍTULO II

Do Tombamento

Art. 4º - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1º) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológicas, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado artigo 1º;

2º) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3º) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;

4º) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º - Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º - Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4, do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Art. 5º - O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício, por ordem do Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos.

Art. 6º - O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Art. 7º - Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Art. 8º - Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.

Art. 9º - O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:

1º) O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação.

2º) No caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por simples despacho que se proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo.

3º) Se a impugnação foi oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será

o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Art. 10 - O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

Parágrafo único - Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

CAPÍTULO III

Dos Efeitos do Tombamento

Art. 11 - As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades.

Parágrafo único - Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 12 - A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Art. 13 - O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

§ 1º - No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.

§ 2º - Na hipótese de deslocação de tais

bens, deverá o proprietário dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiverem sido deslocados.

§ 3º - A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Art. 14 - A coisa tombada não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio, e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 15 - Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação, para fora do país, da coisa tombada, será esta seqüestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1º - Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinquenta por cento do valor da coisa, que permanecerá seqüestrada em garantia do pagamento, e até que este se faça.

§ 2º - No caso de reincidência, a multa será elevada ao dobro.

§ 3º - A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Art. 16 - No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

Art. 17 - As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único - Tratando-se de bens

pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Art. 18 - Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Art. 19 - O proprietário da coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondendo ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º - Recebida a comunicação e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º - A falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º - Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Art. 20 - As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-las sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de

cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Art. 21 - Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1º desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

CAPÍTULO IV

Do Direito de Preferência

Art. 22 - Em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os Municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

§ 1º - Tal alienação não será permitida, sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao Município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2º - É nula alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habilitado a seqüestrar a coisa e a impor a multa de vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei pelo Juiz que conceder o seqüestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.

§ 3º - O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.

§ 4º - Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.

§ 5º - Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de

adjudicação, às pessoas, que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.

§ 6º - O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do Município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta, enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

Art. 23 - O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.

Art. 24 - A União manterá, para a conservação e a exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.

Art. 25 - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 26 - Os negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuírem.

Art. 27 - Sempre que os agentes de leilões

tiverem de vender objetos de natureza idênticas à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Art. 28 - Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sobre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo único - A autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sobre o valor da coisa, se este for inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil réis por conto de réis ou fração que exceder.

Art. 29 - O titular do direito de preferência goza de privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

Parágrafo único - Só terão prioridade sobre o privilégio a que se refere este artigo os créditos inscritos no registro competente antes do tombamento da coisa pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

LEI DE IMPRENSA
Lei n.º 5.250, e 09/02/1967

Regula a liberdade de manifestação do pensamento e da informação.

(...)

Art. 7º - No exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação não é permitido o anonimato. Será, no entanto, assegurado e respeitado o sigilo quanto às fontes ou origem de informações recebidas ou recolhidas por jornalistas, rádio-repórteres ou comentaristas.

§ 1º - Todo jornal ou periódico é obrigado a estampar, no seu cabeçalho, o nome de diretor ou redator-chefe, que deve estar no gozo dos seus direitos civis e políticos, bem como indicar a sede da administração e do estabelecimento gráfico onde é impresso, sob pena de multa diária, de, no máximo, um salário mínimo da região, nos termos do artigo 10.

§ 2º - Ficará sujeito à apreensão pelo autoridade policial todo impresso que, por qualquer meio, circular ou for exibido em público sem estampar o nome do autor e editor, bem como a indicação da oficina onde foi impresso, série da mesma e data da impressão.

§ 3º - Os programas de noticiário, reportagens, comentários, debates e entrevistas, nas emissoras de radiodifusão, deverão enunciar, no princípio e no final de cada um, o nome do respectivo diretor ou produtor.

§ 4º - O diretor ou principal responsável do jornal, revista, rádio e televisão manterá em livro próprio, que abrirá e rubricará em todas as folhas, para exibir em juízo, quando para isso for intimado, o registro dos pseudônimos, seguidos das assinaturas dos seus utilizantes, cujos trabalhos sejam ali divulgados.

(...)

Art. 20 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena: Detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários mínimos da região.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, reproduz a publicação ou transmissão caluniosa.

§ 2º - Admite-se a prova da verdade, salvo se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irreversível.

§ 3º - Não se admite a prova da verdade contra o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, Chefes de Estado ou de Governo estrangeiro, ou seus representantes diplomáticos.

Art. 21 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação

Pena: Detenção, de 3 (três) a 18 (dezoito) meses, e multa de 2 (dois) a 10 (dez) salários mínimos da região.

§ 1º - A exceção da verdade somente admite:

- a) se o crime é cometido contra funcionário público, em razão das funções, ou contra órgãos ou entidade que exerça funções de autoridade pública;
- b) se o ofendido permite a prova.

§ 2º - Constitui crime de difamação a publicação ou transmissão, salvo se motivada por interesse público, de fato delituoso, se o ofendido já tiver cumprido pena a que tenha sido condenado em virtude dele.

Art. 22 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou decoro:

Pena: Detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos da região.

Parágrafo único - O juiz pode deixar de aplicar a pena:

- a) quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;
- b) no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

Art. 23 - As penas cominadas nos artigos 20 a 22 aumentaram de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:

I - contra o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, ou Chefes de Estado ou Governo estrangeiros, ou seus representantes diplomáticos;

II. - contra funcionário público, em razão de suas funções;

III - contra órgão ou autoridade que exerça função de autoridade pública.

Art. 24 - São puníveis, nos termos dos artigos 20 a 22 a calúnia, difamação e injúria contra a memória dos mortos.

Art. 25 - Se de referências, alusões ou frases infere calúnia, difamação ou injúria, quem se julgar ofendido poderá notificar judicialmente o responsável, para que, no prazo de 48. horas, se explique.

§ 1º - Se neste prazo o notificado não dá explicação, ou, a critério do juiz, essas não satisfatórias, responde pela ofensa.

§ 2º - A pedido do notificante, o juiz pode determinar que as explicações dadas sejam publicadas ou transmitidas, nos termos dos artigos 29 e Seguintes.

Art. 26 - A retratação ou retificação espontânea, expressa e cabal, feita antes de iniciado o procedimento judicial, excluirá a ação penal contra o responsável pelos crimes nos artigos 20 e 22.

§ 1º - A retratação do ofensor, em juízo, reconhecendo, por termo lavrado nos autos, a falsidade da imputação, o eximirá da pena, desde que pague as custas do processo e promova, se assim o desejar o ofendido, dentro de 5 dias e por sua conta, a divulgação da notícia da retratação.

§ 2º - Nos casos deste artigo e do §1º, a retratação deve ser feita ou divulgada:

- a) no mesmo jornal ou periódico, no mesmo local, com os mesmos caracteres e sob a mesma epígrafe; ou
- b) na mesma estação emissora e no mesmo programa ou horário.

Art. 27 - Não constituem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação:

I - a opinião desfavorável da crítica literária, artística, científica ou desportiva, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar;

II - a reprodução, integral ou resumida, desde que não constitua matéria reservada ou sigilos, de relatório, pareceres, decisões ou atos proferidos pelos órgãos competentes das Casas Legislativas;

III - noticiar ou comentar, resumida ou amplamente, projetos e atos de poder Legislativo, bem como debates e críticas a seu respeito;

IV - a reprodução integral, parcial ou abreviada, a notícia, crônica ou resenha dos debates escritos ou orais, perante juizes e tribunais, bem como a divulgação de despachos e sentenças e de tudo quanto for ordenado ou comunicado por autoridades judiciais;

V - a divulgação de articulados, quotas ou alegações produzidas em juízo pelas partes ou seus procuradores;

VI - a divulgação, a discussão e a crítica de atos e decisões do poder Executivo e seus agentes, desde que não se trate de matéria de natureza reservada ou sigilos;

VII - a crítica às leis e a demonstração de sua inconveniência ou inoportunidade;

VIII - a crítica inspirada pelo interesse público.

Parágrafo único - Nos casos dos incisos II a VII deste artigo, a reprodução ou noticiário que contenha flúria, calúnia ou difamação deixará de constituir abuso no exercício à liberdade de informação, se forem fiéis e feitas de modo que não demonstrem má-fé.

Art. 28 - O escrito publicado em jornais ou periódicos sem indicação de seu autor considera-se redigido:

I - pelo redator da seção em que é publicado, se o jornal ou periódico mantém seções distintas sob a responsabilidade de certos e determinados redatores, cujos nomes nelas figuram permanentemente;

II. - pelo diretor ou redator-chefe, se publicado na parte editorial;

III - pelo gerente ou pelo proprietário das oficinas impressoras, se publicado na parte editorial.

§ 1º - Nas emissões de radiodifusão, se não há indicação do autor das expressões faladas ou das imagens transmitidas, é tido como seu autor:

- a) o editor ou produtor do programa, se declarado na transmissão;
- b) o diretor ou redator registrado de acordo com o artigo 9o., inciso III, letra b, no caso de programas de notícias, reportagens, comentários, debates ou entrevistas;
- c) o diretor ou proprietário da estação emissora, em relação aos demais programas.

§ 2º - A notícia transmitida por agência noticiosa presume-se enviada pelo gerente da agência de onde se origina, ou pelo diretor da empresa.
(...)

Art. 71 - Nenhum jornalista ou radialista ou, em geral, as pessoas referidas no artigo 28, poderão ser compelidos ou coagidos a indicar o nome de seu informante ou a fonte de suas informações, não podendo seu silêncio, a respeito, sofrer qualquer sanção, direta ou indireta, nem qualquer espécie de penalidade.

LEI Nº 5.988, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1973.

Revogada pela Lei nº 9.610, de 98, excetuando-se o art. 17 e seus §§ 1º e 2º

Regula os direitos autorais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e direitos que lhe são conexos.

§ 1º Os estrangeiros domiciliados no exterior gozarão da proteção dos acordos, convenções e tratados ratificados pelo Brasil.

§ 2º Os apátridas equiparam-se, para os efeitos desta Lei, aos nacionais do país em que tenham domicílio.

Art. 2º Os direitos autorais reputam-se, para os efeitos legais, bens móveis.

Art. 3º Interpretam-se restritivamente os negócios jurídicos sobre direitos autorais.

Art. 4º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - publicação - a comunicação da obra ao público, por qualquer forma ou processo;

II - transmissão ou emissão - a difusão, por meio de ondas radioelétricas, de sons, ou de sons e imagens;

III - retransmissão - a emissão, simultânea ou posterior, da transmissão de uma empresa de radiodifusão por outra;

IV - reprodução - a cópia de obra literária, científica ou artística bem como de fonograma;

V - contrafação - a reprodução não autorizada;

VI - obra:

- a) em colaboração - quando é produzida em comum, por dois ou mais autores;
- b) anônima - quando não se indica o nome do autor, por sua determinação, ou por ser desconhecido;

c) pseudônima - quando o autor se oculta sob nome suposto que lhe não possibilita a identificação;

d) inédita - a que não haja sido objeto de publicação;

e) póstuma - a que se publique após a morte do autor;

f) originária - a criação primígena;

g) derivada - a que, constituindo, criação autônoma, resulta da adaptação de obra originária;

VII - fonograma - a fixação, exclusivamente sonora, em suporte material;

VIII - videofonograma - a fixação de imagem e som em suporte material;

IX - editor - a pessoa física a ou jurídica que adquire o direito exclusivo de reprodução gráfica da obra;

X - produtor:

a) fonográfico ou videofonográfico - a pessoa física ou jurídica que, pela primeira vez, produz o fonograma ou o videofonograma;

b) cinematográfico - a pessoa física ou jurídica que assume a iniciativa, a coordenação e a responsabilidade da leitura da obra de projeção em tela;

XI - empresa de radiodifusão - a empresa de rádio ou de televisão, ou meio análogo, que transmite, com a utilização ou não, de fio, programas ao público;

XII - artista - o ator, locutor, narrador, declamador, cantor, bailarino, músico, ou outro qualquer intérprete, ou executante de obra literária, artística ou científica.

Art. 5º Não caem no domínio da União, do Estado, do Distrito Federal ou dos Municípios, as obras simplesmente por eles subvencionadas.

Parágrafo único. Pertencem a União, aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios, os manuscritos de seus arquivos, bibliotecas ou repartições.

TÍTULO II

Das obras intelectuais

CAPÍTULO I

Das obras intelectuais protegidas

Art. 6º São obras intelectuais as criações do espírito, de qualquer modo exteriorizadas, tais como:

- I - os livros, brochuras, folhetos, cartas-missivas e outros escritos;
- II - as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza;
- III - as obras dramáticas e dramático-musicais;
- IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;
- V - as composições musicais, tenham, ou não, letra;
- VI - as obras cinematográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da cinematografia;
- VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia, desde que, pela escolha de seu objeto e pelas condições de sua execução, possam ser consideradas criação artística;
- VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, e litografia;
- IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;
- X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes a geografia, topografia, engenharia, arquitetura, cenografia e ciência;
- XI - as obras de arte aplicada, desde que seu valor artístico possa dissociar-se do caráter industrial do objeto a que estiverem sobrepostas;
- XII - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originárias, desde que, previamente autorizadas e não lhes causando dano, se apresentarem como criação intelectual nova.

Art. 7º Protegem-se como obras intelectuais independentes, sem prejuízo dos direitos dos autores das partes que as constituem, as coletâneas ou as compilações, como seletas, compêndios, antologias, enciclopédias, dicionários, jornais, revistas, coletâneas de textos legais, de despachos, de decisões ou de pareceres administrativos, parlamentares ou judiciais, desde que, pelos critérios de seleção e organização, constituam criação intelectual.

Parágrafo único. Cada autor conserva, neste caso, o seu direito sobre a sua produção, e poderá reproduzi-la em separado.

Art. 8º É titular de direitos de autor, quem adapta, traduz, arranja ou orquestra obra caída no domínio público; todavia não pode, quem assim age, opor-se a outra adaptação,

arranjo, orquestração ou tradução, salvo se for cópia da sua.

Art. 9º A cópia de obra de arte plástica feita pelo próprio autor é assegurada a mesma proteção de que goza o original.

Art. 10. A proteção à obra intelectual abrange o seu título, se original e inconfundível com o de obra, do mesmo gênero, divulgada anteriormente por outro autor.

Parágrafo único. O título de publicações periódicas, inclusive jornais, é protegido até um ano após a saída de seu último número, salvo se foram anuais, caso em que esse prazo se elevará a dois anos.

Art. 11. As disposições desta lei não se aplicam aos textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais.

CAPÍTULO II

Da autoria das obras intelectuais

Art. 12. Para identificar-se como autor, poderá o criador da obra intelectual usar de seu nome civil, completo ou abreviado até por suas iniciais, de pseudônimo ou de qualquer sinal convencional.

Art. 13. Considera-se autor da obra intelectual, não havendo prova em contrário, aquele que, por uma das modalidades de identificação referidas no artigo anterior, tiver, em conformidade com o uso, indicada ou anunciada essa qualidade na sua utilização.

Parágrafo único. Na falta de indicação ou anúncio, presume-se autor da obra intelectual, aquele que a tiver utilizado publicamente.

Art. 14. A autoria da obra em colaboração é atribuída àquele ou àqueles colaboradores em cujo nome, pseudônimo ou sinal convencional for utilizada.

Parágrafo único. Não se considera colaborador quem simplesmente auxiliou o autor na produção da obra intelectual, revendo-a, atualizando-a, bem como fiscalizando ou dirigindo sua edição ou sua apresentação pelo teatro, cinema, fotografia ou radiodifusão sonora ou audiovisual.

Art. 15. Quando se tratar de obra realizada por diferentes pessoas, mas organizada por empresa singular ou coletiva e em seu nome utilizada, a esta caberá sua autoria.

Art. 16. São co-autores da obra cinematográfica o autor do assunto ou argumento literário, musical ou litero-musical, o diretor e o produtor.

Parágrafo único. Consideram-se co-autores de desenhos animados os que criam os desenhos utilizados na obra cinematográfica.

CAPÍTULO III

Do registro das obras intelectuais

Art. 17. Para segurança de seus direitos, o autor da obra intelectual poderá registrá-la, conforme sua natureza, na Biblioteca Nacional, na Escola de Música, na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Instituto Nacional do Cinema, ou no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

§ 1º Se a obra for de natureza que comporte registro em mais de um desses órgãos, deverá ser registrada naquele com que tiver maior afinidade.

§ 2º O Poder Executivo, mediante Decreto, poderá, a qualquer tempo, reorganizar os serviços de registro, conferindo a outros Órgãos as atribuições a que se refere este artigo.

§ 3º Não se enquadrando a obra nas entidades nomeadas neste artigo, o registro poderá ser feito no Conselho Nacional de Direito Autoral.

Art. 18. As dúvidas que se levantarem quando do registro serão submetidas, pelo órgão que o está processando, a decisão do Conselho Nacional de Direito Autoral.

Art. 19. O registro da obra intelectual e seu respectivo traslado serão gratuitos.

Art. 20. Salvo prova em contrário, é autor aquele em cujo nome foi registrada a obra intelectual, ou conste do pedido de licenciamento para a obra de engenharia, ou arquitetura.

TÍTULO III

Dos direitos do autor

CAPÍTULO I

Disposições preliminares

Art. 21. O autor é titular de direitos morais e patrimoniais sobre a obra intelectual que produziu.

Art. 22. Não pode exercer direitos autorais titular cuja obra foi retirada de circulação em virtude de sentença judicial irrecorrível.

Parágrafo único. Poderá, entretanto, o autor reivindicar os lucros, eventualmente auferidos com a exploração de sua obra, enquanto a mesma esteve em circulação.

Art. 23. Salvo convenção em contrário, os co-autores da obra intelectual exercerão, de comum acordo, seus direitos.

Parágrafo único. Em caso de divergência, decidirá o Conselho Nacional de Direito Autoral, a requerimento de qualquer deles.

Art. 24. Se a contribuição de cada co-autor pertencer a gênero diverso, qualquer deles poderá explorá-la separadamente, desde que não haja prejuízo para a utilização econômica da obra comum.

CAPÍTULO II

Dos direitos morais do autor

Art. 25. São direitos morais do autor:

- I - o de reivindicar, a qualquer tempo, a paternidade da obra;
- II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional, indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra;
- III - o de conservá-la inédita;
- IV - o de assegurar-lhe a integridade, opondo-se a quaisquer modificações, ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la, ou atingí-lo, como autor, em sua reputação ou honra;
- V - o de modificá-la, antes ou depois de utilizada;
- VI - o de retirá-la de circulação, ou de lhe suspender qualquer forma de utilização já autorizada.

§ 1º Por morte do autor, transmitem-se a seus herdeiros os direitos a que se referem os incisos I a IV deste artigo.

§ 2º Compete ao Estado, que a exercerá através de Conselho Nacional de Direito Autoral, a defesa da integridade e genuinidade da obra caída em domínio público.

§ 3º Nos casos dos incisos V e VI deste artigo, ressalvam-se as indenizações a terceiros, quando couberem.

Art. 26. Cabe exclusivamente ao diretor o exercício dos direitos morais sobre a obra cinematográfica; mas ele só poderá impedir a utilização da película após sentença judicial passada em julgado.

Art. 27. Se o dono da construção, executada segundo projeto arquitetônico por ele aprovado, nela introduzir alterações, durante sua execução ou após a conclusão, sem o consentimento do autor do projeto, poderá este repudiar a paternidade da concepção da obra modificada, não sendo lícito ao proprietário, a partir de então e em proveito próprio, dá-la como concebida pelo autor do projeto inicial.

Art. 28. Os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis.

CAPÍTULO III

Dos direitos patrimoniais do autor e de sua duração

Art. 29. Cabe ao autor o direito de utilizar, fruir e dispor de obra literária, artística ou científica, bem como o de autorizar sua utilização ou fruição por terceiros, no todo ou em parte.

Art. 30. Depende de autorização do autor de obra literária, artística ou científica, qualquer forma de sua utilização, assim como:

I - a edição;

II - a tradução para qualquer idioma;

III - a adaptação ou inclusão em fonograma ou película cinematográfica;

IV - a comunicação ao público, direta ou indireta, por qualquer forma ou processo, como:

a) execução, representação, recitação ou declamação;

b) radiodifusão sonora ou audiovisual;

c) emprego de altofalantes, de telefonia com fio ou sem ele, ou de aparelhos análogos;

d) videofonografia.

Parágrafo único. Se essa fixação for autorizada, sua execução pública, por qualquer meio, só se poderá fazer com a permissão prévia, para cada vez, do titular dos direitos patrimoniais de autor.

Art. 31. Quando uma obra, feita em colaboração não for divisível, nenhum dos colaboradores, sob pena de responder por perdas e danos, poderá, sem consentimento dos demais, publicá-la, ou autorizar-lhe a publicação, salvo na coleção de suas obras completas.

§ 1º Se divergirem os colaboradores, decidirá a maioria, e, na falta desta, o Conselho Nacional de Direito Autoral, a requerimento de qualquer deles.

§ 2º Ao colaborador dissidente, porém, fica assegurado o direito de não contribuir para as despesas da publicação, renunciando a sua parte nos lucros, bem como o de vedar que se inscreva o seu nome na obra.

§ 3º Cada colaborador pode, entretanto, individualmente, sem aquiescência dos outros, registrar a obra e defender os próprios direitos contra terceiros.

Art. 32. Ninguém pode reproduzir obra, que não pertença ao domínio público, a pretexto de anotá-la, comentá-la, ou melhorá-la, sem permissão do autor.

Parágrafo único. Podem, porém, publicar-se, em separado, os comentários ou anotações.

Art. 33. As cartas missivas não podem ser publicadas sem permissão do autor, mas podem ser juntadas como documento, em autos oficiais.

Art. 34. Quando o autor, em virtude de revisão, tiver dado à obra versão definitiva, não poderão seus sucessores reproduzir versões anteriores.

Art. 35. As diversas formas de utilização da obra intelectual são independentes entre si.

Art. 36. Se a obra intelectual for produzida em cumprimento a dever funcional ou a contrato de trabalho ou de prestação de serviços, os direitos do autor, salvo convenção em contrário, pertencerão a ambas as partes, conforme for estabelecido pelo Conselho Nacional de Direito do Autor.

§ 1º O autor terá direito de reunir em livro, ou em suas obras completas, a obra encomendada, após um ano da primeira publicação.

§ 2º O autor recobrará os direitos patrimoniais sobre a obra encomendada, se esta não for publicada dentro de um ano após a entrega dos originais, recebidos sem ressalvas por quem a encomendou.

Art. 37. Salvo convenção em contrário, no contrato de produção, os direitos patrimoniais sobre obra cinematográfica pertencem ao seu produtor.

Art. 38. A aquisição do original de uma obra, ou de exemplar de seu instrumento ou veículo material de utilização, não confere ao adquirente qualquer dos direitos patrimoniais do autor.

Art. 39. O autor, que alienar obra de arte ou manuscrito, sendo originais ou direitos patrimoniais sobre obra intelectual, tem direito irrenunciável e inalienável a participar na mais-valia que a eles advierem, em benefício do vendedor, quando novamente alienados.

§ 1º Essa participação será de vinte por cento sobre o aumento de preço obtido em cada alienação, em face da imediatamente anterior.

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo quando o aumento do preço resultar apenas da desvalorização da moeda, ou quando o preço alcançado foi inferior a cinco vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 40. Os direitos patrimoniais do autor, excetuados os rendimentos resultantes de sua exploração, não se comunicam, salvo se o contrário dispuser o pacto antenupcial.

Art. 41. Em se tratando de obra anônima ou pseudônima, caberá a quem publicá-la o exercício dos direitos patrimoniais do autor.

Parágrafo único. Se, porém, o autor se der a conhecer, assumirá ele o exercício desses direitos, ressalvados porém, os adquiridos por terceiros.

Art. 42. Os direitos patrimoniais do autor perduram por toda sua vida.

§ 1º Os filhos, os pais, ou o cônjuge gozarão vitaliciamente dos direitos patrimoniais do autor que se lhes forem transmitidos por sucessão mortis causa.

§ 2º Os demais sucessores do autor gozarão dos direitos patrimoniais que este lhes transmitir pelo período de sessenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento.

§ 3º Aplica-se às obras póstumas o prazo de proteção a que aludem os parágrafos precedentes.

Art. 43. Quando a obra intelectual, realizada em colaboração, for indivisível, o prazo de proteção previsto nos §§ 1º e 2º do artigo anterior contar-se-á da morte do último dos colaboradores sobreviventes.

Parágrafo único. Acrescer-se-ão aos dos sobreviventes os direitos de autor do colaborador que falecer sem sucessores.

Art. 44. Será de sessenta anos o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras anônimas ou pseudônimas, contado de 1º de janeiro do ano imediatamente posterior ao da primeira publicação.

Parágrafo único. Se, porém, o autor, antes do decurso desse prazo, se der a conhecer, aplicar-se-á o disposto no art. 42 e seus parágrafos.

Art. 45. Também de sessenta anos será o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras cinematográficas, fonográficas, fotográficas, e de arte aplicada, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua conclusão.

Art. 46. Protegem-se por 15 anos a contar, respectivamente, da publicação ou da reedição, as obras encomendadas pela União e pelos Estados, Municípios e Distrito Federal.

Art. 47. Para os efeitos desta lei, consideram-se sucessores do autor seus herdeiros até o segundo grau, na linha reta ou colateral, bem como o cônjuge, os legatários e cessionários.

Art. 48. Além das obras em relação às quais decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais, pertencem ao domínio público:

I - as de autores falecidos que não tenham deixado sucessores;

II - as de autor desconhecido, transmitidas pela tradição oral;

III - as publicadas em países que não participem de tratados a que tenha aderido o Brasil, e que não confirmem aos autores de obras aqui publicadas o mesmo tratamento que dispensam aos autores sob sua jurisdição.

CAPÍTULO IV

Das limitações aos direitos do autor

Art. 49. Não constitui ofensa aos direitos do autor:

I - A reprodução:

a) de trechos de obras já publicadas, ou ainda que integral, de pequenas composições alheias no contexto de obra maior, desde que esta apresente caráter científico, didático ou religioso, e haja a indicação da origem e do nome do autor;

b) na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, sem caráter literário, publicados em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos;

c) em diários ou periódicos, de recursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza;

d) no corpo de um escrito, de obras de arte, que sirvam, como acessório, para explicar o texto, mencionados o nome do autor e a fonte de que provieram;

e) de obras de arte existentes em logradouros públicos;

f) de retratos, ou de outra forma de representação da efígie, feitos sob encomenda, quando realizada pelo proprietário do objeto encomendado, não

havendo a oposição da pessoa neles representada ou de seus herdeiros.

II - A reprodução, em um só exemplar, de qualquer obra, contando que não se destine à utilização com intuito de lucro;

III - A citação, em livros, jornais ou revistas, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica;

IV - O apanhado de lições em estabelecimentos de ensino por aqueles a quem elas se dirigem, vedada, porém, sua publicação, integral ou parcial, sem autorização expressa de quem as ministrou;

V - A execução de fonogramas e transmissões de rádio ou televisão em estabelecimentos comerciais, para demonstração à clientela;

VI - A representação teatral e a execução musical, quando realizadas no recesso familiar ou para fins exclusivamente didáticos, nos locais de ensino, não havendo, em qualquer caso, intuito de lucro;

VII - A utilização de obras intelectuais quando indispensáveis à prova judiciária ou administrativa.

Art. 50. São livres as paráfrases e paródias que não forem verdadeiras reproduções da obra originária, nem lhe implicarem descrédito.

Art. 51. É lícita a reprodução de fotografia em obras científicas ou didáticas, com a indicação do nome do autor, e mediante o pagamento a este de retribuição equitativa, a ser fixada pelo Conselho Nacional de Direito Autoral.

CAPÍTULO V

Da cessão dos direitos do autor

Art. 52. Os direitos do autor podem ser, total ou parcialmente, cedidos a terceiros por ele ou por seus sucessores, a título universal ou singular, pessoalmente ou por meio de representante com poderes especiais.

Parágrafo único. Se a transmissão for total, nela se compreendem todos os direitos do autor, salvo os de natureza personalíssima, como o de introduzir modificações na obra, e os expressamente excluídos por lei.

Art. 53. A cessão total ou parcial dos direitos do autor, que se fará sempre por escrito, presume-se onerosa.

§1º Para valer perante terceiros, deverá a cessão ser averbada à margem do registro a que se refere o artigo 17.

§ 2º Constarão do instrumento do negócio jurídico, especificamente, quais os direitos objeto de cessão, as condições de seu exercício quanto ao tempo e ao lugar, e, se for a título oneroso, quanto ao preço ou retribuição.

Art. 54. A cessão dos direitos do autor sobre obras futuras será permitida se abranger, no máximo, o período de cinco anos.

Parágrafo único. Se o período estipulado for indeterminado, ou superior a cinco anos, a tanto ele se reduzirá, diminuindo-se, se for o caso, na devida proporção, a remuneração estipulada.

Art. 55. Até prova em contrário, presume-se que os colaboradores omitidos na divulgação ou publicação da obra cederam seus direitos àqueles em cujo nome foi ela publicada.

Art. 56. A tradição de negativo, ou de meio de reprodução análogo, induz à presunção de que foram cedidos os direitos do autor sobre a fotografia.

TÍTULO IV

Da utilização de obras intelectuais

CAPÍTULO I

Da edição

Art. 57. Mediante contrato de edição, o editor, obrigando-se a reproduzir mecanicamente e a divulgar a obra literária, artística, ou científica, que o autor lhe confia, adquire o direito exclusivo a publicá-la, e explorá-la.

Art. 58. Pelo mesmo contrato pode o autor obrigar-se à feitura de obra literária, artística, ou científica, em cuja publicação e divulgação se empenha o editor.

§ 1º Não havendo termo fixado para a entrega da obra, entende-se que o autor pode entregá-la quando lhe convier; mas o editor pode fixar-lhe prazo, com a cominação de rescindir o contrato.

§ 2º Se o autor falecer antes de concluída a obra, ou lhe for impossível levá-la a cabo, poderá o editor considerar resolvido o contrato, ainda que entregue parte considerável da obra, a menos que, sendo ela autônoma, se dispuser a editá-la, mediante pagamento de retribuição proporcional, ou se, consentindo os herdeiros, mandar terminá-la por outrem, indicando esse fato na edição.

§ 3º É vedada a publicação, se o autor manifestou a vontade de só publicá-la por inteiro, ou se assim o decidem seus herdeiros.

Art. 59. Entende-se que o contrato versa apenas sobre uma edição, senão houver cláusula expressa em contrário.

Art. 60. Se, no contrato, ou ao tempo do contrato, o autor não tiver pelo seu trabalho, estipulado retribuição, será esta arbitrada pelo Conselho Nacional de Direito Autoral.

Art. 61. No silêncio do contrato, considera-se que cada edição se constitui de dois mil exemplares.

Art. 62. Se os originais foram entregues em desacordo com o ajustado, e o editor não os recusar nos trinta dias seguintes ao do recebimento têm-se por aceitas as alterações introduzidas pelo autor.

Art. 63. Ao editor compete fixar o preço de venda, sem, todavia, poder elevá-lo a ponto que embarace a circulação da obra.

Art. 64. A menos que os direitos patrimoniais do autor tenham sido adquiridos pelo editor, numerar-se-ão todos os exemplares de cada edição.

Parágrafo único. Considera-se contrafação, sujeitando-se o editor ao pagamento de perdas e danos, qualquer repetição de número, bem como exemplar não numerado, ou que apresente número que exceda a edição contratada.

Art. 65. Quaisquer que sejam as condições do contrato, o editor é obrigado a facultar ao autor o exame da escrituração na parte que lhe corresponde, bem como a informá-lo sobre o estado da edição.

Art. 66. Se a retribuição do autor ficar dependendo do êxito da venda, será obrigado o editor a lhe prestar contas semestralmente.

Art. 67. O editor não pode fazer abreviações, adições ou modificações na obra, sem permissão do autor.

Art. 68. Resolve-se o contrato de edição, se, a partir do momento em que foi celebrado, decorrerem três anos sem que o editor publique a obra.

Art. 69. Enquanto não se esgotarem as edições a que tiver direito o editor, não poderá o autor dispor de sua obra.

Parágrafo único. Na vigência do contrato de edição, assiste ao editor o direito de exigir que se retire de circulação edição da mesma obra feita por outrem.

Art. 70. Se, esgotada a última edição, o editor, com direito a outra, a não publicar, poderá o autor intimá-lo judicialmente a que o faça em certo prazo, sob pena de perder aquele direito, além de responder pelos danos.

Art. 71. Tem direito o autor a fazer, nas edições sucessivas de suas obras, as emendas e alterações que bem lhe parecer, mas se elas impuserem gastos extraordinários ao editor, a este caberá indenização.

Parágrafo único. O editor poderá opor-se às alterações que lhe prejudiquem os interesses, ofendam a reputação, ou aumentem a responsabilidade.

Art. 72. Se, em virtude de sua natureza, for necessária a atualização da obra em novas edições o editor, negando-se o autor a fazê-la, dela poderá encarregar outrem, mencionando o fato na edição.

CAPÍTULO II

Da representação e execução

Art. 73. Sem autorização do autor, não poderão ser transmitidos pelo rádio, serviço de alto-falantes, televisão ou outro meio análogo, representados ou executados em

espetáculos públicos e audições públicas, que visem a lucro direto ou indireto, drama, tragédia, comédia, composição musical, com letra ou sem ela, ou obra de caráter assemelhado.

§ 1º Consideram-se espetáculos públicos e audições públicas, para os efeitos legais, as representações ou execuções em locais ou estabelecimentos, como teatros, cinemas, salões de baile ou concerto, boates, bares, clubes de qualquer natureza, lojas comerciais e industriais, estádios, circos, restaurantes, hotéis, meios de transporte de passageiros terrestre, marítimo, fluvial ou aéreo, ou onde quer que se representem, executem, recitem, interpretem ou transmitam obras intelectuais, com a participação de artistas remunerados, ou mediante quaisquer processos fonomecânicos, eletrônicos ou audiovisuais.

§ 2º Ao requerer a aprovação do espetáculo ou da transmissão, o empresário deverá apresentar à autoridade policial, observando o disposto na legislação em vigor, o programa, acompanhado da autorização do autor, intérprete ou executante e do produtor de fonogramas, bem como do recibo de recolhimento em agência bancária ou postal, ou ainda documento equivalente em forma autorizada pelo Conselho Nacional de Direito Autoral, a favor do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, de que trata o art. 115, do valor, dos direitos autorais das obras programadas.

§ 3º Quando se tratar de representação teatral o recolhimento será feito no dia seguinte ao da representação, à vista da frequência ao espetáculo.

Art. 74. Se não foi fixado prazo para a representação ou execução, pode o autor, observados os usos locais, assiná-lo ao empresário.

Art. 75. Ao autor assiste o direito de opor-se a representação ou execução que não esteja suficientemente ensaiada, bem como o de fiscalizar o espetáculo, por si ou por delegado seu, tendo, para isso, livre acesso, durante as representações ou execuções, ao local onde se realizam.

Art. 76. O autor da obra não pode alterar-lhe a substância, sem acordo com o empresário que a faz representar.

Art. 77. Sem licença do autor, não pode o empresário comunicar o manuscrito da obra a pessoa estranha à representação, ou execução.

Art. 78. Salvo se abandonarem a empresa, não podem os principais intérpretes e os diretores de orquestra ou coro, escolhidos de comum acordo pelo autor e pelo empresário, ser substituídos por ordem deste, sem que aquele consinta

Art. 79. É impenhorável a parte do produto dos espetáculos reservada ao autor e aos artistas.

CAPÍTULO III

Da utilização de obra de arte plástica

Art. 80. Salvo convenção em contrário, o autor de obra de arte plástica, ao alienar o objeto em que ela se materializa, transmite ao adquirente o direito de reproduzi-la, ou de expô-la ao público.

Art. 81. A autorização para reproduzir obra de arte plástica, por qualquer processo, deve constar de documento, e se presume onerosa.

CAPÍTULO IV

Da utilização de obra fotográfica

Art. 82. O autor de obra fotográfica tem direito a reproduzi-la, difundi-la e colocá-la à venda, observadas as restrições à exposição, reprodução e venda de retratos, e sem prejuízo dos direitos de autor sobre a obra reproduzida, se de artes figurativas.

§ 1º A fotografia, quando divulgada indicará de forma legível, o nome do seu autor.

§ 2º É vedada a reprodução de obra fotográfica que não esteja em absoluta consonância com o original, salvo prévia autorização do autor.

CAPÍTULO V

Da utilização de fonograma

~~Art. 83. VETADO.~~

Art. 83. Os cassetes, cartuchos, discos, videofonograma e aparelhos semelhantes, contendo fitas de registro de som gravadas, não poderão ser vendidos, expostos à venda, adquiridos ou mantidos em depósitos para fins de venda, sem que seu corpo conste, em destaque e integrando-o de forma indissociável, o número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuinte - CGC, do Ministério da Fazenda, da empresa responsável pelo processo industrial de reprodução da gravação. [\(Redação dada pela Lei nº 8.800, de 1980\)](#)

CAPÍTULO VI

Da utilização de obra cinematográfica

Art. 84. A autorização do autor da obra intelectual para sua produção cinematográfica implica, salvo disposição em contrário, licença para a utilização econômica da película.

§ 1º A exclusividade da autorização depende de cláusula expressa, e cessa dez anos após a celebração do contrato, ressalvado ao produtor da obra cinematográfica o direito de continuar a exibí-la.

§ 2º A autorização, de que trata este artigo aplicam-se, no que couber, as normas relativas ao contrato de edição.

Art. 85. O contrato de produção cinematográfica deve estabelecer:

I - A remuneração devida pelo produtor aos demais co-autores da obra e aos artistas intérpretes ou executantes, bem como o tempo, lugar e forma de pagamento;

II - O prazo de conclusão da obra;

III - A responsabilidade do produtor para com os demais co-autores, artistas intérpretes ou executantes, no caso de co-produção da obra cinematográfica.

Art. 86. Se, no decurso da produção da obra cinematográfica, um de seus colaboradores, por qualquer motivo, interromper, temporária ou definitivamente, sua participação não perderá os direitos que lhe cabem quanto à parte já executada, mas não poderá opor-se a que esta seja utilizada na obra, nem a que outrem o substitua na sua conclusão.

Art. 87. Além da remuneração estipulada, têm os demais co-autores da obra cinematográfica o direito de receber do produtor cinco por cento, para serem entre eles repartidos, dos rendimentos da utilização econômica da película que excederem ao décuplo do valor do custo bruto da produção.

Parágrafo único. Para esse fim, obriga-se o produtor a prestar contas anualmente aos demais co-autores.

Art. 88. Não havendo disposição em contrário, poderão os co-autores de obra cinematográfica utilizar-se em gênero diverso, da parte que constitua, sua contribuição pessoal.

Parágrafo único. Se o produtor não concluir a obra cinematográfica no prazo ajustado, ou não a fizer projetar dentro em três anos a contar de sua conclusão, a utilização a que se refere este artigo será livre.

Art. 89. Os direitos autorais relativos a obras musicais, litero-musicais e fonogramas incluídos em filmes serão devidos a seus titulares pelos responsáveis dos locais ou estabelecimentos a que alude o § 1º do art. 73, ou pelas emissoras de televisão, que os exibirem.

Art. 90. A exposição, difusão ou exibição de fotografias ou filmes de operações cirúrgicas dependem da autorização do cirurgião e da pessoa operada. Se esta for falecida, da de seu cônjuge ou herdeiros.

Art. 91. As disposições deste capítulo são aplicáveis às obras produzidas por qualquer processo análogo à cinematografia.

CAPÍTULO VII

Da utilização da obra publicada em diários ou periódicos

Art. 92. O direito de utilização econômica dos escritos publicados pela imprensa, diária ou periódica, com exceção dos assinados ou que apresentem sinal de reserva, pertence ao editor.

Parágrafo único. A cessão de artigos assinados, para publicação em diários ou periódicos, não produz efeito salvo

convenção em contrário além do prazo de vinte dias, a contar de sua publicação, findo o qual recobra o autor em toda a plenitude a seu direito.

CAPÍTULO VIII

Da utilização de obras pertencentes ao domínio público

~~Art. 93. A utilização, por qualquer forma ou processo que não seja livro, das obras intelectuais pertencentes ao domínio público depende de autorização do Conselho Nacional de Direito Autoral. [\(Revogado pela lei nº 7.123, de 1983\)](#)~~

Parágrafo único. Se a utilização visar a lucro, deverá ser recolhida ao Conselho Nacional de Direito Autoral importância correspondente a cinquenta por cento da que caberia ao autor da obra, salvo se se destinar a fins didáticos, caso em que essa percentagem se reduzirá a dez por cento.

TÍTULO V

Dos direitos conexos

CAPÍTULO I

Disposição preliminar

Art. 94. As normas relativas aos direitos do autor aplicam-se, no que couber, aos direitos que lhes são conexos.

CAPÍTULO II

Dos direitos dos artistas intérpretes ou executantes, e dos produtores de fonogramas

Art. 95. Ao artista, herdeiro ou sucessor, a título oneroso ou gratuito, cabe o direito de impedir a gravação, reprodução, transmissão, ou retransmissão, por empresa de radiodifusão, ou utilização por qualquer forma de comunicação ao público, de suas interpretações ou execuções, para as quais não tenha dado seu prévio e expresso consentimento.

Parágrafo único. Quando na interpretação ou execução participarem vários artistas, seus direitos serão exercidos pelo diretor do conjunto.

Art. 96. As empresas de radiodifusão poderão realizar fixações de interpretação ou execução de artistas que as tenham

permitido para utilização em determinado número de emissões, facultada sua conservação em arquivo público.

Art. 97. Em qualquer divulgação, devidamente autorizada, de interpretação ou execução, será obrigatoriamente mencionado o nome ou o pseudônimo do artista.

Art. 98. Tem o produtor de fonogramas o direito de autorizar ou proibi-lhes a reprodução, direta ou indireta, a transmissão e a retransmissão por empresa de radiodifusão, bem como a execução pública a realizar-se por qualquer meio.

CAPÍTULO III

Dos direitos das empresas de radiodifusão

Art. 99. Cabe às empresas de radiodifusão autorizar ou proibir a retransmissão, fixação e reprodução de suas emissões, bem como a comunicação ao público, pela televisão, em locais de frequência coletiva, com entrada paga de suas transmissões.

CAPÍTULO IV

Do direito de arena

Art. 100. A entidade a que esteja vinculado o atleta, pertence o direito de autorizar, ou proibir, a fixação, transmissão ou retransmissão, por quaisquer meios ou processos de espetáculo desportivo público, com entrada paga.

Parágrafo único. Salvo convenção em contrário, vinte por cento do preço da autorização serão distribuídos, em partes iguais, aos atletas participantes do espetáculo.

Art. 101. O disposto no artigo anterior não se aplica à fixação de partes do espetáculo, cuja duração, no conjunto, não exceda a três minutos para fins exclusivamente informativos, na imprensa, cinema ou televisão.

CAPÍTULO V

Da duração dos direitos conexos

Art. 102. É de sessenta anos o prazo de proteção aos direitos conexos, contado a partir de 1º de janeiro do ano subsequente à fixação, para os fonogramas; à transmissão,

para as emissões das empresas de radiodifusão; e a realização do espetáculo, para os demais casos.

TÍTULO VI

Das associações de titulares de direitos do autor e dos que lhes são conexos

Art. 103. Para o exercício e defesa de seus direitos, podem os titulares de direitos autorais associar-se, sem intuito de lucro.

§ 1º É vedado pertencer a mais de uma associação da mesma natureza.

§ 2º Os estrangeiros domiciliados no exterior poderão outorgar procuração a uma dessas associações, mas lhes é defesa a qualidade de associado.

Art. 104. Com o ato de filiação, as associações se tornam mandatários de seus associados para a prática de todos os atos necessários à defesa judicial ou extrajudicial de seus direitos autorais, bem como para sua cobrança.

Parágrafo único. Sem prejuízo desse mandato, os titulares de direitos autorais poderão praticar pessoalmente os atos referidos neste artigo.

Art. 105. Para funcionarem no País as associações de que trata este título necessitam de autorização prévia do Conselho Nacional de Direito Autoral.

Parágrafo único. As associações com sede no exterior far-se-ão representar, no país, por associações nacionais constituídas na forma prevista nesta Lei.

Art. 106. O estatuto da associação conterà:

- I - a denominação, os fins e a sede da associação;
- II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;
- III - os direitos e deveres dos associados;
- IV - as fontes de recursos para sua manutenção;
- V - o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos;
- VI - os requisitos para alterar as disposições estatutárias, e para dissolver a associação.

Art. 107. São órgãos da associação:

- I - a Assembléia Geral;
- II - a Diretoria;
- III - o Conselho Fiscal.

Art. 108. A Assembléia Geral, órgão supremo da associação, reunir-se-á ordinariamente pelo menos uma vez por ano, e, extraordinariamente, tantas quantas necessárias, mediante convocação da Diretoria, ou do Conselho Fiscal, publicada, uma vez, no Diário Oficial, e, duas, em jornal de grande circulação no local de sua sede, com antecedência mínima de oito dias.

§ 1º A Assembléia Geral se instalará, em primeira convocação, com a presença, pelo menos, de associados que representem cinquenta por cento dos votos, e, em segunda, com qualquer número.

§ 2º Por solicitação de um terço dos Associados, o Conselho Nacional de Direito Autoral designará um representante para acompanhar e fiscalizar os trabalhos da Assembléia Geral.

§ 3º As deliberações serão tomadas por maioria dos votos representados pelos presentes; tratando-se de alteração estatutária, o quorum mínimo será a maioria absoluta do quadro associativo.

§ 4º É defeso voto por procuração. Pode o associado, todavia, votar por carta, na forma estabelecida em regulamento.

§ 5.º O associado terá direito a um voto; o estatuto poderá entretanto, atribuir a cada associado até vinte votos, observado o critério estabelecido pelo Conselho Nacional de Direito Autoral.

Art. 109. A Diretoria será constituída de sete membros, e o Conselho Fiscal de três efetivos, com três suplentes.

Art. 110. Dois membros da Diretoria e um membro efetivo do Conselho Fiscal serão, obrigatoriamente, os associados que encabeçarem a chapa que, na eleição, houver alcançado o segundo lugar.

Art. 111. Os mandatos dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão de dois anos, sendo vedada reeleição de qualquer

deles, por mais de dois períodos consecutivos.

Art. 112. Os membros da Diretoria e os do Conselho Fiscal não poderão perceber remuneração mensal superior, respectivamente a 10 e a 3 salários-mínimos da Região onde a Associação tiver sua sede.

Art. 113. A escrituração das associações obedecerá às normas da contabilidade comercial, autenticados seus livros pelo Conselho Nacional de Direito Autoral.

Art. 114. As associações estão obrigadas, em relação ao Conselho Nacional de Direito Autoral, a:

- I - informá-lo, de imediato, de qualquer alteração no estatuto, na direção e nos órgãos de representação e fiscalização, bem como na relação de associados ou representados, e suas obras;
- II - Encaminhar-lhe cópia dos convênios celebrados com associações estrangeiras, informando-o das alterações realizadas;
- III - Apresentar-lhe, até trinta de março de cada ano, com relação ao ano anterior:
 - a) relatório de suas atividades;
 - b) cópia autêntica do balanço;
 - c) relação das quantias distribuídas a seus associados ou representantes, e das despesas efetuadas;
- IV - prestar-lhe as informações que solicitar, bem como exibir-lhe seus livros e documentos.

Art. 115. As associações organizarão, dentro do prazo e consoante as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Direito Autoral, um Escritório Central de Arrecadação e Distribuição dos direitos relativos à execução pública, inclusive através da radiodifusão e da exibição cinematográfica, das composições musicais ou litero-musicais e de fonogramas.

§ 1º O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição que não tem finalidade de lucro, rege-se por estatuto aprovado pelo Conselho Nacional de Direito Autoral.

§ 2º Bimensalmente o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição encaminhará ao Conselho Nacional de Direito Autoral relatório de suas atividades e balancete, observadas as normas que este fixar.

§ 3º Aplicam-se ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, no que couber, os artigos 113 e 114.

TÍTULO VII

Do Conselho Nacional de Direito Autoral

Art. 116. O Conselho Nacional de Direito Autoral é o órgão de fiscalização, consulta e assistência, no que diz respeito a direitos do autor e direitos que lhes são conexos.

Art. 117. Ao Conselho, além de outras atribuições que o Poder Executivo, mediante decreto, poderá outorgar-lhe, incumbe:

I - determinar, orientar, coordenar e fiscalizar as providências necessárias à exata aplicação das leis, tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil, sobre direitos do autor e direito que lhes são conexos;

II - autorizar o funcionamento, no País, de associações de que trata o título antecedente, desde que observadas as exigências legais e as que forem por ele estabelecidas; e, a seu critério, cassar-lhes a autorização, após, no mínimo, três intervenções, na forma do inciso seguinte;

III - fiscalizar essas associações e o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição a que se refere o art. 115, podendo neles intervir quando descumprirem suas determinações ou disposições legais, ou lesarem, de qualquer modo, os interesses dos associados;

IV - fixar normas para a unificação dos preços e sistemas de cobrança e distribuição de direitos autorais;

V - funcionar, como árbitro, em questões, que versem sobre direitos autorais, entre autores, intérpretes, ou executantes, e suas associações, tanto entre si, quanto entre uns e outras;

VI - gerir o Fundo de Direito Autoral, aplicando-lhe os recursos segundo as normas que estabelecer, deduzidos, para a manutenção do Conselho, no máximo, vinte por cento, anualmente;

VII - manifestar-se sobre a conveniência de alteração de normas de direito autoral, na ordem interna internacional, bem como sobre problemas a ele concernentes;

VIII - manifestar-se sobre os pedidos de licenças compulsórias previstas em Tratados e Convenções Internacionais.

IX- fiscalizar o exato e fiel cumprimento das obrigações dos produtores de videofonogramas e fonogramas, editores e associações de direitos do autor, para com os titulares de direitos autorais e artísticos, procedendo, a requerimento destes, a todas as verificações que se fizerem necessárias, inclusive auditorias e exames contábeis. [\(Incluído pela Lei nº 8.800, de 1980\)](#)

X - impor normas de contabilidade às pessoas jurídicas referidas no inciso anterior, a fim de que os planos contábeis e escrituração permitam a adequada verificação da quantidade de exemplares reproduzidos e vendidos; [\(Incluído pela Lei nº 8.800, de 1980\)](#)

XI - tornar obrigatório que as etiquetas que distinguem as cópias de videofonogramas e fonogramas sejam autenticadas (VETADO) pelo próprio Conselho Nacional de Direito Autoral na forma das instruções que venha a baixar. [\(Incluído pela Lei nº 8.800, de 1980\)](#)

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Direito Autoral organizará e manterá um Centro Brasileiro de informações sobre Direitos Autorais.

Art. 118. A autoridade policial, encarregada da censura de espetáculos ou transmissões pelo rádio ou televisão, encaminhará, ao Conselho Nacional de Direito Autoral, cópia das programações, autorizações e recibos de depósito a ela apresentadas, em conformidade com o § 2º do artigo 73, e a legislação vigente.

Art. 119. O Fundo de Direito Autoral tem por finalidade:

I - estimular a criação de obras intelectuais, inclusive mediante instituição de prêmios e de bolsas de estudo e de pesquisa;

II - auxiliar órgãos de assistência social das associações e sindicatos de autores, intérpretes ou executantes;

III - publicar obras de autores novos mediante convênio com órgãos públicos ou editora privada;

IV - custear as despesas do Conselho Nacional de Direito Autoral;

V - Custear o funcionamento do Museu do Conselho Nacional do Direito Autoral.

Art. 120. Integrarão o Fundo de Direito Autoral:

~~I - o produto da autorização para a utilização de obras pertencentes ao domínio público; (Revogado pela lei nº 7.123, de 1983).~~

II - doações de pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras;

III - o produto das multas impostas pelo Conselho Nacional de Direito Autoral;

IV - as quantias que, distribuídas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição às associações, não forem reclamadas por seus associados, decorrido o prazo de cinco anos;

V - recursos oriundos de outras fontes.

TÍTULO VIII

Das sanções à violação dos direitos do autor e direitos que lhes são conexos

CAPÍTULO I

Disposição preliminar

Art. 121. As sanções civis de que trata o capítulo seguinte se aplicam sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

CAPÍTULO II

Das sanções civis e administrativas

Art. 122. Quem imprimir obra literária, artística ou científica, sem autorização do autor, perderá para este os exemplares que se apreenderem, e pagar-lhe-á o restante da edição ao preço por que foi vendido, ou for avaliado.

Parágrafo único. Não se conhecendo o número de exemplares que constituem a edição fraudulenta, pagará o transgressor o valor de dois mil exemplares, além dos apreendidos.

Art. 123. O autor, cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada, poderá, tanto que o saiba, requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação ou utilização da obra, sem prejuízo do direito à indenização de perdas e danos.

Art. 124. Quem vender, ou expuser à venda, obra reproduzida com fraude, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes; e, se a reprodução tiver sido

feita no estrangeiro, responderão, como contrafatores o importador e o distribuidor.

Art. 125. Aplica-se o disposto nos artigos 122 e 123 às transmissões, retransmissões, reproduções, ou publicações, realizadas, sem autorização, por quaisquer meios ou processos, de execuções, interpretações, emissões e fonogramas protegidos.

Art. 126. Quem, na utilização, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, deixar de indicar ou de anunciar, como tal, o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor, intérprete ou executante, além de responder por danos morais, está obrigado a divulgar-lhe a identidade:

a) em se tratando de empresa de radiodifusão, no mesmo horário em que tiver ocorrido a infração, por 3 (três) dias consecutivos;

b) em se tratando de publicação gráfica ou fonográfica, mediante inclusão de errata nos exemplares ainda não distribuídos, sem prejuízo de comunicação, com destaque, por três vezes consecutivas, em jornal, de grande circulação, do domicílio do autor, do editor, ou do produtor;

c) em se tratando de outra forma de utilização, pela comunicação através da imprensa, na forma a que se refere a alínea anterior.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a programas sonoros, exclusivamente musicais, sem qualquer forma de locução ou propaganda comercial.

Art. 127. O titular dos direitos patrimoniais de autor ou conexos pode requerer à autoridade policial competente a interdição da representação, execução, transmissão ou retransmissão de obra intelectual, inclusive fonograma, sem autorização devida, bem como a apreensão, para a garantia de seus direitos, da receita bruta.

Parágrafo único. A interdição perdurará até que o infrator exiba a autorização.

Art. 128. Pela violação de direitos autorais nas representações ou execuções realizadas nos locais ou estabelecimentos a que alude o § 1º, do artigo 73, seus proprietários, diretores, gerentes, empresários e arrendatários respondem

solidariamente com os organizadores dos espetáculos.

Art. 129. Os artistas não poderão alterar, suprimir, ou acrescentar, nas representações ou execuções, palavras, frases ou cenas sem autorização, por escrito do autor, sob pena de serem multados, em um salário-mínimo da região, se a infração se repetir depois que o autor notificar, por escrito, o artista e o empresário de sua proibição ao acréscimo à supressão ou alteração verificados.

§ 1º A multa de que trata este artigo será aplicada pela autoridade que houver licenciado o espetáculo, e será recolhida ao Conselho Nacional de Direito Autoral.

§ 2º Pelo pagamento da multa a que se refere o parágrafo anterior, respondem solidariamente o artista e o empresário do espetáculo.

§ 3º No caso de reincidência, poderá o autor cassar a autorização dada para a representação ou execução.

Art. 130. A requerimento do titular dos direitos autorais a autoridade policial competente, no caso de infração do disposto nos §§ 2º e 3º do art. 73, determinará a suspensão do espetáculo por vinte e quatro horas, da primeira vez, e por quarenta e oito horas, em cada reincidência.

CAPÍTULO III

Da prescrição

Art. 131. Prescreve em cinco anos a ação civil por ofensa a direitos patrimoniais do autor ou conexos, contado o prazo da data em que se deu a violação.

TÍTULO IX

Disposições finais e transitórias

Art. 132. O Poder Executivo, mediante Decreto, organizará o Conselho Nacional de Direito Autoral.

Art. 133. Dentro em cento vinte dias, a partir da data da instalação do Conselho Nacional de Direito Autoral, as associações de titulares de direitos autorais e conexos atualmente

existentes se adaptarão às exigências desta Lei.

Art. 134. Esta Lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1974, ressalvada a legislação especial que com ela for compatível.

Brasília, 14 de dezembro de 1973; 152º da Independência e 85º da República.

EMILIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

CÓDIGO DO CONAR

CAPÍTULO II - PRINCÍPIOS GERAIS

SEÇÃO 1 – Respeitabilidade

Artigo 19

Toda atividade publicitária deve caracterizar-se pelo respeito à dignidade da pessoa humana, à intimidade, ao interesse social, às instituições e símbolos nacionais, às autoridades constituídas e ao núcleo familiar.

Artigo 20

Nenhum anúncio deve favorecer ou estimular qualquer espécie de ofensa ou discriminação racial, social, política, religiosa ou de nacionalidade.

Artigo 21

Os anúncios não devem conter nada que possa induzir a atividades criminosas ou ilegais - ou que pareça favorecer, enaltecer ou estimular tais atividades.

SEÇÃO 2 – Decência

Artigo 22

Os anúncios não devem conter afirmações ou apresentações visuais ou auditivas que ofendam os padrões de decência que prevaleçam entre aqueles que a publicidade poderá atingir.

SEÇÃO 3 – Honestidade

Artigo 23

Os anúncios devem ser realizados de forma a não abusar da confiança do consumidor, não explorar sua falta de experiência ou de conhecimento e não se beneficiar de sua credulidade.

SEÇÃO 4 - Medo, Superstição, Violência

Artigo 24

Os anúncios não devem apoiar-se no medo sem que haja motivo socialmente relevante ou razão plausível.

Artigo 25

Os anúncios não devem explorar qualquer espécie de superstição.

Artigo 26

Os anúncios não devem conter nada que possa conduzir à violência.
(...)

SEÇÃO 9 - Proteção da Intimidade

Artigo 34

Este Código condena a publicidade que:

- a. faça uso de imagens ou citações de pessoas vivas, a menos que tenha sido obtida a sua prévia e expressa autorização;
- b. ofenda as convicções religiosas e outras suscetibilidades daqueles que descendam ou sejam de qualquer outra forma relacionados com pessoas já falecidas cuja imagem ou referência figure no anúncio;
- c. revele desrespeito à dignidade da pessoa humana e à instituição da família;
- d. desrespeite a propriedade privada e seus limites.

Artigo 35

As normas acima não se aplicam:

- a. a fotografias de grandes grupos ou multidões em que os indivíduos possam ser reconhecidos mas não envolvam um contexto difamatório, ofensivo ou humilhante;
 - b. à propaganda de livros, filmes, programas de Rádio e Televisão e atividades semelhantes em que as pessoas retratadas sejam autores ou participantes.
- (...)

SEÇÃO 12 - Direito Autoral e Plágio

Artigo 38

Em toda a atividade publicitária serão respeitados os direitos autorais nela envolvidos, inclusive os dos intérpretes e os de reprodução.

Artigo 39

O anúncio não utilizará música de fundo, "vinhetas", ou trechos de composições de autores nacionais ou estrangeiros sem o devido respeito aos respectivos direitos autorais, a não ser no caso de músicas que sejam ou se tenham tornado de domínio público, de acordo com a legislação específica, respeitados os direitos de gravação.

Artigo 40

É condenado o uso desrespeitoso da música folclórica, dos folguedos e temas populares que constituem parte integrante do patrimônio cultural do país.

Artigo 41

Este Código protege a criatividade e a originalidade e condena o anúncio que tenha por base o plágio ou imitação, ressalvados os casos em que a imitação é comprovadamente um deliberado e evidente artifício criativo.

Artigo 42

Será igualmente condenado o anúncio que configure uma confusão proposital com qualquer peça de criação anterior.

Artigo 43

O anúncio não poderá infringir as marcas, apelos, conceitos e direitos de terceiros, mesmo aqueles empregados fora do país, reconhecidamente relacionados ou associados a outro Anunciante.

Parágrafo único

Este Código condena a publicidade que faça uso do símbolo oficial e do nome do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária - CONAR, exceto em anúncios da própria entidade.

LEI Nº 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991.[Regulamento](#)

Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

[Decreto nº 2.942, de 18.1.99, Regulamenta os arts. 7º, 11 e 16](#) (revogado)
[Decreto nº 4.553, de 27.12.02](#)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I**Disposições Gerais**

Art. 1º É dever do Poder Público a gestão documental e a de proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Art. 2º Consideram-se arquivos, para os fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Art. 3º Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Art. 4º Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Art. 5º A Administração Pública franqueará a consulta aos documentos públicos na forma desta lei.

Art. 6º Fica resguardado o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação do sigilo, sem prejuízo das ações penal, civil e administrativa.

CAPÍTULO II**Dos Arquivos Públicos**

Art. 7º Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.

§ 1º São também públicos os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público, por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos no exercício de suas atividades.

§ 2º A cessação de atividades de instituições públicas e de caráter público implica o recolhimento de sua documentação à instituição arquivística pública ou a sua transferência à instituição sucessora.

Art. 8º Os documentos públicos são identificados como correntes, intermediários e permanentes.

§ 1º Consideram-se documentos correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam de consultas frequentes.

§ 2º Consideram-se documentos intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

§ 3º Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.

Art. 9º A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.

Art. 10º Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis.

CAPÍTULO III

Dos Arquivos Privados

Art. 11. Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.

Art. 12. Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.

Art. 13. Os arquivos privados identificados como de interesse público e social não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior.

Parágrafo único. Na alienação desses arquivos o Poder Público exercerá preferência na aquisição.

Art. 14. O acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor.

Art. 15. Os arquivos privados identificados como de interesse público e social poderão ser depositados a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas.

Art. 16. Os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência do Código Civil ficam identificados como de interesse público e social.

CAPÍTULO IV

Da Organização e Administração de Instituições Arquivísticas Públicas

Art. 17. A administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais.

§ 1º São Arquivos Federais o Arquivo Nacional do Poder Executivo, e os arquivos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. São considerados, também, do Poder Executivo os arquivos do Ministério da Marinha, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Exército e do Ministério da Aeronáutica.

§ 2º São Arquivos Estaduais o arquivo do Poder Executivo, o arquivo do Poder Legislativo e o arquivo do Poder Judiciário.

§ 3º São Arquivos do Distrito Federal o arquivo do Poder Executivo, o Arquivo do Poder Legislativo e o arquivo do Poder Judiciário.

§ 4º São Arquivos Municipais o arquivo do Poder Executivo e o arquivo do Poder Legislativo.

§ 5º Os arquivos públicos dos Territórios são organizados de acordo com sua estrutura político-jurídica.

Art. 18. Compete ao Arquivo Nacional a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos.

Parágrafo único. Para o pleno exercício de suas funções, o Arquivo Nacional poderá criar unidades regionais.

Art. 19. Competem aos arquivos do Poder Legislativo Federal a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Legislativo Federal no exercício das suas funções, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda.

Art. 20. Competem aos arquivos do Poder Judiciário Federal a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Judiciário Federal no exercício de suas funções, tramitados em juízo e oriundos de cartórios e secretarias, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda.

Art. 21. Legislação estadual, do Distrito Federal e municipal definirá os critérios de

organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos, observado o disposto na Constituição Federal e nesta lei.

CAPÍTULO V

Do Acesso e do Sigilo dos Documentos Públicos

Art. 22. É assegurado o direito de acesso pleno aos documentos públicos.

Art. 23. Decreto fixará as categorias de sigilo que deverão ser obedecidas pelos órgãos públicos na classificação dos documentos por eles produzidos.

§ 1º Os documentos cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e do Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas são originariamente e sigilosos.

§ 2º O acesso aos documentos sigilosos referentes à segurança da sociedade e do Estado será restrito por um prazo máximo de 30 (trinta) anos, a contar da data de sua produção, podendo esse prazo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período.

§ 3º O acesso aos documentos sigilosos referente à honra e à imagem das pessoas será restrito por um prazo máximo de 100 (cem) anos, a contar da sua data de produção.

Art. 24. Poderá o Poder Judiciário, em qualquer instância, determinar a exibição reservada de qualquer documento sigiloso, sempre que indispensável à defesa de direito próprio ou esclarecimento de situação pessoal da parte.

Parágrafo único. Nenhuma norma de organização administrativa será interpretada de modo a, por qualquer forma, restringir o disposto neste artigo.

Disposições Finais

Art. 25. Ficará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou

considerado como de interesse público e social.

Art. 26. Fica criado o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, que definirá a política nacional de arquivos, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (Sinar).

§ 1º O Conselho Nacional de Arquivos será presidido pelo Diretor-Geral do Arquivo Nacional e integrado por representantes de instituições arquivísticas e acadêmicas, públicas e privadas.

§ 2º A estrutura e funcionamento do conselho criado neste artigo serão estabelecidos em regulamento.

Art. 27. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de janeiro de 1991; 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR

Jarbas Passarinho

LEI Nº 8.394, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991.

Dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os acervos documentais privados de presidentes da República e o acesso à sua consulta e pesquisa passam a ser protegidos e organizados nos termos desta lei.

Parágrafo único. A participação de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, detentoras de acervo presidencial, nos benefícios e obrigações decorrentes desta lei, será voluntária e realizada mediante prévio acordo formal.

Art. 2º Os documentos que constituem o acervo presidencial privado são na sua origem, de propriedade do Presidente da República, inclusive para fins de herança, doação ou venda.

Art. 3º Os acervos documentais privados dos presidentes da República integram o patrimônio cultural brasileiro e são declarados de interesse público para os fins de aplicação do § 1º do art. 216 da Constituição Federal, e são sujeitos às seguintes restrições:

I - em caso de venda, a União terá direito de preferência; e

II - não poderão ser alienados para o exterior sem manifestação expressa da União.

CAPÍTULO II

Do Sistema Dos Acervos Documentais Privados Dos Presidentes Da República

Art. 4º Os acervos documentais privados dos presidentes da República ficam organizados sob a forma de sistema que compreende o conjunto de medidas e providências a serem levadas a efeito por entidades públicas e privadas, coordenadas entre si, para a

preservação, conservação e acesso aos acervos documentais privados dos presidentes da República, mediante expresse consentimento deles ou de seus sucessores.

Parágrafo único. O sistema atuará de forma integrada aos sistemas nacionais de arquivos, bibliotecas e museus.

Art. 5º O sistema dos acervos documentais privados dos presidentes da República terá participação do Arquivo Nacional, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), Museu da República, Biblioteca Nacional, Secretaria de Documentação Histórica do Presidente da República e, mediante acordo, de outras entidades públicas e pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que detenham ou tratem de acervos documentais presidenciais.

Art. 6º O sistema de acervos documentais privados dos presidentes da República, através de seus participantes, terá como objetivo:

I - preservar a memória presidencial como um todo num conjunto integrado, compreendendo os acervos privados arquivísticos, bibliográficos e museológicos;

II - coordenar, no que diz respeito às tarefas de preservação, conservação, organização e acesso aos acervos presidenciais privados, as ações dos órgãos públicos de documentação e articulá-los com entidades privadas que detenham ou tratem de tais acervos;

III - manter referencial único de informação, capaz de fornecer ao cidadão, de maneira uniforme e sistemática, a possibilidade de localizar, de ter acesso e de utilizar os documentos, onde quer que estejam guardados, seja em entidades públicas, em instituições privadas ou com particulares, tanto na capital federal como na região de origem do Presidente ou nas demais regiões do País.

IV - propor metodologia, técnicas e tecnologias para identificação, referência, preservação, conservação, organização e difusão da documentação presidencial privada; e

V - conceituar e compatibilizar as informações referentes à documentação dos acervos privados presidenciais aos documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos de caráter público.

Parágrafo único. O acesso a documentos sigilosos fica sujeito aos dispositivos legais que regulam a segurança do Estado.

Art. 7º O sistema de acervos documentais privados dos presidentes da República será coordenado pela Comissão Memória dos Presidentes da República, que atuará em caráter permanente junto ao Gabinete Pessoal do Presidente da República.

§ 1º A comissão será composta pelos titulares do Arquivo Nacional, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), Museu da República, Biblioteca Nacional, Secretaria de Documentação Histórica do Presidente da República, Departamento de Documentação da Secretaria-Geral da Presidência da República, como membros natos, por titulares de outras entidades integrantes do sistema, e por personalidades de notório saber e experiência em arquivologia, biblioteconomia e documentação em geral, designados por decreto do Presidente da República.

§ 2º Além dos membros designados pelo Presidente da República, participarão das reuniões da comissão, com direito a voz mas não a voto, os titulares de entidades ou detentores de acervos admitidos formalmente ao sistema.

§ 3º A comissão terá por Secretário-Executivo o titular da Secretaria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República.

§ 4º A comissão poderá delegar poderes a subcomissões, que atuarão junto ao Secretário-Executivo.

§ 5º A organização e o funcionamento da comissão serão regulados através de seu regimento interno.

§ 6º A participação na Comissão Memória dos Presidentes da República será considerada de natureza relevante e não remunerada.

§ 7º A Secretaria-Geral da Presidência da República e o Gabinete Militar da Presidência da República prestarão apoio administrativo à comissão.

§ 8º As despesas relativas a transporte e a hospedagem dos membros da comissão serão efetuadas na forma do disposto no art. 17 desta lei.

Art. 8º Compete à Comissão Memória dos Presidentes da República:

- I - estabelecer política de proteção aos acervos presidenciais privados;
- II - assessorar o Presidente da República nos assuntos referentes à sua documentação;
- III - opinar sobre os projetos suscitados por mantenedores de acervos para fins de concessão de apoio técnico, humano ou financeiro;
- IV - opinar sobre a celebração de convênios entre mantenedores de acervos e entidades públicas, e fiscalizar sua execução;
- V - apoiar, com recursos técnicos e financeiros a preservação, conservação, organização e difusão dos acervos;
- VI - definir as normas básicas de conservação, organização e acesso necessárias à garantia da preservação dos documentos e suas informações;
- VII - assegurar a manutenção do inventário geral e registro dos acervos privados presidenciais, bem como suas condições de conservação, organização e acesso;
- VIII - estimular os proprietários de acervos privados a ampliar a divulgação de tais acervos e o acesso a eles;
- IX - manifestar se nos casos de alienação de acervos presidenciais privados, em conformidade com o art. 3º desta lei;
- X - fomentar a pesquisa e a consulta a acervos, e recomendar providências para sua garantia; e
- XI - estimular a iniciativa privada a colaborar com os mantenedores de acervos, para a preservação, divulgação e acesso público.

Art. 9º Os órgãos participantes do sistema de acervos documentais dos presidentes da República atuarão de forma articulada, cabendo, especialmente:

- I - ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, apoiar os projetos ou programas específicos de interesse do sistema, fornecendo os meios técnicos, financeiros e administrativos a instituições de documentação ou a detentores de acervos presidenciais privados;
- II - ao Arquivo Nacional, a orientação técnica relativa ao acervo arquivístico, a organização

de centro de referência de acervos presidenciais que reúna e coloque à disposição dos interessados informações sobre documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, de natureza pública ou privada, dos presidentes da República, e a manutenção de setor de arquivos presidenciais apto a receber doações de documentos dessa natureza;

III - ao Museu da República e outros setores do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, a orientação técnica relativa ao acervo museológico;

IV - à Biblioteca Nacional, a orientação técnica relativa ao acervo bibliográfico;

V - à Secretaria de Documentação Histórica do Presidente da República, organizar, durante cada mandato presidencial, o acervo privado do Presidente, adequando-o ao estabelecido nesta lei; e

VI - à Fundação Casa de Rui Barbosa, à Fundação Joaquim Nabuco, aos serviços de documentação do Ministério da Marinha, do Ministério da Aeronáutica e do Ministério do Exército, ao Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, às demais entidades públicas de documentação e, mediante acordo, às pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ligadas à documentação, tais como o Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Associação dos Arquivistas Brasileiros, as atividades complementares.

CAPÍTULO III

Da Organização Do Acervo Documental Privado Do Presidente Em Exercício

Art. 10. O acervo documental do cidadão eleito Presidente da República será considerado presidencial a partir de sua diplomação, mas o acesso a ele somente se fará mediante expressa autorização de seu titular.

Art. 11. Com o objetivo de organizar o acervo documental privado do Presidente da República em Exercício, fica criada, como órgão integrante do Gabinete Pessoal do Presidente da República, a Secretaria de Documentação Histórica, a qual compete:

I - coordenar e gerir a formação do acervo privado do Presidente da República, a partir do levantamento, preservação, conservação

e organização dos documentos e informações complementares;

II - registrar cronologicamente as atividades do Presidente da República e os fatos decorrentes do exercício do mandato presidencial; e

III - realizar trabalhos de pesquisa histórica e documental relativos ao acervo, ao presidente e à sua época.

Art. 12. A Secretaria de Documentação Histórica será dirigida por um Secretário, que exercerá a coordenação dos assuntos, ações e medidas referentes ao acervo documental privado do Presidente da República.

Parágrafo único. As atividades de apoio técnico e administrativo da Secretaria de Documentação Histórica serão desempenhadas por técnicos, requisitados, de acordo com a legislação relativa à Presidência da República, do Arquivo Nacional, do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, da Biblioteca Nacional e de outros órgãos federais de documentação.

Art. 13. Ao final do mandato presidencial, os documentos tratados pela Secretaria de Documentação Histórica do Presidente da República serão entregues ao titular.

Parágrafo único. Os documentos privados não recolhidos pelo Presidente da República ao final do mandato terão destinação definida pela Comissão Memória dos Presidentes da República.

CAPÍTULO IV

Dos Mantenedores Dos Acervos Documentais Privados De Presidentes Da República

Art. 14. As entidades públicas ou privadas, ou as pessoas físicas mantenedoras de acervos documentais presidenciais privados, poderão solicitar dos órgãos públicos orientação ou assistência para a sua organização, manutenção e preservação e pleitear apoio técnico e financeiro do poder público para projetos de fins educativos, científicos ou culturais.

Art. 15. O apoio referido no artigo anterior ficará condicionado a que:

I - os detentores dos acervos adiram à Política de acervos documentais

presidenciais privados formulada pela Comissão dos Acervos Documentais Privados dos Presidentes da República e cumpram sua orientação técnica, visando ao atendimento à coletividade;

II - os projetos tenham finalidade educacional, científica ou cultural;

III - os acervos sejam acessíveis à consulta pública e à pesquisa, com exceção das restrições previstas em lei.

§ 1º Fica assegurada a consulta ou pesquisa, para fins de estudo ou trabalho, de caráter técnico ou acadêmico, mediante solicitação fundamentada.

§ 2º O pesquisador ficará estritamente sujeito às normas de acesso e às recomendações de uso estabelecidas pelo proprietário ou gestor.

§ 3º Será estritamente cumprida a classificação de sigilo de documentos imposta pelo titular, quando do exercício do cargo.

§ 4º Os documentos só poderão sofrer restrições adicionais de acesso, por parte do mantenedor, pelo prazo de até trinta anos da data de sua publicação ou, no caso de revelação constrangedora à honra ou à intimidade, pelo prazo de até cem anos da data de nascimento da pessoa mencionada.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

Art. 16. Ocorrendo com entidade privada mantenedora de acervo presidencial privado a extinção prevista no art. 22 do Código Civil, os documentos que o compõem serão transferidos para a guarda da União.

Art. 17. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Presidência da República e dos órgãos e entidades participantes do sistema de acervos documentais privados dos presidentes da República.

Art. 18. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de noventa dias.

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1991; 170º da Independência e 103º da República.

LEI Nº 9.610, de 19.02.98

Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Título I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos.

Art. 2º Os estrangeiros domiciliados no exterior gozarão da proteção assegurada nos acordo, convenções e tratados em vigor no Brasil.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei aos nacionais ou pessoas domiciliadas em país que assegure aos brasileiros ou pessoas domiciliadas no Brasil a reciprocidade na proteção aos direitos autorais ou equivalentes.

Art. 3º Os direitos autorais reputam-se, para os efeitos legais, bens móveis.

Art. 4º Interpretam-se restritivamente os negócios jurídicos sobre os direitos autorais.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - publicação - o oferecimento de obra literária, artística ou científica ao conhecimento do público, com o consentimento do autor, ou de qualquer outro titular de direito de autor, por qualquer forma ou processo;

II - transmissão ou emissão - a difusão de sons ou de sons e imagens, por meio de ondas radioelétricas; sinais de satélite; fio, cabo ou outro condutor; meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético;

III - retransmissão - a emissão simultânea da transmissão de uma empresa por outra;

IV - distribuição - a colocação à disposição do público do original ou cópia de obras literárias, artísticas ou científicas, interpretações ou execuções fixadas e fonogramas, mediante a venda, locação ou qualquer outra forma de transferência de propriedade ou posse;

V - comunicação ao público - ato mediante o qual a obra é colocada ao alcance do público, por qualquer meio ou procedimento e que não consista na distribuição de exemplares;

VI - reprodução - a cópia de um ou vários exemplares de uma obra literária, artística ou científica ou de um fonograma, de qualquer forma tangível, incluindo qualquer armazenamento permanente ou temporário por meios eletrônicos ou qualquer outro meio de fixação que venha a ser desenvolvido;

VII - contrafação - a reprodução não autorizada;

VIII - obra:

a) em co-autoria - quando é criada em comum, por dois ou mais autores;

b) anônima - quando não se indica o nome do autor, por sua vontade ou por ser desconhecido;

c) pseudônima - quando o autor se oculta sob nome suposto;

d) inédita - a que não haja sido objeto de publicação;

e) póstuma - a que se publique após a morte do autor;

f) originária - a criação primígena;

g) derivada - a que, constituindo criação intelectual nova, resulta da transformação de obra originária;

h) coletiva - a criada por iniciativa, organização e responsabilidade de uma pessoa física ou jurídica, que a pública sob seu nome ou marca e que é constituída pela participação de diferentes autores, cujas contribuições se fundem numa criação autônoma;

i) audiovisual - a que resulta da fixação de imagens com ou sem som, que tenha a finalidade de criar, por meio de sua reprodução, a impressão de movimento, independentemente dos processos de sua captação, do suporte usado inicial ou posteriormente para fixá-lo, bem como dos meios utilizados para sua veiculação;

IX - fonograma - toda fixação de sons de uma execução ou interpretação ou de outros sons, ou de uma representação de sons que não sejam uma fixação incluída em uma obra audiovisual;

X - editor - a pessoa física ou jurídica à qual se atribui o direito exclusivo de reprodução da obra e o dever de divulgá-la, nos limites previstos no contrato de edição;

XI - produtor - a pessoa física ou jurídica que toma a iniciativa e tem a responsabilidade

econômica da primeira fixação do fonograma ou da obra audiovisual, qualquer que seja a natureza do suporte utilizado;

XII - radiodifusão - a transmissão sem fio, inclusive por satélites, de sons ou imagens e sons ou das representações desses, para recepção ao público e a transmissão de sinais codificados, quando os meios de decodificação sejam oferecidos ao público pelo organismo de radiodifusão ou com seu consentimento;

XIII - artistas intérpretes ou executantes - todos os atores, cantores, músicos, bailarinos ou outras pessoas que representem um papel, cantem, recitem, declamem, interpretem ou executem em qualquer forma obras literárias ou artísticas ou expressões do folclore.

Art. 6º Não serão de domínio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios as obras por eles simplesmente subvencionadas.

Título II

Das Obras Intelectuais

Capítulo I

Das Obras Protegidas

Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;

II - as conferências, alocuções, sermões e outras obras da mesma natureza;

III - as obras dramáticas e dramático-musicais;

IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixa por escrito ou por outra qualquer forma;

V - as composições musicais, tenham ou não letra;

VI - as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;

VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;

VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;

IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;

X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia,

topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;

XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;

XII - os programas de computador;

XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

§ 1º Os programas de computador são objeto de legislação específica, observadas as disposições desta Lei que lhes sejam aplicáveis.

§ 2º A proteção concedida no inciso XIII não abarca os dados ou materiais em si mesmos e se entende sem prejuízo de quaisquer direitos autorais que subsistam a respeito dos dados ou materiais contidos nas obras.

§ 3º No domínio das ciências, a proteção recairá sobre a forma literária ou artística, não abrangendo o seu conteúdo científico ou técnico, sem prejuízo dos direitos que protegem os demais campos da propriedade imaterial.

Art. 8º Não são objeto de proteção como direitos autorais de que trata esta Lei:

I - as idéias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais;

II - os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios;

III - os formulários em branco para serem preenchidos por qualquer tipo de informação, científica ou não, e suas instruções;

IV - os textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais;

V - as informações de uso comum tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas;

VI - os nomes e títulos isolados;

VII - o aproveitamento industrial ou comercial das idéias contidas nas obras.

Art. 9º À cópia de obra de arte plástica feita pelo próprio autor é assegurada a mesma proteção de que goza o original.

Art. 10. A proteção à obra intelectual abrange o seu título, se original e inconfundível com o

de obra do mesmo gênero, divulgada anteriormente por outro autor.

Parágrafo único. O título de publicações periódicas, inclusive jornais, é protegido até um ano após a saída do seu último número, salvo se forem anuais, caso em que esse prazo se elevará a dois anos.

Capítulo II **Da Autoria das Obras Intelectuais**

Art. 11. Autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica.

Parágrafo único. A proteção concedida ao autor poderá aplicar-se às pessoas jurídicas nos casos previstos nesta Lei.

Art. 12. Para se identificar como autor, poderá o criador da obra literária, artística ou científica usar de seu nome civil, completo ou abreviado até por suas iniciais, de pseudônimo ou qualquer outro sinal convencional.

Art. 13. Considera-se autor da obra intelectual, não havendo prova em contrário, aquele que, por uma das modalidades de identificação referidas no artigo anterior, tiver, em conformidade com o uso, indicada ou anunciada essa qualidade na sua utilização.

Art. 14. É titular de direitos de autor quem adapta, traduz, arranja ou orquestra obra caída no domínio público, não podendo opor-se a outra adaptação, arranjo, orquestração ou tradução, salvo se for cópia da sua.

Art. 15. A co-autoria da obra é atribuída àqueles em cujo nome, pseudônimo ou sinal convencional for utilizada.

§ 1º Não se considera co-autor quem simplesmente auxiliou o autor na produção da obra literária, artística ou científica, revendo-a, atualizando-a, bem como fiscalizando ou dirigindo sua edição ou apresentação por qualquer meio.

§ 2º Ao co-autor, cuja contribuição possa ser utilizada separadamente, são asseguradas todas as faculdades inerentes à sua criação como obra individual, vedada, porém, a utilização que possa acarretar prejuízo à exploração da obra comum.

Art. 16. São co-autores da obra audiovisual o autor do assunto ou argumento literário, musical ou lítero-musical e o diretor.

Parágrafo único. Consideram-se co-autores de desenhos animados os que criam os desenhos utilizados na obra audiovisual.

Art. 17. É assegurada a proteção às participações individuais em obras coletivas.

§ 1º Qualquer dos participantes, no exercício de seus direitos morais, poderá proibir que se indique ou anuncie seu nome na obra coletiva, sem prejuízo do direito de haver a remuneração contratada.

§ 2º Cabe ao organizador a titularidade dos direitos patrimoniais sobre o conjunto da obra coletiva.

§ 3º O contrato com o organizador especificará a contribuição do participante, o prazo para entrega ou realização, a remuneração e demais condições para sua execução.

Capítulo III **Do Registro das Obras Intelectuais**

Art. 18. A proteção aos direitos de que trata esta Lei independe de registro.

Art. 19. É facultado ao autor registrar a sua obra no órgão público definido no *caput* e no § 1º do art. 17 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973.

Art. 20. Para os serviços de registro previstos nesta Lei será cobrada retribuição, cujo valor e processo de recolhimento serão estabelecidos por ato do titular do órgão da administração pública federal a que estiver vinculado o registro das obras intelectuais.

Art. 21. Os serviços de registro de que trata esta Lei serão organizados conforme preceitua o § 2º do art. 17 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973.

Título III **Dos Direitos do Autor** **Capítulo I** **Disposições Preliminares**

Art. 22. Pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou.

Art. 23. Os co-autores da obra intelectual exercerão, de comum acordo, os seus direitos, salvo convenção em contrário.

Capítulo II **Dos Direitos Morais do Autor**

Art. 24. São direitos morais do autor:

I - o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra;

II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra;

III - o de conservar a obra inédita;

IV - o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra;

V - o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada;

VI - o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem;

VII - o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado.

§ 1º Por morte do autor, transmitem-se a seus sucessores os direitos a que se referem os incisos I a IV.

§ 2º Compete ao Estado a defesa da integridade e autoria da obra caída em domínio público.

§ 3º Nos casos dos incisos V e VI, ressalvam-se as prévias indenizações a terceiros, quando couberem.

Art. 25. Cabe exclusivamente ao diretor o exercício dos direitos morais sobre a obra audiovisual.

Art. 26. O autor poderá repudiar a autoria de projeto arquitetônico alterado sem o seu consentimento durante a execução ou após a conclusão da construção.

Parágrafo único. O proprietário da construção responde pelos danos que causar ao autor sempre que, após o repúdio, der como sendo daquele a autoria do projeto repudiado.

Art. 27. Os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis.

Capítulo III **Dos Direitos Patrimoniais do Autor e de sua Duração**

Art. 28. Cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica.

Art. 29. Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como:

I - a reprodução parcial ou integral;

II - a edição;

III - a adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações;

IV - a tradução para qualquer idioma;

V - a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;

VI - a distribuição, quando não intrínseca ao contrato firmado pelo autor com terceiros para uso ou exploração da obra;

VII - a distribuição para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, onda ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário;

VIII - a utilização, direta ou indireta, da obra literária, artística ou científica, mediante:

a) representação, recitação ou declamação;

b) execução musical;

c) emprego de alto-falante ou de sistemas análogos;

d) radiodifusão sonora ou televisiva;

e) captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva;

f) sonorização ambiental;

g) a exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado;

h) emprego de satélites artificiais;
 i) emprego de sistemas óticos, fios telefônicos ou não, cabos de qualquer tipo e meios de comunicação similares que venham a ser adotados;
 j) exposição de obras de artes plásticas e figurativas;
 IX - a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero;
 X - quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas.

Art. 30. No exercício do direito de reprodução, o titular dos direitos autorais poderá colocar à disposição do público a obra, na forma, local e pelo tempo que desejar, a título oneroso ou gratuito.

§ 1º O direito de exclusividade de reprodução não será aplicável quando ela for temporária e apenas tiver o propósito de tornar a obra, fonograma ou interpretação perceptível em meio eletrônico ou quando for de natureza transitória e incidental, desde que ocorra no curso do uso devidamente autorizado da obra, pelo titular.

§ 2º Em qualquer modalidade de reprodução, a quantidade de exemplares será informada e controlada, cabendo a quem reproduzir a obra a responsabilidade de manter os registros que permitam, ao autor, a fiscalização do aproveitamento econômico da exploração.

Art. 31. As diversas modalidades de utilização de obras literárias, artísticas ou científicas ou de fonogramas são independentes entre si, e a autorização concedida pelo autor, ou pelo produtor, respectivamente, não se estende a quaisquer das demais.

Art. 32. Quando uma obra feita em regime de co-autoria não for divisível, nenhum dos co-autores, sob pena de responder por perdas e danos, poderá, sem consentimento dos demais, publicá-la ou autorizar-lhe a publicação, salvo na coleção de suas obras completas.

§ 1º Havendo divergência, os co-autores decidirão por maioria.

§ 2º Ao co-autor dissidente é assegurado o direito de não contribuir para as despesas de publicação, renunciando a sua parte nos lucros, e o de vedar que se inscreva seu nome na obra.

§ 3º Cada co-autor pode, individualmente, sem aquiescência dos outros, registrar a obra e defender os próprios direitos contra terceiros.

Art. 33. Ninguém pode reproduzir obra que não pertença ao domínio público, a pretexto de anotá-la, comentá-la ou melhorá-la, sem permissão do autor.

Parágrafo único. Os comentários ou anotações poderão ser publicados separadamente.

Art. 34. As cartas missivas, cuja publicação está condicionada à permissão do autor, poderão ser juntadas como documento de prova em processos administrativos e judiciais.

Art. 35. Quando o autor, em virtude de revisão, tiver dado à obra versão definitiva, não poderão seus sucessores reproduzir versões anteriores.

Art. 36. O direito de utilização econômica dos escritos publicados pela imprensa, diária ou periódica, com exceção dos assinados ou que apresentem sinal de reserva, pertence ao editor, salvo convenção em contrário.

Parágrafo único. A autorização para utilização econômica de artigos assinados, para publicação em diárias e periódicos, não produz efeito além do prazo da periodicidade acrescido de vinte dias, a contar de sua publicação, findo o qual recobra o autor o seu direito.

Art. 37. A aquisição do original de uma obra, ou de exemplar, não confere ao adquirente qualquer dos direitos patrimoniais do autor, salvo convenção em contrário entre as partes e os casos previstos nesta Lei.

Art. 38. O autor tem o direito, irrenunciável e inalienável, de perceber, no mínimo, cinco por cento sobre o aumento do preço eventualmente verificável em cada revenda

de obra de arte ou manuscrito, sendo originais, que houver alienado.

Parágrafo único. Caso o autor não perceba o seu direito de seqüência no ato da revenda, o vendedor é considerado depositário da quantia a ele devida, salvo se a operação for realizada por leiloeiro, quando será este o depositário.

Art. 39. Os direitos patrimoniais do autor, executados os rendimentos resultantes de sua exploração, não se comunicam, salvo pacto antenupcial em contrário.

Art. 40. Tratando-se de obra anônima ou pseudônima, caberá a quem publicá-la o exercício dos direitos patrimoniais do autor.

Parágrafo único. O autor que se der a conhecer assumirá o exercício dos direitos patrimoniais, ressalvados os direitos adquiridos por terceiros.

Art. 41. Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil.

Parágrafo único. Aplica-se às obras póstumas o prazo de proteção a que alude o *caput* deste artigo.

Art. 42. Quando a obra literária, artística ou científica realizada em co-autoria for indivisível, o prazo previsto no artigo anterior será contado da morte do último dos co-autores sobreviventes.

Parágrafo único. Acrescer-se-ão aos dos sobreviventes os direitos do co-autor que falecer sem sucessores.

Art. 43. Será de setenta anos o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre as obras anônimas ou pseudônimas, contado de 1º de janeiro do ano imediatamente posterior ao da primeira publicação.

Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto no art. 41 e seu parágrafo único, sempre que o autor se der a conhecer antes do termo do prazo previsto no *caput* deste artigo.

Art. 44. O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar

de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação.

Art. 45. Além das obras em relação às quais decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais, pertencem ao domínio público:

I - as de autores falecidos que não tenham deixado sucessores;

II - as de autor desconhecidos, ressalvada a proteção legal aos conhecimentos étnicos e tradicionais.

Capítulo IV **Das Limitações aos Direitos Autorais**

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

I - a reprodução:

a) na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos;

b) em diários ou periódicos, de discursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza;

c) de retratos, ou de outra forma de representação da imagem, feitos sob encomenda, quando realizada pelo proprietário do objeto encomendado, não havendo a oposição da pessoa nele representada ou de seus herdeiros;

d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários;

II - a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro;

III - a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra;

IV - o apanhado de lições em estabelecimentos de ensino por aquelas a quem elas se dirigem, vedada sua publicação, integral ou parcial, sem autorização prévia e expressa de quem as ministrou;

V - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas, fonogramas e transmissão de

rádio e televisão em estabelecimentos comerciais, exclusivamente para demonstração à clientela, desde que esses estabelecimentos comercializem os suportes ou equipamentos que permitam a sua utilização;

VI - a representação teatral e a execução musical, quando realizadas no recesso familiar ou, para fins exclusivamente didáticos, nos estabelecimentos de ensino, não havendo em qualquer caso intuito de lucro;

VII - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas para a reproduzir prova judiciária ou administrativa;

VIII - a reprodução, em quaisquer obras, de pequenos trechos de obras preexistentes, de qualquer natureza, ou de obra integral, quando de artes plásticas, sempre que a reprodução em si não seja o objetivo principal da obra nova e que não prejudique a exploração normal da obra reproduzida nem cause um prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores.

Art. 47. São livres as paráfrases e paródias que não forem verdadeiras reproduções da obra originária nem lhe implicarem descrédito.

Art. 48. As obras situadas permanentemente em logradouros públicos podem ser representadas livremente, por meio de pinturas, desenhos, fotografias e procedimentos audiovisuais.

Capítulo V Da Transferência dos Direitos de Autor

Art. 49. Os direitos de autor poderão ser total ou parcialmente transferidos a terceiros, por ele ou por seus sucessores, a título universal ou singular, pessoalmente ou por meio de representantes com poderes especiais, por meio de licenciamento, concessão, cessão ou por outros meios admitidos em Direito, obedecidas as seguintes limitações:

I - a transmissão total compreende todos os direitos de autor, salvo os de natureza moral e os expressamente excluídos por lei;

II - somente se admitirá transmissão total e definitiva dos direitos mediante estipulação contratual escrita;

III - na hipótese de não haver estipulação contratual escrita, o prazo máximo será de cinco anos;

IV - a cessão será válida unicamente para os países em que se firmou o contrato, salvo estipulação em contrário;

V - a cessão só se operará para modalidades de utilização já existentes à data do contrato;

VI - não havendo especificações quanto a modalidade de utilização, o contrato será interpretado restritivamente, entendendo-se como limitada apenas a uma que seja aquela indispensável ao cumprimento da finalidade do contrato.

Art. 50. A cessão total ou parcial dos direitos de autor, que se fará sempre por escrito, presume-se onerosa.

§ 1º Poderá a cessão ser averbada à margem do registro a que se refere o art. 19 desta Lei, ou, não estando a obra registrada, poderá o instrumento ser registrado em cartório de Títulos e Documentos.

§ 2º Constarão do instrumento de cessão como elementos essenciais seu objeto e as condições de exercício do direito quanto a tempo, lugar e preço.

Art. 51. A cessão dos direitos de autor sobre obras futuras abrangerá, no máximo, o período de cinco anos.

Parágrafo único. O prazo será reduzido a cinco anos sempre que indeterminado ou superior, diminuindo-se, na devida proporção, o preço estipulado.

Art. 52. A omissão do nome do autor, ou de co-autor, na divulgação da obra não presume o anonimato ou a cessão de seus direitos.

Título IV Da Utilização de Obras Intelectuais e dos Fonogramas Capítulo I Da Edição

Art. 53. Mediante contrato de edição, o editor, obrigando-se a reproduzir e a divulgar a obra literária, artística ou científica, fica autorizado, em caráter de exclusividade, a publicá-la e a explorá-la pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor.

Parágrafo único. Em cada exemplar da obra o editor mencionará:

I - o título da obra e seu autor;

- II - no caso de tradução, o título original e o nome do tradutor;
- III - o ano de publicação;
- IV - o seu nome ou marca que o identifique.

Art. 54. Pelo mesmo contrato pode o autor obrigar-se à feitura de obra literária, artística ou científica em cuja publicação e divulgação se empenha o editor.

Art. 55. Em caso de falecimento ou de impedimento do autor para concluir a obra, o editor poderá:

- I - considerar resolvido o contrato, mesmo que tenha sido entregue parte considerável da obra;
- II - editar a obra, sendo autônoma, mediante pagamento proporcional do preço;
- III - mandar que outro a termine, desde que consintam os sucessores e seja o fato indicado na edição.

Parágrafo único. É vedada a publicação parcial, se o autor manifestou a vontade de só publicá-la por inteiro ou se assim o decidirem seus sucessores.

Art. 56. Entende-se que o contrato versa apenas sobre uma edição, se não houver cláusula expressa em contrário.

Parágrafo único. No silêncio do contrato, considera-se que cada edição se constitui de três mil exemplares.

Art. 57. O preço da retribuição será arbitrado, com base nos usos e costumes, sempre que no contrato não a tiver estipulado expressamente o autor.

Art. 58. Se os originais forem entregues em desacordo com o ajustado e o editor não os recusar nos trinta dias seguintes ao do recebimento, ter-se-ão por aceitas as alterações introduzidas pelo autor.

Art. 59. Quaisquer que sejam as condições do contrato, o editor é obrigado a facultar ao autor o exame da escrituração na parte que lhe corresponde, bem como a informá-lo sobre o estado da edição.

Art. 60. Ao editor compete fixar o preço da venda, sem, todavia, poder elevá-lo a ponto de embarçar a circulação da obra.

Art. 61. O editor será obrigado a prestar contas mensais ao autor sempre que a retribuição deste estiver condicionada à venda da obra, salvo se prazo diferente houver sido convencionado.

Art. 62. A obra deverá ser editada em dois anos da celebração do contrato, salvo prazo diverso estipulado em convenção.

Parágrafo único. Não havendo edição da obra no prazo legal ou contratual, poderá ser rescindido o contrato, respondendo o editor por danos causados.

Art. 63. Enquanto não se esgotarem as edições a que tiver direito o editor, não poderá o autor dispor de sua obra, cabendo ao editor o ônus da prova.

§ 1º Na vigência do contrato de edição, assiste ao editor o direito de exigir que se retire de circulação edição da mesma obra feita por outrem.

§ 2º Considere-se esgotada a edição quando restarem em estoque, em poder do editor, exemplares em número inferior a dez por cento do total da edição.

Art. 64. Somente decorrido um ano de lançamento da edição, o editor poderá vender, como saldo, os exemplares restantes, desde que o autor seja notificado de que, no prazo de trinta dias, terá prioridade na aquisição dos referidos exemplares pelo preço de saldo.

Art. 65. Esgotada a edição, e o editor, com direito a outra, não a publicar, poderá o autor notificá-lo a que o faça em certo prazo, sob pena de perder aquele direito, além de responder por danos.

Art. 66. O autor tem o direito de fazer, nas edições sucessivas de suas obras, as emendas e alterações que bem lhe aprouver.

Parágrafo único. O editor poderá opor-se às alterações que lhe prejudiquem os interesses, ofendam sua reputação ou aumentem sua responsabilidade.

Art. 67. Se, em virtude de sua natureza, for imprescindível a atualização da obra em novas edições, o editor, negando-se o autor

a fazê-la, dela poderá encarregar outrem, mencionando o fato na edição.

Capítulo II

Da Comunicação ao Público

Art. 68. Sem prévia e expressa autorização do autor ou titular, não poderão ser utilizadas obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas, em representações e execuções públicas.

§ 1º Considera-se representação pública a utilização de obras teatrais no gênero drama, tragédia, comédia, ópera, opereta, balé, pantomimas e assemelhadas, musicadas ou não, mediante a participação de artistas, remunerados ou não, em locais de frequência coletiva ou pela radiodifusão, transmissão e exibição cinematográfica.

§ 2º Considera-se execução pública a utilização de composições musicais ou lítero-musicais, mediante a participação de artistas, remunerados ou não, ou a utilização de fonogramas e obras audiovisuais, em locais de frequência coletiva, ou quaisquer processos, inclusive a radiodifusão ou transmissão por qualquer modalidade, e a exibição cinematográfica.

§ 3º Consideram-se locais de frequência coletiva os teatros, cinemas, salões de baile ou concertos, boates, bares, clubes ou associações de qualquer natureza, lojas, estabelecimentos comerciais e industriais, estádios, circos, feiras, restaurantes, hotéis, motéis, clínicas, hospitais, órgãos públicos da administração direta ou indireta, fundacionais e estatais, meios de transporte de passageiros terrestre, marítimo, fluvial ou aéreo, ou onde quer que se representem, executem ou transmitam obras literárias, artísticas ou científicas.

§ 4º Previamente à realização da execução pública, o empresário deverá apresentar ao escritório central, previsto no art. 99, a comprovação dos recolhimentos relativos aos direitos autorais.

§ 5º Quando a remuneração depender da frequência do público, poderá o empresário, por convênio com o escritório central, pagar o preço após a realização da execução pública.

§ 6º O empresário entregará ao escritório central, imediatamente após a execução pública ou transmissão, relação completa das obras e fonogramas utilizados, indicando os nomes dos respectivos autores, artistas e produtores.

§ 7º As empresas cinematográficas e de radiodifusão manterão à imediata disposição dos interessados, cópia autêntica dos contratos, ajustes ou acordos, individuais ou coletivos, autorizando e disciplinando a remuneração por execução pública das obras musicais e fonogramas contidas em seus programas ou obras audiovisuais.

Art. 69. O autor, observados os usos locais, notificará o empresário do prazo para a representação ou execução, salvo prévia estipulação convencional.

Art. 70. Ao autor assiste o direito de opor-se à representação ou execução que não seja suficientemente ensaiada, bem como fiscalizá-la, tendo, para isso, livre acesso durante as representações ou execuções, no local onde se realizam.

Art. 71. O autor da obra não pode alterar-lhe a substância, sem acordo com o empresário que a faz representar.

Art. 72. O empresário, sem licença do autor, não pode entregar a obra a pessoa estranha à representação ou à execução.

Art. 73. Os principais intérpretes e os diretores de orquestras ou coro, escolhidos de comum acordo pelo autor e pelo produtor, não podem ser substituídos por ordem deste, sem que aquele consinta.

Art. 74. O autor de obra teatral, ao autorizar a sua tradução ou adaptação, poderá fixar prazo para utilização dela em representações públicas.

Parágrafo único. Após o decurso do prazo a que se refere este artigo, não poderá opor-se o tradutor ou adaptador à utilização de outra tradução ou adaptação autorizada, salvo se for cópia da sua.

Art. 75. Autorizada a representação de obra teatral feita em co-autoria, não poderá qualquer dos co-autores revogar a

autorização dada, provocando a suspensão da temporada contratualmente ajustada.

Art. 76. É impenhorável a parte do produto dos espetáculos reservada ao autor e aos artistas.

Capítulo III **Da Utilização da Obra de Arte Plástica**

Art. 77. Salvo convenção em contrário, o autor de obra de arte plástica, ao alienar o objeto em que ela se materializa, transmite o direito de expô-la, mas não transmite ao adquirente o direito de reproduzi-la.

Art. 78. A autorização para reproduzir obra de arte plástica, por qualquer processo, deve se fazer por escrito e se presume onerosa.

Capítulo IV **Da Utilização da Obra Fotográfica**

Art. 79. O autor de obra fotográfica tem direito a reproduzi-la e colocá-la à venda, observadas as restrições à exposição, reprodução e venda de retratos, e sem prejuízo dos direitos de autor sobre a obra fotografada, se de artes plásticas protegidas.

§ 1º A fotografia, quando utilizada por terceiros, indicará de forma legível o nome do seu autor.

§ 2º É vedada a reprodução de obra fotográfica que não esteja em absoluta consonância com o original, salvo prévia autorização do autor.

Capítulo V **Da Utilização de Fonograma**

Art. 80. Ao publicar o fonograma, o produtor mencionará em cada exemplar:

- I - o título da obra incluída e seu autor;
- II - o nome ou pseudônimo do intérprete;
- III - o ano de publicação;
- IV - o seu nome ou marca que o identifique.

Capítulo VI **Da Utilização da Obra Audiovisual**

Art. 81. A autorização do autor e do intérprete de obra literária, artística ou científica para produção audiovisual implica, salvo

disposição em contrário, consentimento para sua utilização econômica.

§ 1º A exclusividade da autorização depende de cláusula expressa e cessa dez anos após a celebração do contrato.

§ 2º Em cada cópia da obra audiovisual, mencionará o produtor:

- I - o título da obra audiovisual;
- II - os nomes ou pseudônimos do diretor e dos demais co-autores;
- III - o título da obra adaptada e seu autor, se for o caso;
- IV - os artistas intérpretes;
- V - o ano de publicação;
- VI - o seu nome ou marca que o identifique.

Art. 82. O contrato de produção audiovisual deve estabelecer:

- I - a remuneração devida pelo produtor aos co-autores da obra e aos artistas intérpretes e executantes, bem como o tempo, lugar e forma de pagamento;
- II - o prazo de conclusão da obra;
- III - a responsabilidade do produtor para com os co-autores, artistas intérpretes ou executantes, no caso de co-produção.

Art. 83. O participante da produção da obra audiovisual que interromper, temporária ou definitivamente, sua atuação, não poderá opor-se a que esta seja utilizada na obra nem a que terceiro o substitua, resguardados os direitos que adquiriu quanto à parte já executada.

Art. 84. Caso a remuneração dos co-autores da obra audiovisual dependa dos rendimentos de sua utilização econômica, o produtor lhes prestará contas semestralmente, se outro prazo não houver sido pactuado.

Art. 85. Não havendo disposição em contrário, poderão os co-autores da obra audiovisual utilizar-se, em gênero diverso, da parte que constitua sua contribuição pessoal.

Parágrafo único. Se o produtor não concluir a obra audiovisual no prazo ajustado ou não iniciar sua exploração dentro de dois anos, a contar de sua conclusão, a utilização a que se refere este artigo será livre.

Art. 86. Os direitos autorais de execução musical relativos a obras musicais, lítero-musicais e fonogramas incluídos em obras audiovisuais serão devidos aos seus titulares pelos responsáveis dos locais ou estabelecimentos a que alude o § 3º do art. 68 desta Lei, que as exibirem, ou pelas emissoras de televisão que as transmitirem.

Capítulo VII Da Utilização de Bases de Dados

Art. 87. O titular do direito patrimonial sobre uma base de dados terá o direito exclusivo, a respeito da forma da expressão da estrutura da referida base, de autorizar ou proibir:

- I - sua reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo;
- II - sua tradução, adaptação, reordenação ou qualquer outra modificação;
- III - a distribuição do original ou cópias da base de dados ou a sua comunicação ao público;
- IV - a reprodução, distribuição ou comunicação ao público dos resultados das operações mencionadas no inciso II deste artigo.

Capítulo VIII Da Utilização da Obra Coletiva

Art. 88. Ao publicar a obra coletiva, o organizador mencionará em cada exemplar:

- I - o título da obra;
- II - a relação de todos os participantes, em ordem alfabética, se outra não houver sido convencionada;
- III - o ano de publicação;
- IV - o seu nome ou marca que o identifique.

Parágrafo único. Para valer-se do disposto no § 1º do art. 17, deverá o participante notificar o organizador, por escrito, até a entrega de sua participação.

Título V Dos Direitos Conexos Capítulo I Disposições Preliminares

Art. 89. As normas relativas aos direitos de autor aplicam-se, no que couber, aos direitos dos artistas intérpretes ou executantes, dos produtores fonográficos e das empresas de radiodifusão.

Parágrafo único. A proteção desta Lei aos direitos previstos neste artigo deixa intactas e não afeta as garantias asseguradas aos autores das obras literárias, artísticas ou científicas.

Capítulo II Dos Direitos dos Artistas Intérpretes ou Executantes

Art. 90. Tem o artista intérprete ou executante o direito exclusivo de, a título oneroso ou gratuito, autorizar ou proibir:

- I - a fixação de suas interpretações ou execuções;
- II - a reprodução, a execução pública e a locação das suas interpretações ou execuções fixadas;
- III - a radiodifusão das suas interpretações ou execuções, fixadas ou não;
- IV - a colocação à disposição do público de suas interpretações ou execuções, de maneira que qualquer pessoa a elas possa ter acesso, no tempo e no lugar que individualmente escolherem;
- V - qualquer outra modalidade de utilização de suas interpretações ou execuções.

§ 1º Quando na interpretação ou na execução participarem vários artistas, seus direitos serão exercidos pelo diretor do conjunto.

§ 2º A proteção aos artistas intérpretes ou executantes estende-se à reprodução da voz e imagem, quando associadas às suas atuações.

Art. 91. As empresas de radiodifusão poderão realizar fixações de interpretação ou execução de artistas que as tenham permitido para utilização em determinado número de emissões, facultada sua conservação em arquivo público.

Parágrafo único. A reutilização subsequente da fixação, no País ou no exterior, somente será lícita mediante autorização escrita dos titulares de bens intelectuais incluídos no programa, devida uma remuneração adicional aos titulares para cada nova utilização.

Art. 92. Aos intérpretes cabem os direitos morais de integridade e paternidade de suas interpretações, inclusive depois da cessão

dos direitos patrimoniais, sem prejuízo da redução, compactação, edição ou dublagem da obra de que tenham participado, sob a responsabilidade do produtor, que não poderá desfigurar a interpretação do artista.

Parágrafo único. O falecimento de qualquer participante de obra audiovisual, concluída ou não, não obsta sua exibição e aproveitamento econômico, nem exige autorização adicional, sendo a remuneração prevista para o falecido, nos termos do contrato e da lei, efetuada a favor do espólio ou dos sucessores.

Capítulo III Dos Direitos dos Produtores Fonográficos

Art. 93. O produtor de fonogramas tem o direito exclusivo de, a título oneroso ou gratuito, autorizar-lhes ou proibir-lhes:

- I - a reprodução direta ou indireta, total ou parcial;
- II - a distribuição por meio da venda ou locação de exemplares da reprodução;
- III - a comunicação ao público por meio da execução pública, inclusive pela radiodifusão;
- IV - (VETADO)
- V - quaisquer outras modalidades de utilização, existentes ou que venham a ser inventadas.

Art. 94. Cabe ao produtor fonográfico perceber dos usuários a que se refere o art. 68, e parágrafos, desta Lei os proventos pecuniários resultantes da execução pública dos fonogramas e reparti-los com os artistas, na forma convencionada entre eles ou suas associações.

Capítulo IV Dos Direitos das Empresas de Radiodifusão

Art. 95. Cabe às empresas de radiodifusão o direito exclusivo de autorizar ou proibir a retransmissão, fixação e reprodução de suas emissões, bem como a comunicação ao público, pela televisão, em locais de frequência coletiva, sem prejuízo dos direitos dos titulares de bens intelectuais incluídos na programação.

Capítulo V Da Duração dos Direitos Conexos

Art. 96. É de setenta anos o prazo de proteção aos direitos conexos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente à fixação, para os fonogramas; à transmissão, para as emissões das empresas de radiodifusão; e à execução e representação pública, para os demais casos.

Título VI Das Associações de Titulares de Direitos de Autor e dos que lhes são Conexos

Art. 97. Para o exercício e defesa de seus direitos, podem os autores e os titulares de direitos conexos associar-se sem intuito de lucro.

§ 1º É vedado pertencer a mais de uma associação para a gestão coletiva de direitos da mesma natureza.

§ 2º Pode o titular transferir-se, a qualquer momento, para outra associação, devendo comunicar o fato, por escrito, à associação de origem.

§ 3º As associações com sede no exterior far-se-ão representar, no País, por associações nacionais constituídas na forma prevista nesta Lei.

Art. 98. Com o ato de filiação, as associações tornam-se mandatárias de seus associados para a prática de todos os atos necessários à defesa judicial ou extrajudicial de seus direitos autorais, bem como para sua cobrança.

Parágrafo único. Os titulares de direitos autorais poderão praticar, pessoalmente, os atos referidos neste artigo, mediante comunicação prévia à associação a que estiverem filiados.

Art. 99. As associações manterão um único escritório central para a arrecadação e distribuição, em comum, dos direitos relativos à execução pública das obras musicais e lítero-musicais e de fonogramas, inclusive por meio da radiodifusão e transmissão por qualquer modalidade, e da exibição de obras audiovisuais.

§ 1º O escritório central organizado na forma prevista neste artigo não terá finalidade de

lucro e será dirigido e administrado pelas associações que o integrem.

§ 2º O escritório central e as associações a que se refere este Título atuarão em juízo e fora dele em seus próprios nomes como substitutos processuais dos titulares a eles vinculados.

§ 3º O recolhimento de quaisquer valores pelo escritório central somente se fará por depósito bancário.

§ 4º O escritório central poderá manter fiscais, aos quais é vedado receber do empresário numerário a qualquer título.

§ 5º A inobservância da norma do parágrafo anterior tornará o faltoso inabilitado à função de fiscal, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 100. O sindicato ou associação profissional que congregue não menos de um terço dos filiados de uma associação autoral poderá, uma vez por ano, após notificação, com oito dias de antecedência, fiscalizar, por intermédio de auditor, a exatidão das contas prestadas a seus representados.

Título VII

Das Sanções às Violações dos Direitos Autorais

Capítulo I

Disposição Preliminar

Art. 101. As sanções civis de que trata este Capítulo aplicam-se sem prejuízo das penas cabíveis.

Capítulo II

Das Sanções Civis

Art. 102. O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada, poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível.

Art. 103. Quem editar obra literária, artística ou científica, sem autorização do titular, perderá para este os exemplares que se apreenderem e pagar-lhe-á o preço dos que tiver vendido.

Parágrafo único. Não se conhecendo o número de exemplares que constituem a edição fraudulenta, pagará o transgressor o valor de três mil exemplares, além dos apreendidos.

Art. 104. Quem vender, expuser a venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior.

Art. 105. A transmissão e a retransmissão, por qualquer meio ou processo, e a comunicação ao público de obras artísticas, literárias e científicas, de interpretações e de fonogramas, realizadas mediante violação aos direitos de seus titulares, deverão ser imediatamente suspensas ou interrompidas pela autoridade judicial competente, sem prejuízo da multa diária pelo descumprimento e das demais indenizações cabíveis, independentemente das sanções penais aplicáveis; caso se comprove que o infrator é reincidente na violação aos direitos dos titulares de direitos de autor e conexos, o valor da multa poderá ser aumentado até o dobro.

Art. 106. A sentença condenatória poderá determinar a destruição de todos os exemplares ilícitos, bem como as matrizes, moldes, negativos e demais elementos utilizados para praticar o ilícito civil, assim como a perda de máquinas, equipamentos e insumos destinados a tal fim ou, servindo eles unicamente para o fim ilícito, sua destruição.

Art. 107. Independentemente da perda dos equipamentos utilizados, responderá por perdas e danos, nunca inferiores ao valor que resultaria da aplicação do disposto no art. 103 e seu parágrafo único, quem:

I - alterar, suprimir, modificar ou inutilizar, de qualquer maneira, dispositivos técnicos introduzidos nos exemplares das obras e produções protegidas para evitar ou restringir sua cópia;

II - alterar, suprimir ou inutilizar, de qualquer maneira, os sinais codificados destinados a restringir a comunicação ao público de obras, produções ou emissões protegidas ou a evitar a sua cópia;

III - suprimir ou alterar, sem autorização, qualquer informação sobre a gestão de direitos;

IV - distribuir, importar para distribuição, emitir, comunicar ou puser à disposição do público, sem autorização, obras, interpretações ou execuções, exemplares de interpretações fixadas em fonogramas e emissões, sabendo que a informação sobre a gestão de direitos, sinais codificados e dispositivos técnicos foram suprimidos ou alterados sem autorização.

Art. 108. Quem, na utilização, por qualquer modalidade, de obra intelectual, deixar de indicar ou de anunciar, como tal, o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor e do intérprete, além de responder por danos morais, está obrigado a divulgar-lhes a identidade da seguinte forma:

I - tratando-se de empresa de radiodifusão, no mesmo horário em que tiver ocorrido a infração, por três dias consecutivos;

II - tratando-se de publicação gráfica ou fonográfica, mediante inclusão de errata nos exemplares ainda não distribuídos, sem prejuízo de comunicação, com destaque, por três vezes consecutivas em jornal de grande circulação, dos domicílios do autor, do intérprete e do editor ou produtor;

III - tratando-se de outra forma de utilização, por intermédio da imprensa, na forma a que se refere o inciso anterior.

Art. 109. A execução pública feita em desacordo com os art. 68, 97, 98 e 99 desta Lei sujeitará os responsáveis a multa de vinte vezes o valor que deveria ser originariamente pago.

Art. 110. Pelo violação de direitos autorais nos espetáculos e audições públicas, realizados nos locais ou estabelecimentos a que alude o art. 68, seus proprietários, diretores, gerentes, empresários e arrendatários respondem solidariamente com os organizadores do espetáculos.

Capítulo III **Da Prescrição da Ação**

Art. 111. (VETADO)

Título VIII **Disposições Finais e Transitórias**

Art. 112. Se uma obra, em consequência de ter expirado o prazo de proteção que lhe era anteriormente reconhecido pelo § 2º do art. 42 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, caiu no domínio público, não terá o prazo de proteção dos direitos patrimoniais ampliado por força do art. 41 desta Lei.

Art. 113. Os fonogramas, os livros e as obras audiovisuais sujeitar-se-ão a selos ou sinais de identificação sob a responsabilidade do produtor, distribuidor ou importador, sem ônus para o consumidor, com o fim de atestar o cumprimento das normas legais vigentes, conforme dispuser o regulamento.

Art. 114. Esta Lei entra em vigor cento e vinte dias após sua publicação.

Art. 115. Ficam revogados os arts. 649 a 673 e 1.346 a 1.362 do Código Civil e as Leis nºs 4.944, de 6 de abril de 1966; 5.988, de 14 de dezembro de 1973, excetuando-se o art. 17 e seus §§ 1º e 2º; 6.800, de 25 de junho de 1980; 7.123, de 12 de setembro de 1983; 9.045, de 18 de maio de 1995, e demais disposições em contrário, mantidos em vigor as Lei nºs 6.533, de 24 de maio de 1978 e 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

Brasília, 19 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Francisco Weffort

Publicada no D.O.U. de 20.02.98, Seção I, pág. 3.

DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000.

Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 2º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

I - o Ministro de Estado da Cultura;

II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;

III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;

IV - sociedades ou associações civis.

Art. 3º As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que as submeterá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 1º A instrução dos processos de registro será supervisionada pelo IPHAN.

§ 2º A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

§ 3º A instrução dos processos poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do IPHAN ou por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 4º Ultimada a instrução, o IPHAN emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para deliberação.

§ 5º O parecer de que trata o parágrafo anterior será publicado no Diário Oficial da União, para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no prazo de até trinta dias, contados da data de publicação do parecer.

Art. 4º O processo de registro, já instruído com as eventuais manifestações apresentadas, será levado à decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 5º Em caso de decisão favorável do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de "Patrimônio Cultural do Brasil".

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural determinar a abertura, quando for o caso, de novo Livro de Registro, em atendimento ao disposto nos termos do § 3º do art. 1º deste Decreto.

Art. 6º Ao Ministério da Cultura cabe assegurar ao bem registrado:

I - documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao IPHAN manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo.

II - ampla divulgação e promoção.

Art. 7º O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de "Patrimônio Cultural do Brasil".

Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

Art. 8º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Parágrafo único. O Ministério da Cultura estabelecerá, no prazo de noventa dias, as bases para o desenvolvimento do Programa de que trata este artigo.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Francisco Weffort

**LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE
2002 – NOVO CÓDIGO CIVIL.**

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

(...)

Art. 16. Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

Art. 17. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

Art. 18. Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

Art. 19. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

Art. 21. A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

DECRETO Nº 4.073, DE 3 DE JANEIRO DE 2002.

Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS

Art. 1º O Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional, criado pelo [art. 26 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991](#), tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo.

Art. 2º Compete ao CONARQ:

- I - estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivos;
- II - promover o inter-relacionamento de arquivos públicos e privados com vistas ao intercâmbio e à integração sistêmica das atividades arquivísticas;
- III - propor ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República normas legais necessárias ao aperfeiçoamento e à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados;
- IV - zelar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais que norteiam o funcionamento e o acesso aos arquivos públicos;
- V - estimular programas de gestão e de preservação de documentos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, produzidos ou recebidos em decorrência das funções executiva, legislativa e judiciária;
- VI - subsidiar a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo metas e prioridades da política nacional de arquivos públicos e privados;

VII - estimular a implantação de sistemas de arquivos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e nos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios;

VIII - estimular a integração e modernização dos arquivos públicos e privados;

IX - identificar os arquivos privados de interesse público e social, nos termos do [art. 12 da Lei nº 8.159, de 1991](#);

X - propor ao Presidente da República, por intermédio do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a declaração de interesse público e social de arquivos privados;

XI - estimular a capacitação técnica dos recursos humanos que desenvolvam atividades de arquivo nas instituições integrantes do SINAR;

XII - recomendar providências para a apuração e a reparação de atos lesivos à política nacional de arquivos públicos e privados;

XIII - promover a elaboração do cadastro nacional de arquivos públicos e privados, bem como desenvolver atividades censitárias referentes a arquivos;

XIV - manter intercâmbio com outros conselhos e instituições, cujas finalidades sejam relacionadas ou complementares às suas, para prover e receber elementos de informação e juízo, conjugar esforços e encadear ações;

XV - articular-se com outros órgãos do Poder Público formuladores de políticas nacionais nas áreas de educação, cultura, ciência, tecnologia, informação e informática.

Art. 3º São membros conselheiros do CONARQ:

- I - o Diretor-Geral do Arquivo Nacional, que o presidirá;
- II - dois representantes do Poder Executivo Federal;
- III - dois representantes do Poder Judiciário Federal;
- IV - dois representantes do Poder Legislativo Federal;
- V - um representante do Arquivo Nacional;
- VI - dois representantes dos Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal;
- VII - dois representantes dos Arquivos Públicos Municipais;
- VIII - um representante das instituições mantenedoras de curso superior de arquivologia;

IX - um representante de associações de arquivistas;

X - três representantes de instituições que congreguem profissionais que atuem nas áreas de ensino, pesquisa, preservação ou acesso a fontes documentais.

§ 1º Cada Conselheiro terá um suplente.

§ 2º Os membros referidos nos incisos III e IV e respectivos suplentes serão designados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente.

§ 3º Os conselheiros e suplentes referidos nos incisos II e V a X serão designados pelo Presidente da República, a partir de listas apresentadas pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República, mediante indicações dos dirigentes dos órgãos e entidades representados.

§ 4º O mandato dos Conselheiros será de dois anos, permitida uma recondução.

§ 5º O Presidente do CONARQ, em suas faltas e impedimentos, será substituído por seu substituto legal no Arquivo Nacional.

Art. 4º Caberá ao Arquivo Nacional dar o apoio técnico e administrativo ao CONARQ.

Art. 5º O Plenário, órgão superior de deliberação do CONARQ, reunir-se-á, em caráter ordinário, no mínimo, uma vez a cada quatro meses e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou a requerimento de dois terços de seus membros.

§ 1º O CONARQ funcionará na sede do Arquivo Nacional.

§ 2º As reuniões do CONARQ poderão ser convocadas para local fora da sede do Arquivo Nacional, por deliberação do Plenário ou **ad referendum** deste, sempre que razão superior indicar a conveniência de adoção dessa medida.

Art. 6º O CONARQ somente se reunirá para deliberação com o quorum mínimo de dez conselheiros.

Art. 7º O CONARQ poderá constituir câmaras técnicas e comissões especiais, com a finalidade de elaborar estudos, normas e outros instrumentos necessários à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados e ao funcionamento do SINAR, bem como câmaras setoriais, visando a identificar, discutir e propor soluções para questões temáticas que repercutirem na estrutura e organização de segmentos específicos de arquivos, interagindo com as câmaras técnicas.

Parágrafo único. Os integrantes das câmaras e comissões serão designados pelo Presidente do CONARQ, **ad referendum** do Plenário.

Art. 8º É considerado de natureza relevante, não ensejando qualquer remuneração, o exercício das atividades de Conselheiro do CONARQ e de integrante das câmaras e comissões.

Art. 9º A aprovação do regimento interno do CONARQ, mediante proposta deste, é da competência do Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA NACIONAL DE ARQUIVOS

Art. 10. O SINAR tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo.

Art. 11. O SINAR tem como órgão central o CONARQ.

Art. 12. Integram o SINAR:

I - o Arquivo Nacional;

II - os arquivos do Poder Executivo Federal;

III - os arquivos do Poder Legislativo Federal;

IV - os arquivos do Poder Judiciário Federal;

V - os arquivos estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

VI - os arquivos do Distrito Federal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

VII - os arquivos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 1º Os arquivos referidos nos incisos II a VII, quando organizados sistemicamente, passam a integrar o SINAR por intermédio de seus órgãos centrais.

§ 2º As pessoas físicas e jurídicas de direito privado, detentoras de arquivos, podem integrar o SINAR mediante acordo ou ajuste com o órgão central.

Art. 13. Compete aos integrantes do SINAR:
I - promover a gestão, a preservação e o acesso às informações e aos documentos na sua esfera de competência, em conformidade com as diretrizes e normas emanadas do órgão central;

II - disseminar, em sua área de atuação, as diretrizes e normas estabelecidas pelo órgão central, zelando pelo seu cumprimento;

III - implementar a racionalização das atividades arquivísticas, de forma a garantir a integridade do ciclo documental;

IV - garantir a guarda e o acesso aos documentos de valor permanente;

V - apresentar sugestões ao CONARQ para o aprimoramento do SINAR;

VI - prestar informações sobre suas atividades ao CONARQ;

VII - apresentar subsídios ao CONARQ para a elaboração de dispositivos legais necessários ao aperfeiçoamento e à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados;

VIII - promover a integração e a modernização dos arquivos em sua esfera de atuação;

IX - propor ao CONARQ os arquivos privados que possam ser considerados de interesse público e social;

X - comunicar ao CONARQ, para as devidas providências, atos lesivos ao patrimônio arquivístico nacional;

XI - colaborar na elaboração de cadastro nacional de arquivos públicos e privados, bem como no desenvolvimento de atividades censitárias referentes a arquivos;

XII - possibilitar a participação de especialistas nas câmaras técnicas, câmaras setoriais e comissões especiais constituídas pelo CONARQ;

XIII - proporcionar aperfeiçoamento e reciclagem aos técnicos da área de arquivo, garantindo constante atualização.

Art. 14. Os integrantes do SINAR seguirão as diretrizes e normas emanadas do

CONARQ, sem prejuízo de sua subordinação e vinculação administrativa.

CAPÍTULO III **DOS DOCUMENTOS PÚBLICOS**

Art. 15. São arquivos públicos os conjuntos de documentos:

I - produzidos e recebidos por órgãos e entidades públicas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias;

II - produzidos e recebidos por agentes do Poder Público, no exercício de seu cargo ou função ou deles decorrente;

III - produzidos e recebidos pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista;

IV - produzidos e recebidos pelas Organizações Sociais, definidas como tal pela [Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998](#), e pelo Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais, instituído pela [Lei nº 8.246, de 22 de outubro de 1991](#).

Parágrafo único. A sujeição dos entes referidos no inciso IV às normas arquivísticas do CONARQ constará dos Contratos de Gestão com o Poder Público.

Art. 16. Às pessoas físicas e jurídicas mencionadas no art. 15 compete a responsabilidade pela preservação adequada dos documentos produzidos e recebidos no exercício de atividades públicas.

Art. 17. Os documentos públicos de valor permanente, que integram o acervo arquivístico das empresas em processo de desestatização, parcial ou total, serão recolhidos a instituições arquivísticas públicas, na sua esfera de competência.

§ 1º O recolhimento de que trata este artigo constituirá cláusula específica de edital nos processos de desestatização.

§ 2º Para efeito do disposto neste artigo, as empresas, antes de concluído o processo de desestatização, providenciarão, em conformidade com as normas arquivísticas emanadas do CONARQ, a identificação, classificação e avaliação do acervo arquivístico.

§ 3º Os documentos de valor permanente poderão ficar sob a guarda das empresas mencionadas no § 2º, enquanto necessários ao desempenho de suas atividades, conforme disposto em instrução expedida pelo CONARQ.

§ 4º Os documentos de que trata o **caput** são inalienáveis e não são sujeitos a usucapião, nos termos do [art. 10 da Lei nº 8.159, de 1991](#).

§ 5º A utilização e o recolhimento dos documentos públicos de valor permanente que integram o acervo arquivístico das empresas públicas e das sociedades de economia mista já desestatizadas obedecerão às instruções do CONARQ sobre a matéria.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Seção I

Das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos

Art. 18. Em cada órgão e entidade da Administração Pública Federal será constituída comissão permanente de avaliação de documentos, que terá a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor.

§ 1º Os documentos relativos às atividades-meio serão analisados, avaliados e selecionados pelas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos dos órgãos e das entidades geradores dos arquivos, obedecendo aos prazos estabelecidos em tabela de temporalidade e destinação expedida pelo CONARQ.

§ 2º Os documentos relativos às atividades-meio não constantes da tabela referida no § 1º serão submetidos às Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos dos órgãos e das entidades geradores dos arquivos, que estabelecerão os prazos de

guarda e destinação daí decorrentes, a serem aprovados pelo Arquivo Nacional.

§ 3º Os documentos relativos às atividades-fim serão avaliados e selecionados pelos órgãos ou entidades geradores dos arquivos, em conformidade com as tabelas de temporalidade e destinação, elaboradas pelas Comissões mencionadas no **caput**, aprovadas pelo Arquivo Nacional.

Seção II

Da Entrada de Documentos Arquivísticos Públicos no Arquivo Nacional

Art. 19. Os documentos arquivísticos públicos de âmbito federal, ao serem transferidos ou recolhidos ao Arquivo Nacional, deverão estar avaliados, organizados, higienizados e acondicionados, bem como acompanhados de instrumento descritivo que permita sua identificação e controle.

Parágrafo único. As atividades técnicas referidas no **caput**, que precedem à transferência ou ao recolhimento de documentos, serão implementadas e custeadas pelos órgãos e entidades geradores dos arquivos.

Art. 20. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão deverá, tão logo sejam nomeados os inventariantes, liquidantes ou administradores de acervos para os órgãos e entidades extintos, solicitar à Casa Civil da Presidência da República a assistência técnica do Arquivo Nacional para a orientação necessária à preservação e à destinação do patrimônio documental acumulado, nos termos do [§ 2º do art. 7º da Lei nº 8.159, de 1991](#).

Art. 21. A Casa Civil da Presidência da República, mediante proposta do Arquivo Nacional, baixará instrução detalhando os procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, para a plena consecução das medidas constantes desta Seção.

CAPÍTULO V

DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL DE ARQUIVOS PRIVADOS

Art. 22. Os arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional podem ser declarados de interesse público e social por decreto do Presidente da República.

§ 1º A declaração de interesse público e social de que trata este artigo não implica a transferência do respectivo acervo para guarda em instituição arquivística pública, nem exclui a responsabilidade por parte de seus detentores pela guarda e a preservação do acervo.

§ 2º São automaticamente considerados documentos privados de interesse público e social:

I - os arquivos e documentos privados tombados pelo Poder Público;

II - os arquivos presidenciais, de acordo com o [art. 3º da Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991](#);

III - os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência da [Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916](#), de acordo com o [art. 16 da Lei nº 8.159, de 1991](#).

Art. 23. O CONARQ, por iniciativa própria ou mediante provocação, encaminhará solicitação, acompanhada de parecer, ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República, com vistas à declaração de interesse público e social de arquivos privados pelo Presidente da República.

§ 1º O parecer será instruído com avaliação técnica procedida por comissão especialmente constituída pelo CONARQ.

§ 2º A avaliação referida no § 1º será homologada pelo Presidente do CONARQ.

§ 3º Da decisão homologatória caberá recurso das partes afetadas ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República, na forma prevista na [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

Art. 24. O proprietário ou detentor de arquivo privado declarado de interesse público e social deverá comunicar previamente ao CONARQ a transferência do local de guarda do arquivo ou de quaisquer de seus documentos, dentro do território nacional.

Art. 25. A alienação de arquivos privados declarados de interesse público e social deve ser precedida de notificação à União, titular do direito de preferência, para que manifeste, no prazo máximo de sessenta dias, interesse na aquisição, na forma do parágrafo único do [art. 13 da Lei nº 8.159, de 1991](#).

Art. 26. Os proprietários ou detentores de arquivos privados declarados de interesse público e social devem manter preservados os acervos sob sua custódia, ficando sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente.

Art. 27. Os proprietários ou detentores de arquivos privados declarados de interesse público e social poderão firmar acordos ou ajustes com o CONARQ ou com outras instituições, objetivando o apoio para o desenvolvimento de atividades relacionadas à organização, preservação e divulgação do acervo.

Art. 28. A perda acidental, total ou parcial, de arquivos privados declarados de interesse público e social ou de quaisquer de seus documentos deverá ser comunicada ao CONARQ, por seus proprietários ou detentores.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29. Este Decreto aplica-se também aos documentos eletrônicos, nos termos da lei.

Art. 30. O Chefe da Casa Civil da Presidência da República baixará instruções complementares à execução deste Decreto.

Art. 31. Fica delegada competência ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República, permitida a subdelegação, para designar os membros do CONARQ de que trata o § 3º do art. 3º.

Art. 32. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 33. Ficam revogados os [Decretos nºs 1.173, de 29 de junho de 1994](#), [1.461, de 25](#)

de abril de 1995, 2.182, de 20 de março de 1997, e 2.942, de 18 de janeiro de 1999.

Brasília, 3 de janeiro de 2002; 181^º da
Independência e 114^º da República.
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Silvano Gianni

LEI Nº 11.111, DE 5 DE MAIO DE 2005.

Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta a parte final do disposto no [inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal](#).

Art. 2º O acesso aos documentos públicos de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral será ressalvado exclusivamente nas hipóteses em que o sigilo seja ou permaneça imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos do disposto na parte final do [inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal](#).

Art. 3º Os documentos públicos que contenham informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado poderão ser classificados no mais alto grau de sigilo, conforme regulamento.

Art. 4º O Poder Executivo instituirá, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, com a finalidade de decidir sobre a aplicação da ressalva ao acesso de documentos, em conformidade com o disposto nos parágrafos do art. 6º desta Lei.

Art. 5º Os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e o Tribunal de Contas da União disciplinarão internamente sobre a necessidade de manutenção da proteção das informações por eles produzidas, cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como a possibilidade de seu acesso quando cessar essa necessidade, observada a [Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991](#), e o disposto nesta Lei.

Art. 6º O acesso aos documentos públicos classificados no mais alto grau de sigilo poderá ser restringido pelo prazo e prorrogação previstos no [§ 2º do art. 23 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991](#).

§ 1º Vencido o prazo ou sua prorrogação de que trata o caput deste artigo, os documentos classificados no mais alto grau de sigilo tornar-se-ão de acesso público.

§ 2º Antes de expirada a prorrogação do prazo de que trata o caput deste artigo, a autoridade competente para a classificação do documento no mais alto grau de sigilo poderá provocar, de modo justificado, a manifestação da Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas para que avalie se o acesso ao documento ameaçará a soberania, a integridade territorial nacional ou as relações internacionais do País, caso em que a Comissão poderá manter a permanência da ressalva ao acesso do documento pelo tempo que estipular.

§ 3º Qualquer pessoa que demonstre possuir efetivo interesse poderá provocar, no momento que lhe convier, a manifestação da Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas para que reveja a decisão de ressalva a acesso de documento público classificado no mais alto grau de sigilo.

§ 4º Na hipótese a que se refere o § 3º deste artigo, a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas decidirá pela:
I - autorização de acesso livre ou condicionado ao documento; ou
II - permanência da ressalva ao seu acesso.

Art. 7º Os documentos públicos que contenham informações relacionadas à intimidade, vida privada, honra e imagem de pessoas, e que sejam ou venham a ser de livre acesso poderão ser franqueados por meio de certidão ou cópia do documento, que expurgue ou oculte a parte sobre a qual recai o disposto no [inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal](#).

Parágrafo único. As informações sobre as quais recai o disposto no [inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal](#) terão o seu acesso restrito à pessoa diretamente interessada ou, em se tratando de morto ou ausente, ao seu cônjuge, ascendentes ou descendentes, no prazo de que trata o [§ 3º do art. 23 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991](#).

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de maio de 2005; 184º da
Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Marcio Thomaz Bastos

José Dirceu de Oliveira e Silva

Jorge Armando Felix

Álvaro Augusto Ribeiro Costa